

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO ACADÊMICO

RENE JOSÉ KELLER

**ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: A DIALÉTICA DA CIDADANIA ENTRE OS
CONFLITOS SOCIAIS URBANOS E OS DIREITOS EMERGENTES**

CAXIAS DO SUL

2014

RENE JOSÉ KELLER

**ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: A DIALÉTICA DA CIDADANIA ENTRE OS
CONFLITOS SOCIAIS URBANOS E OS DIREITOS EMERGENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Dr. Enzo Bello

CAXIAS DO SUL

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

K29e Keller, Rene José
Espaços de resistência : a dialética da cidadania entre os conflitos sociais urbanos e os direitos emergentes / Rene José Keller. – 2014.
153 f. : il. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.
Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Enzo Bello.

1. Cidadania. 2. Direito e socialismo. 3. Filosofia marxista. 4. Movimentos sociais. I. Título.

CDU 2.ed.: 342.71

Índice para o catálogo sistemático:

1. Cidadania	342.71
2. Direito e socialismo	340.11:316.26
3. Filosofia marxista	141.82
4. Movimentos sociais	316.4

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

**"ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: A DIALÉTICA DA CIDADANIA ENTRE OS
CONFLITOS SOCIAIS URBANOS E OS DIREITOS EMERGENTES".**

Rene José Keller

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Direito, Área de Concentração: Direito Ambiental, Trabalho e Desenvolvimento.

Caxias do Sul, 28 de Março de 2014.

Prof. Dr. Enzo Bello (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Mara de Oliveira
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira
Universidade de Caxias do Sul



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
Sistema de Bibliotecas

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

Quantos comunistas ousaram sonhar um mundo diferente, lutando para concretizá-lo, e caíram sem saber que o seu atrevimento porventura haveria de se converter em realidade da geração seguinte. Aos que, incansavelmente, por vocação ou pela tragédia do destino, fazem da luta social pela emancipação humana a sua prática de existência.

AGRADECIMENTOS

Embora o trabalho tenha sido formal e efetivamente escrito pelo seu subscritor, não parece justo deixar de creditar e dividir os seus eventuais méritos com o orientador, que foi o interlocutor direto da pesquisa. As conclusões aqui chegadas são o resultado dos pontos de convergência e afinidade intelectual, pautadas pela mais ampla liberdade criativa. Exemplo de pensador marxista, de docente e de pesquisador crítico, agradeço, antes de tudo, portanto, ao amigo de ideais e de bares, Enzo Bello.

A ventura pode denotar tanto a sorte boa como a má. No mestrado da UCS, teve-se o privilégio de ser agraciado com o acaso da boaventura, celebrando a verdadeira arte do encontro, muito embora haja tanto desencontro pela vida, como diria “o poetinha”. Ao professor Clóvis Malinverni da Silveira, congratulo pelo exemplo de humildade e solicitude acadêmica, mesmo diante da espantosa grandeza do seu conhecimento. À professora Mara, agradeço pela combatividade incansável na defesa por um mundo melhor, pelo invejável amor e dedicação à academia, bem como pela revisão com tremenda acuidade deste trabalho. Ainda, ao coordenador Sérgio Augustin (o “chefe”), por ceder espaço para o estudo na vertente crítica. Essas estimas decerto devem ser compreendidas como sinal de franca admiração.

À família dedico poucas considerações, ante a desnecessidade de formalizar em palavras uma realidade afetuosa que é cotidiana. Crescer em um ambiente em que sempre prevaleceu o tom inconformista, instigador e, até certo ponto, contratendencialmente subversivo, fez com que jamais se aceitasse com naturalidade a desigualdade social. Aos pais, portanto, destino a graça pela lucidez ofertada. Ao meu irmão, interlocutor marxista, pelo diálogo franco e ideias lançadas à dissertação. À minha avó, Ruth Keller, por ensinar como nutrir os mais nobres sentimentos de amor e generosidade, em todas as suas dimensões.

À Amanda, evidentemente, a grande companheira de vida, revisora, incentivadora, ouvinte, que acompanha ativamente e integra a jornada nesses últimos nove anos, repletos de histórias memoráveis. Agradeço por fazer lembrar ao materialista ortodoxo que o amor é um sentimento concreto!

Aos professores e amigos Marcus Vinicius Antunes e Wambert di Lorenzo, responsáveis diretos pela formação acadêmica inicial. Ao primeiro, destacado marxista de rigor científico, inclusive por demonstrar o caminho escorregado da advocacia. Ao segundo, causador do ingresso no mestrado da UCS, a gratidão incomensurável pela

oportunidade ofertada, bem como pela amizade dialética mantida nas relações extra-acadêmicas. Aos amigos intelectuais Erick Nos e Rogério Ribeiro, companheiros desde a graduação, pelo diálogo e pela amizade, na certeza do carinho que carrego por ambos.

Por fim, a realização do mestrado possibilitou a verdadeira celebração da amizade. Lembra-se, inicialmente, dos companheiros de quarto e histórias, Frederico De Boni e Vanderlei Schneider, sem os quais o curso perderia grande parte do gracejo. Ainda, ao grande intelectual Bruno Henz e ao Eduardo Lumertz, o amigo da turma, saudando todos os demais colegas na pessoa deste. E, claro, à Renata Mascarello, tendo a convicção de que trilhará a vida acadêmica com dedicação, postura crítica e sem perder a autenticidade que lhe é tão peculiar.

O que é que pode fazer o homem comum neste presente instante senão sangrar? Tentar inaugurar a vida comovida, inteiramente livre e triunfante? O que é que eu posso fazer com a minha juventude quando a máxima saúde hoje é pretender usar a voz? O que é que eu posso fazer um simples cantador das coisas do porão? [...]

Era uma vez um homem e seu tempo... (Botas de sangue nas roupas de Lorca). Olho de frente a cara do presente e sei que vou ouvir a mesma história porca. Não há motivo para festa: ora esta! Eu não sei rir à toa!

Fique você com a mente positiva que eu quero a voz ativa [...].

(Belchior – Conheço o Meu Lugar)

Hermanos:

Nosotros nacimos de la noche. En ella vivimos. Moriremos en ella. Pero la luz será mañana para los más, para todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niega el día, para quienes es regalo la muerte, para quienes está prohibida la vida.

Para todos la luz. Para todos todo.

Techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, independencia, democracia, libertad, justicia y paz. Estas fueron nuestras demandas en la larga noche de los 500 años. Estas son, hoy, nuestras exigencias.

El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la rían, que la amanezcan todos.

Vive nuestro digno caminar junto a los todos que lloran. Para destruir el reloj de muerte del poderoso luchamos. Para un nuevo tiempo de vida luchamos.

(Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional – EZLN).

RESUMO

Inserido dentro da perspectiva crítica, sem ostentar qualquer preocupação com o dogmatismo normativista, a pesquisa apresenta uma aproximação entre o marxismo, os conflitos sociais contemporâneos e o reflexo sobre o reconhecimento jurídico. Com arrimo no método dialético-materialista, a abordagem pretende enfrentar os seguintes problemas: Qual o grau de interferência do espaço urbano no processo de produção, reconhecimento e efetividade de direitos? Em que medida é possível afirmar que o exercício da cidadania ativa serve como força política propulsora atuante na conformação normativa? Até que ponto é plausível sustentar que a cidade é o principal palco dos conflitos sociais, no qual há o surgimento de demandas juridicamente reconhecíveis? Dentro do universo de perspectivas que o tema poderia atrair, partiu-se do elemento que apresenta maior imediatismo ao espaço urbano: a pessoa, vinculando-a ao revés da pretensa dissolução do referencial analítico “classe social”. Esquivando-se de incursionar em uma tradicional parte história, no mais das vezes posta de maneira desconexa ao objeto de estudo, optou-se pela elaboração de uma análise de conjuntura baseada na investigação dos fenômenos cotidianos. Buscando captar a dinâmica reivindicatória contemporânea, discute-se os contornos da política contestatória que se desenvolve no espaço urbano, dando ênfase à questão das subjetividades coletivas (o abandono da mitificação do proletário), bem como do papel exercido pelas minorias ativas, tendo como premissa a individualização. Como reflexo, levanta-se a hipótese de se repensar o conceito de emancipação humana, procedendo a uma abertura léxico-semântica, para aglutinar a pulverização de demandas sociais que despontam no cotidiano do capitalismo urbano, fazendo com que se ilumine a possibilidade fática da existência de emancipações parciais. Em síntese, pretende-se efetuar um estudo preocupado com as práticas sociais emancipatórias que, de alguma forma, consiga contribuir para a compreensão do mecanismo de produção normativa que tem como fonte o exercício da cidadania ativa, insurgente e com alguma carga de desobediência.

Palavras-chave: Marxismo. Cidade. Conflitos Sociais Urbanos. Cidadania. Direitos Emergentes.

ABSTRACT

Inserted into the critical perspective, without flaunting any concern with normative dogmatism, this research shows a connection between Marxism, contemporary social conflicts and the reflection on the legal recognition. With support in the dialectical materialist method, the approach aims to face the following issues: In what degree urban space interferences on the production, recognition and effectiveness of rights processes? To what extent it can be said that the exercise of active citizenship serves as a political force capable of driving the conformation of rules? To what extent is plausible to maintain that the city is the main stage of social conflicts in which there is an emergence of demands legally recognizable? Within the universe of perspectives that the topic could attract, this work started with the element that has greater immediacy to urban space: the person; linking her to the alleged failure of the dissolution of "social class" as an analytical framework. Dodging an incursion on a traditional history part, most often placed in a disconnected way to the object of study, it was decided to prepare an analysis of context-based investigation of everyday phenomena. Seeking to capture the contemporary vindicatory dynamic, this study discusses the contours of anti-establishment politics that unfolds in the urban space, emphasizing the issue of collective subjectivities (the abandonment of the proletarian mythologizing), as well as the role played by active minorities, taking as its individualization premise. As a consequence, raises the hypothesis to rethink the concept of human emancipation by making a lexical-semantic gap to unite the spraying of social demands that emerge in daily urban capitalism, making it blunts the factual possibility of the existence partial emancipation. In summary, intends to carry out a study concerned with emancipatory social practices that, somehow, can contribute to the understanding of the normative production mechanism that has as its source the exercise of active insurgent citizenship with some charge of disobedience.

Keywords: Marxism. City. Urban Social Conflicts. Citizenship. Emerging Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - As aventuras do homem assalariado	53
Figura 2 - Levantando a bandeira	66
Figura 3 - Frank and Ernest	71
Figura 4 - Democracia racial: uma fábula a serviço de quem?	123

LISTA DE ABREVIATURAS

ART. - Artigo

FAG – Federação Anarquista Gaúcha

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CRÍTICA À ENCENAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: O CONSUMO DO LABOR E O LABOR CONSUMIDO.....	18
1.1 A crítica da vida de todos os dias e a representação social da pessoa.....	19
1.2 A centralidade do trabalho na definição do personagem e da sua fachada profissional: o cotidiano do labor alienado e o impulso motivacional ao consumo.....	31
1.3 O metabolismo da cidade: a rotina da artificialização do natural no cotidiano	44
2 OS CONTORNOS DA LUTA SOCIAL URBANA CONTEMPORÂNEA E O PROCESSO DE DESCONSTITUIÇÃO DOS LARGOS GRUPOS IDENTITÁRIOS.....	57
2.1 A radicalização do processo de individualização como dinâmica da vida cotidiana: o “eu” como referencial analítico para além das classes sociais	58
2.2 A ruptura da consciência de classe: proletários de todos os povos, como uni-vos?	69
2.3 Os conflitos sociais urbanos revelando a batalha “sem sujeitos”: afinal, para que servem as ruas?	80
3 A LUTA DAS MINORIAS ATIVAS POR EMANCIPAÇÕES PARCIAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS POR MEIO DA CIDADANIA INSURGENTE.....	95
3.1 A crise dos atores sociais de mudança e o papel das minorias ativas: oposição organizada ou força revolucionária?.....	96
3.2 A cidade como palco dos conflitos sociais contemporâneos: a desobediência como atributo da cidadania ativa e a possibilidade fática de emancipações parciais...	111
3.3 Da cidadania diferenciada à cidadania insurgente: o processo social de abertura forçada do Direito e o conflito urbano como fonte jurídico-normativa	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

. No papel, ao contrário da realidade, quando algo está nitidamente fora do lugar não é possível esconder, omitir ou ignorar. Os conflitos sociais são pontos desconexos do espaço urbano que sofrem processos de “naturalização”, fazendo com que, por mais que estejam ressaltando aspectos díspares do cotidiano, sejam constantemente sufocados pelos aparelhos ideológicos hegemônicos. Se é preciso que as coisas estejam fora do lugar habitual para que se enxergue o movimento real do conflito, projetando o embate comumente mascarado, as folhas de papel que seguem estão preocupadas com as insurgências urbanas e as práticas de desobediência que não escondem as mais diversas contradições latentes nas cidades brasileiras.

O objetivo desse trabalho, portanto, é examinar os conflitos sociais urbanos, cujas demandas são passíveis de normatização institucional. Importa, por isso, analisar a capacidade de os agentes postulatórios atuarem no sentido de conformar plataformas que se convertam em legítimas fontes jurídico-formal. O caminho traçado para examinar as práticas sociais emancipatórias, bem como a sua capacidade de revelar pautas juridicamente reconhecíveis, teve como ponto de partida o que se considera ter mais imediatismo à cidade: *as pessoas*. Esquivando-se lançar uma tradicional “parte histórica”, por vezes desconexas do argumento central, buscou-se alocar as pessoas na sua interação rotineira, tendo como esteio a *crítica ao cotidiano*, como propugnava Henri Lefebvre e Agnes Heller.

A preocupação que rondou a formulação do problema inicial toca diretamente à perspectiva que permeia o estudo, i. e., a aceitação explícita da dialética materialista como método guiador do trabalho.¹ Fortemente imbuído do senso de atualização da teoria marxista, afasta-se de um marxismo autocontemplativo (preocupado apenas com a interpretação da obra marxiana, sem efetuar análise de conjuntura), empreendendo-se algum esforço no sentido de medir a compatibilidade de categorias tradicionais com a realidade brasileira.

Ao estrear o manuscrito abordando as pessoas e a sua interação no cotidiano do capital, de plano se distanciou, por questão metodológica, da compreensão dos sujeitos

¹ Com toda a cautela que a afirmação deve ser tomada, não se pode divergir do defendido por Lukács: “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método”. LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 64.

tendo como arranjo organizacional as classes sociais. A premissa levantada é que, ao contrário do severo processo de indução experimentado pelos fundadores da filosofia da práxis, que propugnavam pela junção de todos os assalariados sob uma mesma categoria (classe social), a dinâmica que se reproduz no cotidiano do capital impõe que se distancie o elemento essencial (a estrutura efetivamente dividida em classes) e a forma como a base se reproduz na consciência social dominante (em nível superestrutural, para se firmar a termo clássico).

A constatação é que não obstante a classe social permaneça como categoria válida para explicitar grande parte da desigualdade socioeconômica, a forma que ela assume no plano da consciência social não autoriza que se afirme que o trabalhador exerça seu papel ciente da sua condição. Isto é, parece notório que as pessoas não vivem a essência, respiram, por evidente, o fenômeno. Há uma ruptura de pertencimento, pouco examinada na literatura sociológica, na qual o trabalhador assalariado, cooptado pela ideologia hegemônica, deseja se projetar como se um legítimo integrante da classe dominante fosse.

Esse fenômeno, caso se examine as classes sociais sob o aspecto essencial, jamais será capaz de ser desnudado. Como forma de apreender este objeto inicial, recorreu-se à teoria da representação social, na formulação de Erving Goffman, pensando a interação social com a ordem do capital como uma disputa para assumir papéis sociais, no mais das vezes previamente estabelecidos, fazendo com que não necessariamente haja identidade entre o exercício de dada atividade laborativa e o sentimento de pertencimento a uma classe. Ademais, esquiva-se de partir da categoria de classe social também levando em consideração que quando se pensa na pulverização dos conflitos sociais contemporâneos e o os sujeitos que se arregimentam ao seu redor, o referencial estritamente coletivo, como o de classe, parece não mais ter a habilidade de captar as sutilezas que movem esses embates, que são por natureza heterogêneos.

Tais circunstâncias assoalham a redimensionalização da luta de classes, entoando-o a um patamar que não se desenvolve nos trilhos da teoria marxista tradicional, que colocava como eternos oponentes o burguês e o proletário, ao passo que o trabalhador assalariado também almeja evidenciar uma fachada que seja valorizada socialmente, aproximando-se idealmente dos valores propagados pela ideologia capitalista dominante. Em síntese, o capítulo inicial entrelaça o espaço urbano, o trabalho e o ambiente natural, caminhando na direção de investigar o modo específico

de reprodução do metabolismo do capital, o qual desenvolve uma rotina própria de formatação relativamente padronizada da vida cotidiana.

A segunda parte é erguida em três pilares distintos, muito embora sejam temas corolários: a) a radicalização do processo individualizatório; b) a ruptura da consciência de classe como opção política; e c) a dinâmica dos conflitos sociais contemporâneos, em pormenor abordando as jornadas de junho. O termo *individualização*, provindo da literatura imprecisa de Ulrich Beck, ganha novos contornos para denotar o fenômeno presente no qual a pessoa experimenta um processo de radicalização da autorreferência como dinâmica da vida cotidiana, implicando no parcial abandono da classe social como reporte analítico seguro. Isto é, a individualização remonta o processo ideológico por meio do qual a concretização dos objetivos pessoais independem de estratificações de largos grupos, como o das classes sociais, pesando a responsabilidade sobre a particularidade do indivíduo. A pessoa individualizada acredita tão somente no próprio esforço como caminho à realização pessoal, dissolvendo qualquer tentativa de apregoá-la em categorias rígidas que não lhe passam sentido algum iminente.

A par da centralidade mantida pela categoria trabalho em certas facetas da vida cotidiana, é preciso encará-lo sob a ótica dos conflitos sociais urbanos contemporâneos, oportunidade em que há uma elevação do desafio teórico, tendo em vista que nem sempre as demandas estão vinculadas à pautas trabalhistas. O que se sustenta é na direção de romper com o messianismo imposto à classe trabalhadora, deslocando-se o olhar que persegue a ebulição social da fábrica às ruas, espaço próprio do desenvolvimento das batalhas recentes. Além disso, refere-se a uma possível fase de transição nas lutas sociais contemporâneas, que diz respeito à substituição dos movimentos sociais tradicionais como protagonistas (até então denominados de “novos movimentos sociais”), abrindo espaço para manifestações mais amplas, que portam traços característicos totalmente diversos, como é o caso da revolta dos vinte centavos (ou jornadas de junho).

Uma vez delineada a formatação social cotidiana imposta pelo capital, bem como perpassando a forma como se desenvolve a luta urbana contemporânea, a terceira e última parte envolve temas não menos complexos: a) a crise dos atores sociais de mudança e o papel das minorias ativas; b) a cidadania ativa, a relevância da cidade à luta social e as emancipações parciais; e c) o processo de abertura forçada do direito (direitos emergentes). A par da existência de pensadores que mantém hígida a

convicção sobre o papel historicamente designado ao proletário, é preciso diferenciar os sujeitos coletivos que tem efetiva *potencialidade revolucionária* dos que apresentam tão somente uma *oposição organizada*. Passa-se a limpo a visão de diversos atores filiados a linha crítica, na tentativa de diferenciar os posicionamentos, ao mesmo tempo em que se procura ofertar uma resposta dotada de alguma originalidade.

A linha mestra argumentativa perfilha o entendimento de que não se deve cair na tentação teórica de meramente excluir o proletário com sujeito vocacionado à revolução, procedendo a uma mera substituição do personagem. Daí decorre a necessidade de se separar os grupos que formam oposições organizadas e os grupos que são legítimas forças revolucionárias, não havendo espaço para sujeitos ontologicamente revolucionários. Ainda imbuído do senso de compreender os atores sociais que impulsionam o processo social contestatório contemporâneo, abre-se espaço para o estudo das *minorias ativas* e o seu papel na conformação de reivindicações, ressaltando o poder diretivo e aglutinador de forças que minorias numéricas ostentam ao projetar demandas de forma pioneira no espaço urbano.

Discute-se, ainda, a validade histórica do termo emancipação humana, ao passo que inexiste vias abertas de rupturas ao metabolismo do capital, fazendo com que a expressão descambe para mera retórica utópica. A fim de renovar o seu significado, defendendo a sua validade analítica voltada à transformação social, coloca-se a proposição de pensar as lutas contemporâneas como portadoras de *emancipações parciais*. A ampla pulverização de demandas sociais e atores, nem todas conexas à questão do trabalho, faz com que se proceda a uma abertura léxico-semântica do termo para verificar em que medida determinada pauta reivindicatória preenche algum sentido da emancipação humana plena. Ou seja, ainda que não haja caminho seguro para o rompimento com a lógica do capital, apóia-se as iniciativas de bases que preenchem algum significado dentro da emancipação humana, podendo ser aspecto estrutural ou superestrutural (de redistribuição ou reconhecimento).

Uma vez abordada a questão dos sujeitos coletivos, o papel das minorias ativas, a formatação das lutas sociais urbanas contemporâneas, examina-se uma forma diferenciada de cidadania como potencializadora das demandas sociais. Ao lado de um *status* de cidadania passiva, põem-se em destaque a *cidadania ativa insurgente* como mecanismo de ação coletiva dirigida ao reconhecimento jurídico. Representa, outrossim, a capacidade de proceder a uma abertura forçada do Direito, tendo como arrimo

propulsor as práticas sociais urbanas emancipatórias. Trata-se, portanto, de averiguar o potencial das ruas no processo de elaboração e aplicação da lei, cedendo espaço para critérios jurídicos que extravasam a estreiteza do formalismo jurídico, em que a cidadania insurgente impulsiona o reconhecimento e a conquista de direitos.

Quando se fala da existência de uma espécie de “marxismo tradicional” ou “lente gasta do marxismo”, está-se referindo ao conjunto de autores que, absorvendo os ensinamentos iniciais de Marx e Engels, acreditam em certas premissas que ora se questiona. Não se trata de apontar eventuais equívocos cometidos pelos fundadores, senão que a conjuntura atual fez com que se modificassem as correlações de forças, fazendo com que um novo olhar devesse ser destinado à luta de classes e as suas implicações concretas. Aqui, não se pretende criar uma disputa etérea em torno de quais autores se considera tradicionais ou não, o objetivo é elencar quais modificações o trabalho se propõe a efetivar no sentido de atualização da teoria. É preciso frisar que a denominação de “marxismo/marxista tradicional” de modo algum deve ser encarada como uma pecha ou em sentido pejorativo, serve apenas para diferenciar o que nesse estudo se sustenta com as ideias mais disseminadas no amplo espectro de marxistas.

Alguns argumentos que são levantados, com algum ineditismo ou não, os quais se embasa a distinção do “marxismo tradicional”, englobam os seguintes pontos que se defende: a) a luta de classes foi redimensionalizada, não se operando entre o burguês e o proletário em nível de superestrutura, cujo duelo ocorre entre os que estão integrados ao mercado formal e os excluídos; b) em Marx e Engels havia uma mitificação exacerbada do papel do proletário, como se ele fosse corpo estranho ao cotidiano do capital, imputando-lhe a árdua missão de redenção da humanidade; c) a consciência de classe deixa de ser uma opção política à medida que houve a absorção ideal do trabalhador, que se identifica com os valores burgueses; d) o trabalho perde a centralidade nas lutas sociais contemporâneas, ante a pulverização de agentes e demandas, nem todas relacionadas à distribuição, dentre outros. Todos esses argumentos, e mais alguns, são desenvolvidos ao longo do texto, como é intuitivo que assim se proceda.

Este trabalho tem a pretensão de seguir todo o rigor científico esperado à apreensão do objeto, sem que isso resulte na exposição somática e ritualística dos argumentos. Dissertação é a denominação formal desse estudo que pretende ser um passeio pelo cotidiano contemporâneo, explorando principalmente as vias tortuosas dos conflitos sociais urbanos. Partir do cotidiano significa anuir com a premissa de que o

livro não é a fonte primária de conhecimento, situando-se este em sua maior expressão de grandeza na própria realidade. O livro é o suporte material necessário que permite desvendá-la em sua máxima intensidade, ajudando a compreender as suas ocultas sutilezas.

Frisa-se, por derradeiro, que o tom monocromático da escrita, regido pela frieza científica, faz com que os pesquisadores adotem uma postura epistemológica que os similariza aos que estão acometidos de transtorno dissociativo de identidade (dupla personalidade). Há uma imposição de distanciamento rígido entre as vivências pessoais cotidianas e a escrita, fazendo com que a obra não se assemelhe ao autor, notadamente quando este assume uma suposta fachada “científica”, que não permite interferências do seu modo de vida habitual. Buscando firmar essa necessidade de (re)aproximação, o texto que ora se apresenta está impregnado pela coloração viva das experiências, reconhecendo a realidade como fonte primária do conhecimento, sendo empregadas matizes até certo ponto incomuns na captura do objeto, refletindo no uso indiscriminado de fontes alternativas.

Em suma, é um trabalho que se insere na busca pelo resgate e formação de unidade em torno da perspectiva crítica, teoricamente orientado às práticas sociais e às conquistas emancipatórias. Assume-se a veste da vertente ortodoxa do marxismo, ciente de antemão das implicações que a adoção desta postura tem à academia tecnicista e conservadora do Direito, que prefere abrilhantar a norma, examinando-as por todos os prismas até ao avesso, contudo, sem descer os olhos cegamente jurídicos para compreender minimamente a realidade social e as contradições estruturais que o capitalismo impõe a todos.

1 CRÍTICA À ENCENAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: O CONSUMO DO LABOR E O LABOR CONSUMIDO

A lente gasta do marxismo

Quando se escuta que o marxismo teria, supostamente, perdido a sua validade histórica, em razão das inúmeras transformações do capitalismo ou por decorrência da morte das ideologias, a primeira coisa que ocorre à mente são as palavras de Terry Eagleton: “o que os marxistas mais desejam é parar de serem marxistas”.² De fato, a transitoriedade e permanência do marxismo não depende da teoria em si, ou dos que se filiam a esta tendência, estando conectada com a superação das condições que deram ensejo ao seu surgimento. Ainda que não haja caminho emancipatório aberto, explorar as tortuosas curvas do pensamento ideológico é tarefa do pensamento crítico.

Depois de perder o fôlego acadêmico ostentado no Brasil, principalmente nas décadas de 60 e 70,³ a defesa da permanência analítica do marxismo e do seu método ontologicamente crítico tornou-se quase uma atividade de erudição solitária. Poucos são os que o carregam de peito aberto, na tentativa de alçá-lo novamente para a posição de destaque outrora ocupada. A mutação do capitalismo como fenômeno social exige uma postura que descarte as lentes gastas do que se considera um marxismo tradicional, cuja dialética enferrujada deixou de acompanhar as suas constantes alterações. Remontar os primórdios da revolução industrial, ou os conceitos mais primitivos, não auxilia na tarefa de caminhar no sentido da atualização da teoria. Entoá-la ao patamar desejado significa empreender um esforço na compreensão da realidade atual, que manifesta-se com maior perenidade no *cotidiano*, sendo a sua crítica o ponto de começo.

Uma premissa marxiana é que não se pode compreender uma pessoa a partir do que ela pensa de si. Isso não significa que as suas ações no mundo real não sejam dotadas de elementos volitivos, apenas infere que há elementos ideológicos, obscuros, condicionantes do agir. O capitalismo experimenta um distanciamento cada vez maior entre o ser essencial e a sua ação rotineira. Ocupar uma posição social se converteu em uma tarefa de escolher, com maior ou menor margem de liberdade, um dos papéis existentes e encená-los. É preciso projetar-se de uma maneira cada vez mais desconexa a qualquer sentimento pessoal, ao ponto da atuação se converter em vida real. Como em

² “Marxists want nothing more than to stop being Marxists”. EAGLETON, Terry. **Why Marx Was Right**. New Haven & London: 2011, p. 1.

³ Cf. THERBORN, Göran. **Do Marxismo ao Pós-Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 36-42.

qualquer atuação cênica, ao personagem é permitido atuar como se não fosse ele próprio, sendo-lhe autorizado flutuar nas nuvens da idealização pessoal.

Os papéis disponíveis estão muito além da mera dialética entre o burguês e o proletário, devendo este embate, cada vez mais fictício, ceder espaço para a teoria da representação social, que enfoca a pessoa no cotidiano. Este é o caminho experimental que parece renovar a possibilidade de captar as alterações dos atores sociais. Da mesma forma, é preciso ponderar, criticamente, acerca do processo de formação da fachada profissional, que se converteu em um meio para redenção ideal da sua situação de classe. O brilho do consumo tem ofuscado muito mais do que a lente do marxismo tem captado, devendo este fenômeno ser abordado por múltiplos enfoques, inclusive na própria subsunção ou mitigação da alienação experimentada.

Integrando a pessoa ao seu entorno, o processo de urbanização capitalista condicionou o espaço destinado ao ambiente natural nas cidades. Projetado, no mais das vezes, como mero adorno, a artificialidade se converte em paisagem sobre o qual a humanidade exerce a sua vida de todos os dias. Isso faz com que não se possa mais pensar a relação metabólica entre a pessoa e a natureza nos exatos termos descrito por Marx, em “O Capital”. O metabolismo que movimenta a cidade está expresso na repetitividade do cotidiano, cujas ruas observam o desfile de uma imensa coleção de mercadorias, em uma pretensa sintonia que esconde o seu lado confuso e irracional. De um lado, desfilam as pessoas coisificadas (e as suas fachadas), apenas para que se alcance o objetivo final, que é adquirir, na máxima intensidade, coisas pessoalizadas.

Apreender a complexidade do cotidiano do capital implica em aceitar a tarefa de trocar a lente gasta do marxismo, para voltar a ser instrumental teórico capaz de examinar a realidade atual com as suas inovações, sem perder o seu sentido mais íntimo, de ser uma teoria de cunho revolucionário. Mais do que nunca, reforça-se a necessidade de separar o essencial do secundário, a coisa em si da sua projeção fenomênica, como respiro possível na oxigenação do marxismo, renovando-o como método analítico hábil de captar, como nenhum outro, as contradições inerentes à etapa do capitalismo.

1.1 A crítica da vida de todos os dias e a representação social da pessoa

Detrás das espessas camadas de concreto que moldam a artificialidade urbana, encontra-se o elemento abstrato edificador dessa realidade. A cidade é projetada

fenomenicamente como uma grande coleção de coisas e pessoas, criadas a partir da imagem ideal destas, que, entrelaçadas, formam o ambiente material. O meio urbano se confunde com essa totalidade complexa, exprimindo e condensando uma multiplicidade de relações. Ainda assim, o componente de essencialidade que permite o desenrolar a partir da forma aparente é a *pessoa*.

Na compreensão do ser humano, o materialismo histórico se difere das concepções idealistas justamente porque considera a pessoa *real*, não partindo da ideia que ela porta de si para compreendê-la. Embora a existência de vagueza nos termos que designam a unidade do gênero humano (pessoa, indivíduo, homem etc.), a elevação do grau de concretude no exame da conjuntura social esvazia tais denominações. Somente sob um enfoque estritamente geral a pessoa é somente uma pessoa, adquirindo ela faceta diversa perante a *praxis* na realidade. A noção de pessoal, portanto, deve abarcar a dimensão essencial e fenomênica, sob pena de se ater somente à aparência ou vice-versa.

O cotidiano urbano exige que a pessoa assuma uma representação, deixando ela de ser somente esse ente abstrato. Primordialmente, e esta tese parece estar suficientemente demonstrada, o capitalismo se assenta na segregação entre os produtores e os meios de produção. Essa partição, necessária em escala crescente até mesmo nos países dependentes, priva a classe efetivamente produtora do acesso aos meios de produção. A divisão, que é inicialmente fabril, torna-se amplamente extensiva aos demais setores da economia, em especial o de serviço, que tende a ocupar maior lugar de destaque. Não basta, como acentua Marx, que haja essa separação entre o detentor do capital e o possuidor da força de trabalho para que o capitalismo se alicerce. Há de se fixar uma classe que por sua educação, hábito, tradição etc., admita tal exigência como se evidentes leis da natureza fossem.⁴

Devidamente sedimentado o desmembramento entre o produtor e os meios de produção sobre as bases sociais, não restam muitas nomenclaturas ao possuidor do capital, denominado comumente de empresário, chefe, patrão e, de forma mais rara na atualidade, de capitalista ou burguês. Ao contrário, para o trabalhador assalariado surge uma vasta gama de papéis sociais a serem desempenhados, cada um possuindo uma fachada correspondente. Mesmo dentro de uma mesma classe, não urge o imperativo de

⁴ MARX, Karl. O Capital. Capítulo XXIV – A Chamada Acumulação Original. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. II. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1983, p. 104-107; 130.

que haja identidade entre os integrantes dela. Não é preciso, por exemplo, que um médico se identifique com o limpador das vias públicas, chamado vulgarmente de “gari”, mesmo que ambos sejam efetivamente pertencentes à classe dos assalariados.

Conforme relata Erving Goffman, quando uma pessoa assume um papel social específico, é bem provável que já haja uma fachada previamente estabelecida. Essa fachada se encontra previamente institucionalizada, tornado-se uma espécie de representação coletiva, sendo desempenhada de modo a gerar tanto aceitação social como reconhecimentos individualizados para situações específicas.⁵ Na consecução de fins práticos, a pessoa se vê na iminência de adequar-se aos mais variados padrões estabelecidos (desde a linguagem até a vestimenta), procurando facilitar os objetivos que pretende atingir em um mundo de papéis sociais, no mais das vezes, postos.

Considerando que a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer,⁶ parece justo, na ótica vigente, que para a mercadoria presente na corporalidade humana se ofereça traços distintivos. O terno e a pasta do advogado, a vestimenta branca do médico, a farda do policial, os mais variados crachás, exprimem mais do que meras representações publicamente reconhecidas, denotando formas de fachadas aceitas socialmente, cuja finalidade essencial é identificar entre a imensidão de vendedores de força de trabalho qual posição cada um ocupa na escala produtiva.

Em uma sociedade na qual a distinção social é medida pela riqueza, não há pergunta melhor a ser posta para se conhecer uma pessoa do que: “o que você faz?”, aceitando algumas das suas variáveis. É possível, a partir deste simples questionamento, idealizar todo um conjunto de representações, fachadas, que indicarão qual imagem deve se portar em relação ao estereótipo que se defronta. Desse fato derivarão os laços que serão estabelecidos, amizades, relacionamentos afetivos etc., em conformidade com

⁵ GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 25-36. Especificamente, Goffman define: “Venho usando o termo ‘representação’ para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e sobre eles tem alguma influência. Será conveniente denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação”. *Ibidem*, p. 29.

⁶ MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 153. Essa afirmação é compartilhada até mesmo pelos autores que não se avocam do marxismo, como os ideólogos da terceira via. De Marx, Giddens e Beck reproduzem esta ideia: “A transformação em mercadoria da força de trabalho foi um ponto de ligação particularmente importante entre o capitalismo e o industrialismo [...]”. GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991, p. 73. “A venda da mercadoria força de trabalho sempre representou e continua a representar para muitos precisamente o momento em que é determinado o contraste entre as classes no capitalismo”. BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 122.

um padrão estereotipado que carrega um forte conteúdo econômico.⁷ Decerto, referir a elementos meramente estéticos, crenças, visões políticas etc., pouco dirá sobre uma explicação mais completa da pessoa.

Conquanto as contingências sociais e econômicas atraíam uma representação que não tenha sustentação real, espera-se sempre que exista compatibilidade entre a aparência e a o agir. Utilizando-se dos conceitos de Goffman, a “aparência” representa os estímulos que revelam o *status* social da pessoa, enquanto a “maneira” funciona para informar sobre o papel de interação que a pessoa irá desempenhar na situação iminente (o agir)⁸. Alguém que porta um padrão de consumo ostentatório, estampando vestimenta com grifes renomadas, despendendo grandes quantias em lazeres supérfluos, alardeando um papel social próximo das classes dominantes, sendo que, posteriormente, descobre-se tratar de um mecânico (ou qualquer profissão socialmente desvalorizada), rui sobre ele a fachada que não lhe era socialmente devida, soando como um descompasso numa projeção ficticiamente harmoniosa.

Por isso, Erving Goffman precisamente refere que quando se indaga acerca da veracidade de uma impressão existente sobre uma pessoa, o que se pretende realçar é a autorização social do “ator” para desempenhar o papel que encarna, desconsiderando a representação em si. Quando se descobre que “alguém com quem lidamos é um impostor [...], estamos descobrindo que ele não tinha o direito de representar o papel que desempenhava e não era um ocupante credenciado da importante posição social”.⁹ Ou seja, a pessoa não tinha as aptidões materiais necessárias para representar o papel, portanto, tampouco estava credenciada na posição social travestida.

⁷ Friedrich Engels oferece um belo exemplo, citando o casamento: “Os nossos juristas acham certamente que o progresso da legislação vai tirando em medida crescente às mulheres qualquer razão de queixa. Os modernos sistemas civilizados de leis reconhecem cada vez mais, em primeiro lugar, que o casamento, para ser válido, tem de ser um contrato assumido de livre vontade por ambas as partes e, em segundo lugar, que ambas as partes também durante o casamento devem estar uma perante a outra com os mesmos direitos e deveres. [...] Em relação ao casamento, a lei, mesmo a mais avançada, considera-se inteiramente satisfeita desde que os interessados declarem formalmente no protocolo que é de sua livre vontade. A lei e o jurista não se preocupam com o que se passa por trás dos bastidores jurídicos, onde decorre a vida real, nem com a forma como se chega a essa livre vontade”. ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. In: **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, p. 276-277.

⁸ GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 31.

⁹ *Ibidem*, p. 61.

Esse distanciamento entre o ser e o ter,¹⁰ motivado pelas exigências da base que se reproduzem na percepção superestrutural, acarreta na faceta ideologizante da fachada social. A *ideologia da fachada* permite que qualquer trabalhador assalariado exponha a si o mais próximo possível do ideal social que é pertencer à classe dominante, como um legítimo aspirante de burguês. O consumo ostentatório é um meio de redenção simbólica do reconhecimento objetivo de classe, que, ao contrário do que se supunha, não está intimamente vinculada à posição em relação aos meios de produção, mas a fatores de ordem sociorrelacional.

Quando coincidem a aparência e a maneira há o arquétipo social simétrico, isto é, a pessoa que consome de maneira desmedida em plena capacidade econômica de assim proceder. Se por um lado o cânone ideal da sociedade burguesa dependente é imitar, na máxima intensidade possível, o que considera ser um figurino da classe dominante, por outro, ser parecido com o que se associa à pobreza é socialmente deplorável. O exemplo típico do sustentado pode ser expresso no hábito enraizado no cotidiano de zombar da fala atribuída ao pobre. Marcos Bagno precisa tal comportamento:

Se dizer *Cráudia, praca, pranta* é considerado “errado”, e, por outro lado, dizer *frouxo, escravo, branco, praga* é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a uma questão que não é lingüística, mas *social e política* — as pessoas que dizem *Cráudia, praca, pranta* pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso a educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada “feia”, “pobre”, “carente”, quando na verdade é apenas *diferente* da língua ensinada na escola.¹¹

¹⁰ Erich Fromm, em renomada obra sobre o tema, esclarece: “No modo ter, não há relação viva entre mim e o que tenho. A coisa e eu convertemo-nos em coisas, e eu a tenho porque tenho o poder de fazê-la minha. Mas há também uma relação inversa: *ela tem a mim*, porque meu sentido de identidade [...] repousa em meu possuí-la (e tantas coisas quantas possível). O modo ter de existência não se estabelece por um processo vivo e criativo entre o sujeito e objeto; ele transforma em *coisas* tanto o sujeito como o objeto. A relação é de inércia, e não de vida”. FROMM, Erich. **Ter ou Ser?**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 88. Mais literárias do que propriamente científicas, as palavras de Oscar Wilde descrevem o comportamento social moderno: “Numa sociedade como a nossa, em que a propriedade confere distinção, posição social, honra, respeito, títulos e outras coisas agradáveis da mesma ordem, o homem [...] fez do acúmulo dessa propriedade o seu objetivo, e perseguirá sempre esse acúmulo, exaustivo e tedioso, ainda que venha a obter bem mais do que precise, possa usar ou desfrutar, ou mesmo que chegue até a ignorar o que possui [...]; De modo que o homem passou a achar que o importante era ter, e não viu que o importante era ser”. WILDE, Oscar. **A Alma do Homem Sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 27-28.

¹¹ BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: O que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007, p. 41.

A fachada ideologizada corresponde não somente à forma de apresentação visual por meio do traje, embora na ausência de contato por via da fala, seja essa a exibição inicial. A fala, os gestos, a postura, i. e., todo o conjunto de indumentário “burguês”, às vezes corporificado no denominado de “regras de etiqueta”, desenham o padrão que deve ser por todos buscado, independentemente da efetiva posição social. Destoar de certa tendência pode ser sinônimo de rebeldia, pobreza etc., em suma, comportamento inadequado e marginal.

No lado inverso da contingência social, enquanto para alguns manter uma fachada mais perto da elite dominante significa ascensão social (mesmo que fictícia), para outros, a indulgência e má vestimenta pode significar maior proveito na luta pela sobrevivência. Para a parcela que sequer está inserida no processo produtivo capitalista formal, a sobrevivência depende do extrato restante do salário do trabalhador assalariado ou da esmola do burguês. Nestes casos, uma aparência desleixada, desalinhada, típica dos economicamente desvalidos, pode auxiliar na obtenção do sustento. Esforçar-se para ostentar uma boa vestimenta e aparência pode prejudicar o ideário comum acerca do que é ser extremamente pobre e merecedor de arrimo, obstaculizando o acesso ao doativo.

Como consequência quase que imprópria do sistema, a ideologia da fachada permite a afluência de fenômenos sociais como o da falsificação de marcas. Com o franco intuito de ter acesso a bens restritos a uma parcela econômica da sociedade, a falsificação de vestimentas e adornos é um mecanismo de exposição de uma fachada distinta da limitação econômica, que é de ordem objetiva, permitindo que haja a ilustração visual de dada marca assemelhada ao padrão da classe dominante. Não haveria sentido, por exemplo, falsificar marcas que não aproximariam as pessoas de menor capacidade econômica com as que ditam os padrões ostentatórios.¹²

De nada adiantaria atingir um grau elevado de aparência, caso não houvesse um local próprio para o seu desfile. No capitalismo, o “shopping center” cumpre a função social de servir como espaço específico para exercício da fachada ideologizada. Na fala de Valquíria Padilha, o “shopping” não deve ser enxergado apenas como um ambiente

¹² Não se pode menosprezar a ressalva de Thorstein Veblen: “Achamos belas as coisas, proporcionalmente a seu preço caro. Com poucas insignificantes exceções, todos achamos um artigo de vestuário de alto preço [...] preferível, em questões de beleza e utilidade, a uma imitação menos dispendiosa do mesmo, por mais inteligentemente que o artigo espúrio possa imitar o caro original. [...] Esteticamente ele perde o em qualidade porque cai a um nível pecuniário mais baixo”. VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 78.

destinado à aquisição de coisas, consolidando também um terreno de construção da identidade, onde as pessoas estão lá para serem vistas e percebidas pelos demais, travando “uma relação entre o ‘ser eu’ e ‘ser percebido’”.¹³

No templo do Deus capital, o espaço privado traveste-se de público, sem perder o caráter privatista jamais. A recusa em aceitar pessoas nitidamente pobres é um meio garantidor do andar livre, arrojado, à vontade, dos que ocupam posição social privilegiada (nem que apenas a fachada assim demonstre). O ambiente é estrategicamente desenhado para atuar como uma barreira visual à “luta de classes”, bloqueando a visibilidade dos conflitos classistas que estão latentes nas ruas, servindo a cancela de ingresso como pórtico redentor da suposta intranquilidade urbana. É um meio de garantir o passo suave, despreocupado, para os potenciais consumidores que vieram desfilar a sua fachada.

A partir do final do ano de 2013, início de 2014, passou a vigorar no Brasil uma fobia social, diante da eclosão do fenômeno do “rolezinho”. Jovens, majoritariamente pobres e favelados, embalados por músicas que retratam uma realidade sonhada, porém distante, cujo estilo se denomina “funk ostentação”, entoam aos coros: “Bolso esquerdo só tem peixe/ O direito tá cheio de onça [...]Relógio Rolex, Double X/ [...]/ Chego no shopping/ Ei, gerente/ Quero sair daqui todo de Oakley”.¹⁴ A incursão da racionalidade burguesa do consumo nas “classes baixas”, ocasionou a entrada desses indesejados nos “shoppings”, culminando na proibição judicial do “rolê”, comprovando que cada um tem o seu espaço na cidade arquitetada pelo capital, mesmo que seja somente para o desfile da fachada.

O exercício da fachada integra a vida cotidiana nos seus mais variados aspectos, de tal modo que as multiplicidades de relacionamentos exigem até mesmo a *confusão aparente de fachadas*. É comum irradiar contingências para as quais certas fachadas são atraídas, gerando o fenômeno da fachada múltipla. A pessoa, una, molda-se em conformidade com a situação posta, elegendo dentro das condicionantes como irá se autopropagar. Torna-se lugar-comum as divisões individualmente firmadas, como: “eu como pai”, “eu como profissional”, “eu como amigo” etc., como se tratassem de pessoas distintas que habitam a mesma corporalidade física.

¹³ PADILHA, Valkíria. **Shopping Center: A catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 134.

¹⁴ RODOLFINHO, Mc. **Como é Bom Ser Vida Loka**. [vídeo-clipe]. Direção Korad Dantas. Disponível em: <http://youtu.be/p0oFWgwUqHU>. Acessado em 17 de jan. de 2014.

Com certa dose de otimismo e exagero, Zigmunt Bauman defende que “Os seres humanos não mais ‘nascem’ em suas identidades”.¹⁵ Nesta frase, o sociólogo polonês pretende defender que é característica da vida moderna a pessoa precisar se tornar inclusive o que já é. Haveria uma espécie de suplantação da determinação da posição social, em nome de uma escolha individual. A astúcia do pensamento liberal parece atender a premissa levantada, em que há de modo subjacente a noção da livre escolha da identidade.

Apoiando-se em Sartre, na sequência Bauman afirma que “não basta ter nascido burguês – é preciso viver a vida como burguês”.¹⁶ Em certa medida, as práticas sociais (como o exercício da fachada acima relatado) permitem deslocamentos de aparência em relação às classes. Todavia, essa mesma fluidez não é observada no peso sólido de carregar o fardo histórico do sujeito miserável, do negro, do índio etc., figuras típicas excluídas, ou mal incluídas, dos países dependentes. Alguns segmentos sociais não atingiram a “liquidez” propagada, atuando as condicionantes históricas como forças determinantes para a manutenção da fachada que sequer pode ser eleita e identificada livremente. O socialmente excluído em razão da etnia, da miserabilidade etc., não tem a possibilidade de escapar visualmente da sua identidade, por mais que assim desejasse.

Tentando virar a moeda do determinismo social, o consumo se converteu no objetivo perene de toda a pessoa inserida na cadeia produtiva. Erich Fromm faz uma consistente análise da sociedade contemporânea, em pormenor quando estabelece que as pessoas vivem o fascínio pela possibilidade de comprar mais coisas, melhores, sobretudo novas. Para o autor da Escola de Frankfurt, o ato de comprar e consumir se tornou algo compulsivo e irracional, perdendo até mesmo o objetivo inicial, que era o caminho à felicidade, convertendo-se em um fim em si.¹⁷

A maior sensação de êxtase que o capitalismo pode proporcionar é a acumulação de poder – e explosão do prazer – que o indivíduo sente quando está diante da possibilidade e do ato, respectivamente, de comprar algo realmente desejado. Há a elevação simbólica da pessoa que, além de comprar, adquire o direito de exibir o bem

¹⁵ BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 40.

¹⁶ *Ibidem*, p. 40.

¹⁷ FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 137. Essa análise deve ser lida com alguma cautela em se tratando do contexto vernáculo. Aqui, onde grande parte da população se via excluída do consumo, com a ascensão da denominada “nova classe média”, há inevitável vinculação entre a felicidade e a realização desta por meio da compra. Pode-se afirmar que o consumo se converteu em um fim em si para a “antiga classe média” e para a classe dominante, cujo poder de compra sempre esteve acima do gasto com os bens estritamente necessários.

aos demais, de modo a ser identificado e gerar reconhecimento dentro do grupo a que se relaciona, bem como perante os demais. Segue mais ou menos o ritual daquela sentença clichê que se ouve no cotidiano: “compra-se o que não precisa, com o dinheiro que não possui, para impressionar a quem não se gosta”.

Adicionada à rotina, o prazer real do uso deixa de constituir o núcleo central da compra, potencializando-se a capacidade de manipular os gostos e as necessidades. A postura alienada em relação ao consumo ganha terreno sobre outros aspectos da vida, como o próprio dispêndio do tempo livre. A questão que Erich Fromm põe à tona resulta na seguinte indagação: “Se um homem trabalha sem verdadeira relação com o que está fazendo, se compra e consome mercadorias de um modo abstrato e alienado, como pode usar o seu tempo livre de um modo ativo e significativo?”¹⁸

O tempo livre é consumido de maneira passiva, assistindo a partidas de futebol televisionadas, novelas, filmes pensados em Hollywood, livros que são “Best-sellers” e, claro, consumindo. Mesmo as reuniões sociais não podem ficar de fora desse padrão, ao passo que as temáticas tratadas não escapam do que é propagado pela grande mídia nas suas diversas formas (poder que estimula, naturaliza e sanciona esse *modus operandi* essencialmente ideológico). O agir cotidiano escapa do processo volitivo pessoal, convertendo-se os atos mais banais em uma peça cênica, em um processo de imitação projetado pela indústria cultural:

A maneira pela qual uma jovem aceita e se desincumbe do *date* obrigatório, a entonação no telefone e na mais familiar situação, a escolha das palavras na conversa, [...] tudo isso atesta a tentativa de fazer de si mesmo um aparelho eficiente e que corresponda, mesmo nos mais profundos impulsos instintivos, ao modelo apresentado pela indústria cultural.¹⁹

O próprio gosto é manipulado, a passividade está representada na impossibilidade de ouvir a música e ver a programação televisiva que se quer, sendo a diversão uma indústria como outra qualquer. O valor da diversão está expresso pelo seu êxito no mercado, jamais por algo que se possa ser medido em termos humanos.²⁰ O apogeu do descolamento ideal do despossuído é enxergar diversão nas revistas especializadas em retratar a vida e a residência da elite. Ao invés de trazer repugnância

¹⁸ *Ibidem*, p. 138.

¹⁹ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 138.

²⁰ FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 138.

o fato de ser uma realidade distante, um privilégio alçado a poucos à custa de muitos, é motivo de entretenimento, cujo ápice é pagar voluntariamente para ter acesso impresso, e unicamente em imagens, a uma realidade longínqua, porém sonhada.

Como o capital não para jamais, uma vez estando o trabalhador em seu horário de descanso do labor, a determinação do seu lazer é uma forma de criar acumulação mesmo sem o trabalhador estar efetivamente produzindo. Fazer a classe produtiva destinar o seu tempo livre para atividades específicas, enraizadas no cotidiano, como ler jornal, ouvir rádio etc., significa manter o capital se reproduzindo mesmo nas horas de folga do real produtor. Atualmente, o fenômeno dos “smartphones”, conectados todo o tempo na “internet”, tem modificado os hábitos cotidianos, desligando as pessoas da convivialidade do mundo real cada vez por mais tempo.

Ainda, não se pode menosprezar a representação ideal que é cunhada e personificada na pessoa do ídolo. Distante de ser uma figura contestadora, a idolatria atua como forma de manter constante a insatisfação em relação a si. Desenvolve uma espécie de *autoalienação*, desejando a pessoa buscar modificar a sua fachada, adequando-se a um padrão economicamente moldado. A circunstância é que a pessoa não enxerga em si as aptidões necessárias para ser um agente social ativo, capaz de influenciar e definir os anseios comuns, senão como um sujeito empobrecido, que depende da imagem em outrem artificialmente modelada, gerando uma espécie de *autoestranhamento*.²¹

Como reflexo e produto da idolatria, o espaço da grande mídia é destinado para pessoas que são projetadas não porque possuem uma aptidão especial ou que mereçam alguma reverência específica. O critério é majoritariamente entrelaçado a um padrão estético ou de divertimento, como consequência os que mais falam na mídia brasileira são aqueles que não têm nada a dizer, porque são meros apresentadores ou entrevistados preocupados com o entretenimento, isto é, em formular um pintura bela sobre um cotidiano externo em que a felicidade não se faz presente em concreto.

Embora se busque uma aproximação estereotipada próxima ao desenhado pelo ídolo, os vínculos estabelecidos no cotidiano são com pessoas “comuns”, sem nenhum destaque midiático. Ante a ausência de poderes especiais, as pessoas não possuem

²¹ Os conceitos aqui tratados devem ser assimilados na formulação de Karl Marx, no entanto, considerando-os fora da atividade laborativa em si, senão como prática que se inicia no trabalho e é extensiva aos demais âmbitos da vida cotidiana. Cf. MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 79-87.

motivo algum para chamar a atenção recíproca. Friedrich Engels, saindo do contexto alemão da época, desvirgina o seu olhar sobre a cidade grande na Inglaterra. Relata, com tremendo espanto, a indiferença entre as pessoas que toma espaço na cidade, em virtude de uma passar pela outra sem nenhuma co-identificação:

[...] essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam o seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão imprudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências.²²

À época, a multidão de indiferentes chegava a chamar a atenção do fundador da filosofia da práxis, todavia, aos ouvidos recentes soa mais como uma descrição banal do cotidiano de qualquer grande cidade. Para Erving Goffman, esta prática social revela inclusive um comportamento de expressão visual, que denominou de “desatenção civil”. O conceito manifesta a ação de olhar para a outra pessoa, formando um aviso visual suficiente para que assuma a presença da outra, sendo que, em um segundo momento, retira-o com o intuito de demonstrar que não constitui nenhum alvo de curiosidade ou intenção especial.²³

Ao assim proceder, há a troca de olhares sem nenhum reconhecimento especial, constituindo um dos mais frequentes rituais interpessoais do cotidiano. Ao projetar a desatenção civil, a pessoa explicita que a outra não tem razões para suspeitar, como símbolo de cortesia tácita. Interpretando esta passagem de Goffman, Anthony Giddens refere que a desatenção não se confunde com indiferença, pelo contrário, é uma demonstração do que chama de “estranhamento polido”. Para Giddens, “A manutenção

²² ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 68.

²³ GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em Locais Públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 96.

da desatenção civil parece ser uma pressuposição muito geral da confiança presumida em encontros regulares com estranhos em lugares públicos”.²⁴

Se para Engels o que Goffman chamou de “desatenção civil” retrata o individualismo da pessoa voltada tão somente para si, as vidas socialmente isoladas que perseguem exclusivamente os objetivos próprios, em Giddens assume uma função totalmente diversa. Na etapa atual, a leitura é feita convertendo o ato, outrora visto como individualista, em uma espécie de segurança social. O olhar repentino, seguido do desvio no olhar, metamorfoseia-se em signo de tranquilidade de que nada fora do regular irá ocorrer. O “não-olhar”, ou melhor, o olhar efêmero desviado, é estranhamente o código social da segurança na grande cidade, em uma espécie de *alienação social coletiva urbana*.

Todos esses aspectos da vida urbana denotam que a crítica ao cotidiano não abre as cortinas do devir, no entanto, busca compreender que detrás da suposta trivialidade do cotidiano de todos os dias, na repetição da rotina, deve ser buscado o seu fundamento. Nas palavras de Henri Lefebvre:

Um dia trivial em nossas vidas – o que nós fazemos dele? É provável que [...] tomada socialmente (examinada à luz do lado social escondido da trivialidade individual) este dia trivial não teria absolutamente nada de trivial. Durante um dia no trabalho ou folga, cada um de nós entramos em relações com certo número de “coisas” sociais, cuja natureza nós não compreendemos, mas nós apoiamos com a nossa participação ativa; sem perceber isto, nós somos envolvidos em certo número de mecanismos sociais. (tradução livre).²⁵

A cotidianidade não é expressa nos momentos de rupturas, estando ancorada nas ações repetitivas do dia a dia, cuja regularidade é observada quase como um fenômeno biológico. O cotidiano transpira os hábitos, tradições, simbologias, crenças, linguagem etc., integrando o padrão de reprodução da atividade regular humana, em que impera o excesso de compromissos e a falta de capacidade reflexiva. Todos os comportamentos acima descritos estão inseridos em uma lógica de definição que escapa da vontade pessoal, devendo ser buscada a cadeia que engendra tais posicionamentos.

²⁴ GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991, p. 93-94.

²⁵ “A trivial day in our lives - what do we make of it? It is likely that [...] would reveal that taken socially (examined in the light of the hidden social side of individual triviality) this trivial day would have nothing trivial about it at all. During a day at work or a holiday, we each enter into relations with a certain number of social 'things' whose nature we do not understand, but which we support by our active participation; without realizing it we are caught up in a certain number of social mechanisms”. LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Vol. 1. New York: Verso, 2008, p. 196-197.

Toda essa mistificação dos aspectos mais prosaicos do cotidiano gera uma profusão interminável e cambiante de signos sociais, sem os quais torna impossível desenrolar a rotineira vida urbana. Partir da fachada, que é a projeção fenomênica típica da pessoa, não demonstra nada além da aparência, permanecendo ocultas as forças que confluem para consolidação dos estereótipos sociais. Mesmo que se deva partir da representação para captar essas leis que regem o fenômeno urbano e as suas interações observáveis na crítica do cotidiano, nelas não pode se esgotar.

1.2 A centralidade do trabalho na definição do personagem e da sua fachada profissional: o cotidiano do labor alienado e o impulso motivacional ao consumo

O cotidiano urbano demanda a exposição de múltiplas fachadas, cujos caracteres são confeccionados idealmente para vestir as alegorias da vida social. É preciso, nos atos da vida rotineira, apresentar-se da maneira pela qual o público que se lida diretamente, ansiosamente, espera. Os gestos, a vestimenta, a fala, a postura etc. devem se adequar a um padrão determinado socialmente, que uma vez quebrado rompe a relação de segurança que se engendra.²⁶ Entretanto, partir estritamente da fachada e nela se esgotar é como compreender uma pessoa tão somente baseado no que ela pensa de si, representando, antes de tudo, um equívoco metodológico.²⁷

Mesmo que a práxis cotidiana tenha se convertido em uma grande encenação artística, cujos atores duelam pela obtenção do melhor papel, não são poucos os escritores que pretendem tocar a marcha fúnebre ao trabalho, enterrando-o de vez como

²⁶ Para Giddens, quando há a necessidade de relacionamento entre os “atores leigos” e pessoas que portam confiabilidade específica em virtude da posição que ocupam, entra em ação o elemento “segurança”. Nas palavras do autor: “[...] a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos”. GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991, p. 96-97.

²⁷ “Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre as forças produtivas e relações de produção sociais”. MARX, Karl. Prefácio: Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 531.

categoria central de análise.²⁸ A sentença dada por Zygmunt Bauman seria passível de criar arrepios à barba de Marx, bem como de causar uma leve revirada em Highgate:

Despido de seus adereços escatológicos e arrancado de suas raízes metafísicas, o trabalho perdeu a centralidade que se lhe atribuía na galáxia dos valores dominantes na era da modernidade sólida e do capitalismo pesado. O trabalho não pode mais oferecer eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades e projetos de vida. Nem pode ser concebido com facilidade como fundamento ético da sociedade, ou como eixo ético da vida individual.

Em vez disso, o trabalho adquiriu – ao lado de outras atividades da vida – uma significação principalmente estética.²⁹

Bauman acerta o alvo com precisão ao apontar à significação estética do trabalho, no entanto, o seu argumento submerge quando defende a sua incapacidade de fixar definições, identidades etc., ao passo que a fachada profissional faz parte da representação que se apresenta com maior regularidade. Ao apossar-se de grande parte da vida útil de um ser humano que esteja integrado à lógica capitalista, o trabalho estampa a fachada principal. Não é culpa da mera ventura que a profissão se converteu em artefato de reconhecimento pessoal amplamente utilizado, bastando lembrar dos meios televisivos quando entrevistam um “anônimo”, sendo que a profissão é a única informação pessoal lançada na legenda abaixo do nome. Ao inverso das demais qualidades humanas – tais como os atributos físicos –, que pouco falam sobre um grande número de aspectos, a profissão atinge, idealmente, uma multiplicidade de facetas do personagem.³⁰

O fato de o trabalho não ser mais um “eixo seguro” em nada interfere na necessidade perene de sobrevivência. Por mais que as pessoas professem uma religião, adotem certa postura política, torçam para um time de futebol etc., estando inclusive fortemente engajadas na consecução destes fins, há necessidades elementares que não

²⁸ O tema foi suficientemente abordado por Ricardo Antunes em suas obras, cuja síntese do estado da técnica compõe trabalho recente. Cf. ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua Concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 23-39.

²⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 160.

³⁰ Para John Holloway, a fachada profissional nada mais é do que uma máscara: “Vivemos nas sombras, atrás de uma máscara [...]. A máscara é a máscara do trabalho abstrato. A abstração do trabalho [...] é a abstração do sujeito, a imposição de uma máscara de caráter, a transformação das pessoas em personificações. [...] A máscara de caráter é uma imagem teórica: a sujeição do nosso fazer ao trabalho abstrato cria um teatro, um palco sobre o qual os personagens se movem em intensa atividade. [...] Esquecemos que o que estamos assistindo é teatro, que esses personagens são apenas isso, pessoas forçadas a desempenhar certos papéis”. HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Brasil Publisher, 2013, p. 203-204.

podem ser suprimidas.³¹ A única forma de atendê-las é por meio da inserção no que se denomina de “mercado de trabalho”, assumindo um papel social. A distribuição dos papéis cotidianos não é promovida de maneira aleatória, pois, como anuncia Agnes Heller, “mesmo a vida social mais elementar seria inimaginável sem imitação”.³²

A reprodução do cotidiano do trabalho é baseada nessa *mimese humana*, uma vez que a pessoa nasce em um mundo já elaborado, cuja função primeira da família e do ensino formal é pô-la em um patamar de conhecimento capaz de assimilar os hábitos e conhecimentos rotineiros estabelecidos. A fixação estereotipada do papel profissional (uniformes etc.), além de diferenciar visualmente os vendedores de força de trabalho, auxilia na mecanização e padronização das ações diárias, tornando as relações sociais laborativas automatizadas, imprimindo-lhes o máximo de praticidade. Isto é, sabe-se de antemão o modo de se incorporar em um profissional específico, ou, mesmo quando não se saiba, basta ser oferecido um curto treinamento prévio.

O cotidiano do labor reflete a mesma artificialidade em que se converteu o mundo urbano. Henri Lefebvre atenta para que não se esqueça a conexão profunda que existe entre o teatro, a atuação e a própria vida. Nas palavras do autor francês:

Os artifícios que nós utilizamos sempre têm a sua parcela de encenação e arte, persuasão, sedução, exposição oratória, intimação, histrionismo. Não é uma questão de uma característica banal das pessoas sinceras, “sinceridade”, por um lado, e de “mentir” (planejada e traçada por “mentirosos), por outro. Na vida cotidiana ou no brilhoso palco do teatro, os seres humanos se comportam como *mistificadores*, que se engajam para desempenhar um papel no qual possam exagerar a sua própria importância. Às vezes a atuação é bruta, às vezes extremamente sutil; e além disso o ator se torna comprometido, compromissado, pois é algo sério. As peças devem ser atuadas até o fim, ao passo que elas não são estritamente papéis nos quais um ator pode desistir quando estiver cansado ou quando achar que está atuando mal. Elas se estendem à realidade, e é como se fosse real; a atuação explora o que é possível; em abstrato, a encenação não exclui sinceridade, pelo contrário, ela implica nisso, ao mesmo tempo em adiciona elementos – algo real: o conhecimento de uma situação, uma atuação, um resultado a ser

³¹ Engels, no funeral de Marx, modestamente atribuiu ao companheiro a formulação rudimentar do materialismo: “[...] descobriu Marx a lei do desenvolvimento da história humana: o simples facto, até aqui encoberto sob pululâncias ideológicas, de que os homens, antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc.; de que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos (e, com ela, o estágio de desenvolvimento económico de um povo ou de um período de tempo) forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do Direito, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e a partir da qual, portanto, das têm também que ser explicadas — e não, como até agora tem acontecido, inversamente”. ENGELS, Friedrich. Discurso diante do Túmulo de Karl Marx. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, p. 179.

³² HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 115.

alcançado. É precisamente nesse sentido que a vida cotidiana se assemelha a um teatro – e este teatro é capaz de resumir, condensar e “representar” a vida para espectadores reais. (tradução livre).³³

O fator que impulsiona a transformação dos papéis sociais coincide com o que grava a espécie humana. Não se trata de nenhuma revelação acadêmica que o ser humano pode ser distinguido dos animais por diversas formas. Certamente, o que não faltam são aspectos passíveis de serem destoados entre ambos. O ponto central é saber quais são as características relevantes de destaque ante as exigências de um método em específico. Mesmo que alguns autores tenham sobrelevado a posição final de Marx acerca da distinção entre a pessoa e o animal, gravada na indigitada parábola da abelha,³⁴ o critério principal distintivo está imbricado na necessidade perene de *produção dos meios de vida*.

É evidente que a atividade de modificar o entorno material não é essencialmente humana tão somente porque gera a transformação do ambiente. Caso assim o fosse, uma formiga que tem a habilidade de prosaicamente modificar a natureza, cortando a folha e carregando-a para o seu ninho para prover a sua alimentação, deveria ser compreendida como um legítimo ser humano. Tampouco se pode crer que basta que exista a consciência para que a distinção entre a pessoa e o animal tenha sido perfectibilizada. Ambos os extremos não captam o movimento dialético real e unitário que impulsiona o

³³ “The effects we use will always have their share of play-acting and artistry, persuasion, seduction, oratorical display, intimidation, histrionics. It is not a question of that ready-made characteristic of sincere people, ‘sincerity’, on the one hand, and of ‘lying’ (planned and plotted by ‘liars’) on the other. In everyday life or in the full glare of the theatre footlights, human beings always behave like *mystifiers*, who manage to ‘play a role’ precisely by exaggerating their own importance. Sometimes the acting is crude, sometimes extremely subtle; and moreover the actor becomes committed, compromised; it is a serious business. The parts must be acted out until the end; they are not pure roles, which an actor can give up when he is tired or when he feels he is acting badly. They extend reality, and are equally as real; acting explores what is possible; in the abstract, play-acting does not exclude sincerity; on the contrary, it implies it, while in same time adding something extra – something real: the knowledge of a situation, an action, a result to be obtain. It is precisely in this way that everyday life resembles theatre – and that theatre is able to resume, condense and ‘represent’ life for real spectators”. LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Vol. I. New York: Verso, 2008, p. 136.

³⁴ “Pressupomos o trabalho numa forma em que pertença exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo de em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente”. MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 149-150. Atenta-se que essa passagem conta com um grave equívoco de tradução, tendo em vista que no original consta “baumeister”, profissão que equivaleria à “mestre de obras” e não arquiteto, que sabidamente apenas projeta idealmente a construção, sem no entanto empregar as próprias forças físicas.

fenômeno, ao passo que o *dirigismo da consciência* responde à matéria ao mesmo instante em que responde à própria consciência.

Contrariamente a dos animais, no processo humano de produção dos meios de subsistência, engendra-se toda uma *formatação social específica*, que tem a capacidade de organizar, entrar em contradição, e reorganizar completamente o modo de vida social. O produto desse embate é a reordenança dos seus papéis, somente a partir da ação entre si sobre o ambiente, mediada pela luta de classes que se estabelece. Enquanto isso, a formiga continuará sendo uma formiga, que carrega a sua folha ao ninho, tendo ao máximo a capacidade de adaptação.³⁵ O aspecto basilar distintivo da pessoa e do animal, portanto, está expresso na aptidão de edificar, no curso da produção dos meios de vida, toda uma formação social cotidiana específica e, posteriormente, brotar no seu próprio âmago as forças hábeis de tornar esse mesmo modo de produzir contraditório em si. A consequência direta desse embate implica na total reforma dos modos de vida pré-existentes, momento em que se projeta relações humanas totalmente diversas.

A profundidade com que as relações sociais de trabalho imergem sobre a pessoa, gravando a sua identidade, pode ser aferida nos estágios de negação histórica da sua essência humana. Os vínculos que são formados na infraestrutura social permitem a total mudança qualitativa na concepção de pessoa, podendo até mesmo ser assemelhada ideal e praticamente a um animal.³⁶ Explicitando por meio das didáticas palavras de Marx: “Um negro é só um negro. Só em determinadas relações é que se torna um escravo”.³⁷ O contorno geral do papel social profissional é, por isso, intimamente dependente da formação social que dado modo de produção desenvolve, efetuando

³⁵ Nesse aspecto, dá-se certeza às palavras de Lukács, extraindo-se apenas os elementos de dirigismo da consciência, quando o autor infere: “Somente no trabalho, ao se estabelecer uma meta e os seus meios, a consciência desponta com o ato autogovernado, a posição teleológica, perpassando a mera adaptação ao ambiente – um estágio comum àquelas atividades animais que modifica a natureza de modo não deliberado – e começa a modificar a natureza de uma maneira que seria impossível de ela mesmo realiza sozinha, de fato, até mesmo inconcebível”. (tradução livre). “Only in labor, in the position of a goal its means, consciousness rises with a self-governed act, the teleological positing, above mere adaptation to the environment – a stage retained by those animal activities that alter nature objectively but not deliberately – and begins to effect changes in nature itself that are impossible coming from nature alone, indeed even inconceivable”. LUKÁCS, Georg. **The Ontology of Social Being: 3. Labor**. London: Merlin, 1980, p. 22.

³⁶ “Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se obtêm. Tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão. [...] A utilidade dos escravos é mais ou menos a mesma dos animais domésticos: ajudam-nos com sua força física em nossas necessidades quotidianas. A própria natureza parece querer dotar características diferentes os corpos dos homens livres e dos escravos”. ARISTÓTELES. **A Política**. 15. ed. São Paulo: Escala, 2007, p. 17.

³⁷ MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 161.

apropriações diversas da força de trabalho de acordo com a posição da pessoa frente aos meios de produção.³⁸

No trabalho, o exercício de um papel não se confunde com a existência de uma fachada profissional definida. É possível que hajam papéis diversos sem uma correlata modificação da fachada. Os escravos urbanos brasileiros do início do século XIX, por exemplo, conforme se apura do relato preciso de Jacob Gorender, “Eram eles os encarregados de todos os serviços urbanos, sobretudo do transporte de mercadorias e passageiros”.³⁹ Esses *negros de ganho*, que alugavam os seus serviços com a obrigação de repassar ao senhor uma renda diária ou semanal (retendo o que sobrasse), não tinham nenhuma fachada profissional específica que ofertasse distinção entre eles. De modo oposto, essa realidade não era extensível a alguns dos escravos domésticos urbanos, que ostentavam uma fachada própria, consoante assinala o mesmo autor:

Havia, decerto, os escravos – homens e mulheres – especialmente destinados à ostentação, educados, bem nutridos, e, ao menos portas afora [...] com luxo espalhafatoso. [...]

O próprio escravismo requeria, portanto, um tipo de escravo que recebia tratamento privilegiado, se o compararmos àquele dispensado aos companheiros de senzala.⁴⁰

A par da existência de disparidade nos papéis e nas fachadas assumidas, na prática da atividade laborativa hodierna se obedece à lógica da divisão social do trabalho, oportunidade em que se cumpre o *script* designado sem o deslocamento ideal. Isso faz do exercício do trabalho o momento em que a fachada raramente pode escapar da sua essência. Ao contrário do desfile no “shopping center” nas horas de lazer, em que se pode flutuar ao bel-prazer certa fachada ideologizada, o trabalho é o instante em que a pessoa precisa assumir quem ela realmente é, mesmo que idealmente abnegue a sua posição. Nesse interregno de tempo e espaço destinado à atividade produtiva torna-se inacessível o descolamento da fachada do *status* real, cabendo ao ator apenas desenvolver as tarefas designadas para o cargo ou à função que ocupa.⁴¹

³⁸ Cf. BELLO, Enzo; KELLER, Rene José. A Pobreza como Fruto Pernicioso das Relações entre o Homem e a Natureza no Capitalismo. In: LUNELLI, Carlos Alberto; Marin, Jefferson (Orgs.). **Estado, Meio Ambiente e Jurisdição**. Caxias do Sul: Educs, 2012, p. 100-102.

³⁹ GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Pérsamo Abreu, 2011, p. 497.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 507-508.

⁴¹ Exemplo do sustentando pode ser expresso na polêmica instaurada pela jornalista Micheline Borges, ao questionar no “Facebook” a chegada de médicas cubanas no programa Mais Médicos, do governo federal: “Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmo? Afe que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se

Uma vez assimilado dado papel social ou fachada, o trabalho não impõe fronteira estrita em relação ao *limite de exibição da fachada*, desde que a remuneração obtida permita o rompimento. A atividade laborativa, por vezes, não possui mais a capacidade de estigmatizar o trabalhador, ao modo que ele seja socialmente reconhecido como tal. A aquisição de peças de vestuário idênticas às utilizadas pela elite, por exemplo, é custosamente viável. Por evidente, mesmo que se possa descolar a identidade efetiva (do labor) com a ideal (da fachada ideologizada) existe uma divisa que se encontra em bens de consumo que são acessíveis apenas à classe dominante. Estes, todavia, são poupados dos olhos dos trabalhadores comuns, pois não são amplamente propagandeados comercialmente pela grande mídia.

Buscando alavancar o consumo, chancelando em escala crescente a transgressão do limite real da fachada, o fenômeno do endividamento da classe trabalhadora – que é instigada a alçar a sua fachada a um patamar elevado – converte-se em uma realidade banal. É o caso tanto dos financiamentos de automóveis como o da aquisição de mercadorias no cartão de crédito, sendo permitidos gastos acima do limite objetivo da venda da força de trabalho (o salário).⁴² Não compete, portanto, ao trabalho a tarefa precípua de definir o *limite aparente da fachada*, restando como aspecto essencial a *caracterização efetiva da identidade pessoal*, que cada vez mais é exposta deslocada do *status* sólido da profissão.

O trabalho assalariado provoca liames paradoxais com a fachada, surgindo o duelo entre a *fachada ideologizada* e a *fachada profissional*. O sonho ambicioso da libertação real da situação classista, autorizado apenas idealmente por meio da fachada ideologizada, pressupõe o aprisionamento a certo posto de trabalho (assumir uma fachada profissional). Quase como produto inoportuno, motivado a perseguir todos os atributos inerentes à fachada fantasiada, é preciso ao trabalhador cumprir o papel

impõe a partir da aparência...”. GLOBO.COM. Jornalista diz que médicas Cubanas Parecem ‘Empregadas Domésticas’. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>. Acessado em 02 de set. de 2013.

⁴² Conforme dados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), no Brasil, em abril de 2013, 62,9% das famílias brasileiras se encontram endividadas, sendo o cartão de crédito o responsável por 76,6% dos endividamentos. Cf. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Pesquisa CNC – Mais famílias endividadas em abril de 2013**. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_abril_2013.pdf. Acessado em 7 de mai. de 2013. É preciso ter presente que o fenômeno tem suas raízes estruturais sólidas, tendo em vista que é típico do capitalismo dependente o aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem o correspondente incremento na remuneração. Logo, aumenta-se os bens necessários de consumo sem que haja aumento na remuneração. Cf. LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?**. *Trab. educ. saúde*. 2013, vol.11, n.1, p. 183-186.

assumido: trabalhar. Trava-se uma batalha educacional de vários anos, em diferentes níveis, para constituir uma fachada, apenas visando a dela se libertar ou conseguir se expor da maneira mais deslocada possível. Tal qual acontece com os românticos incuráveis, a relação das fachadas é um dos casos em que libertação (visual) é condicionada ao aprisionamento (trabalho).

Cientes do desprestígio de certas profissões, ou até mesmo para embelezar a representação, diversas atividades tiveram a sua designação alterada, buscando justamente enfeitar uma atuação pouco prestigiada por meio da *estética da fachada profissional*. Mesmo que efetivamente não resulte em melhorias salariais ou condições mais favoráveis de labor, é possível revigorar o revestimento da fachada profissional por meio do jogo terminológico. Inclusive, a mudança parece ser contínua, como se observa do caso da então faxineira, que passou a ser empregada doméstica, adotando, mais recentemente, a insígnia de secretária (do lar). Enquanto isso, as secretárias no sentido primitivo do termo, adjetivamente “executivas”, sentem-se no direito de ficarem ofendidas com o suposto rebaixamento que a prática tem conduzido.⁴³

No capitalismo brasileiro, ocupar uma fachada qualquer já apresenta certo grau de dificuldade, ao passo que ostentar uma que seja visivelmente privilegiada, então, é restrita a poucos.⁴⁴ Por isso, a consolidação de uma fachada profissional socialmente valorizada converte-se em motivo de celebração e orgulho. Raramente as pessoas questionam o porquê de uma comemoração quando alguém se gradua em um curso superior no Brasil. Decerto, o motivo do festejo não está atrelado intimamente ao fato de o ex-estudante, supostamente, ter adquirido um conhecimento relevante ou ter se

⁴³ É curiosa a notícia veiculada pelo Jornalista Mauricio Stycer, em que Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC) fez uma reclamação formal à Rede Globo, quando a emissora passou a veicular chamadas da futura novela, intitulada “Cheias de Charme”, denominando as personagens principais, empregadas domésticas, de secretárias. O mais interessante é que a emissora acatou o pedido, mesmo resguardando o seu direito à livre expressão. Cf. STYCER, Mauricio. [Secretárias não querem empregadas chamadas de “secretárias do lar” em novela; Globo responde](#). In: **Blog do Mauricio Stycer**. Disponível em: <http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2012/04/13/secretarias-nao-querem-que-empregadas-sejam-chamadas-de-secretarias-do-lar-em-novela/>. Acessado em 9 de abr. de 2013. Outras profissões igualmente sofreram mutações de nomenclatura de modo a soarem menos desprestigiadas ou mais destacadas. A título ilustrativo, cita-se: de vendedor à promotor de vendas, de prostituta à acompanhante de luxo, de comerciante à empresário, as infundáveis gerências nos bancos; sem contar as recentes incorporações de escalonamentos de estrangeirismo, como “Trainee”, “Senior” etc.

⁴⁴ Dados divulgados pelo Ministério da Educação apontam que no ano de 2011 apenas 17,6% da população, entre pessoas de 18 a 24 anos, frequentaram ou concluíram o Ensino Superior de Graduação no Brasil, sendo que as instituições privadas detêm 73,7% das matrículas. Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior – 2011**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18153. Acessado em 6 mai. 2013.

tornado mais culto. O flagrante tecnicismo desmentiria tais assertivas. O que está em jogo na essência obscura, e efetivamente se comemora, é a valorização da única mercadoria que dispõe: a força de trabalho, de modo que irá poder vendê-la, após um longo e escarpado caminho, ao comprador por um valor mais alto no mercado.

Elabora-se todo um ritual solene e formal, artificeado diante da presença de autoridades acadêmicas, familiares, amigos, convidados em geral, apenas para exhibir à sociedade que houve a constituição de fachadas, ganhando as mercadorias presentes – que são as estrelas da festa – a tão sonhada valorização da sua força de trabalho. Ou seja, inconscientemente a lapidação da força de trabalho é o motivo de tamanho regozijo. Após, nesse mesmo espírito, o conselho profissional atribui a permissão de uso da fachada profissional, enquanto os sindicatos negociam e regulam a maneira pela qual a força de trabalho, valorizada, poderá ser vendida sem constituir uma ilegalidade do ponto de vista jurídico-formal.

Uma das grandes crenças ideológicas que assolam a vida cotidiana é a redenção financeira por meio do ensino educacional formal e da obtenção de um diploma. Pesquisa executada pelo IBOPE, sob encomenda do Instituto Pró-livro, buscou aferir o comportamento do leitor brasileiro e temas correlatos em 2011. Um dos pontos abordou a possibilidade de ascensão social por meio da leitura, podendo o leitor concordar ou não com esta sentença: “Ler bastante pode fazer uma pessoa ‘vencer na vida’ e melhorar a sua situação socioeconômica”. Ao todo, 64% dos entrevistados concordavam totalmente e 24% concordava parcialmente, chegando na cifra de concordância de 88%. A questão seguinte, no entanto, perguntava: “Você, pessoalmente, conhece alguém que ‘venceu na vida’, ou que melhorou sua situação por ler bastante (CASO SIM) Quem?”. A resposta de 47% dos entrevistados foi no sentido de que não conhecia ninguém, enquanto 8% não saberiam responder.⁴⁵ O discurso que mitifica o ensino esconde as estratificações e limitações objetivas das classes sociais, que são reais condicionantes do processo definitório dos papéis relevantes e de onde serão provenientes os que ocuparão estes espaços.

Além disso, a solidificação, mesmo que transitória, de uma fachada profissional é a chave redentora da maturidade socialmente reconhecida. Antes de ocorrer a sua consolidação, atribui-se a existência de uma fase de juventude, menoridade, imaturidade

⁴⁵ INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 3. ed. 2011. Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf. Acessado em 12 de junho de 2013.

etc., que aparece como se não houvesse nenhuma vinculação com a vida adulta. A partir de certa idade é socialmente desejável que haja a adoção de uma fachada laboral definida, momento em que se se extingue a suposta fase de construção da “personalidade”.⁴⁶ Jacob Gorender observa que esse enobrecimento do trabalho acompanhou o florescimento da sociedade burguesa, ao instante que “Durante milênios trabalho foi coisa de escravos, servos e de vilões. [...] Viver de algum trabalho socialmente admitido passou a ser dignificante, ao contrário do ócio aristocrático”.⁴⁷ Parafrazeando a ironia de Máximo Gorki, a ideologia do trabalho como dignificador ignora o fato de que caso o ser fosse valorizado pelo seu esforço, o cavalo teria uma posição de destaque na sociedade.⁴⁸

É frequente na realidade dos subempregos mal remunerados que haja uma constante rotatividade de funções e, por conseguinte, de fachadas profissionais.⁴⁹ Ao menos em um certo sentido se justifica o argumento de Agnes Heller, segundo a qual “A recusa do papel é característica daqueles que não se sentem à vontade na alienação”.⁵⁰ A contínua busca pela renovação da fachada profissional indica a existência de um desconforto no papel que se atua, manifestando, ao menos parcialmente, uma recusa da alienação submetida. Por outro lado, não se pode afirmar que a declinação do papel está associado a um *status* de despertar da consciência (seja de classe ou autoesclarecimento), senão cativado pelas condições insatisfatórias objetivas de trabalho.

⁴⁶ O próprio código Civil brasileiro anuncia que três das formas de romper com a menoridade civil é por meio da consolidação de uma fachada profissional:

“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: [...]

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria”. PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acessado em 9 de abr. de 2013.

⁴⁷ GORENDER, Jacob. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999, p. 179. Cf. GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Pérsamo Abreu, 2011, p. 105.

⁴⁸ “Que trabalhe, uma vez que lhe agrada, mas não é motivo para estar orgulhoso! Se os seres fossem apreciados pelo trabalho... então o cavalo valia mais que qualquer homem... Carrega os fardos e não diz uma palavra!”. GORKI, Máximo. **Albergue Nocturno**. Portugal: Europa-América, 1972, p. 131.

⁴⁹ Conforme levantamento feito pelo jornalista do Valor Econômico, Carlos Giffoni, dados do Ministério do Trabalho apontam que apenas 36,4% dos trabalhadores formais no Brasil, em abril de 2012, estavam há mais de sessenta meses no mesmo emprego. GIFFONI, Carlo. **Trabalhador Muda Mais de Emprego**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2696088/trabalhador-muda-mais-de-emprego>. Acessado em 8 mai. 2013.

⁵⁰ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 126.

Destoando da comum alienação estrutural, Pológui, operário esclarecido da obra de Gorki, indignou-se quando soube que os pepinos plantados com as suas próprias mãos foram arrancados sem a sua anuência.⁵¹ No sentido mais legítimo, idêntico ao propagando pelo liberal Wilhelm von Humboldt, ele se sentia o verdadeiro dono do produto do seu trabalho.⁵² O despertar esclarecido é mais facilmente constatado na literatura russa soviética do que no cotidiano do labor, em que a culturalidade do trabalho assalariado assentou sobre a consciência social essa segregação entre os produtores e o resultado do trabalho.

A atividade laborativa adquire o ingresso que autoriza a entrada na atração principal da modernidade: o consumo. Concatenar as pessoas no objetivo de adquirir bens materiais é uma tarefa que envolve a sublime missão de fantasiar os desejos, de modo a tornar a compra a finalidade cardeal da vida. A montagem do cenário da compra, com luzes específicas, enfeites, escritas atraentes, fazem parte da persuasão projetada na extravagância da aparência. A fim de incursionar nesse circuito, a venda da força de trabalho converte-se em uma fabulosa válvula propulsora ao consumo.

Por mais que consumir seja o caminho mais direto à felicidade artificial, o consumo não pode viver só de alegria, pois, ainda que prazerosa, a atividade jamais pode ser plenamente satisfativa. A cada dia a máquina dos sonhos do consumo irá produzir um novo desejo, desatualizando o bem já adquirido, sob pena de o ato se esgotar na realização. A lógica que orienta o processo de desenvolvimento do sistema capitalista é no sentido fazer girar a roda do ciclo do capital mais rapidamente,⁵³ encurtando cada vez mais o tempo entre o apego e desprezo de um bem específico. Zygmunt Bauman alerta que:

⁵¹ GÓRKI, Máximo. **Os Inimigos**. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 3.

⁵² “O homem nunca aprecia aquilo que possui tanto quanto sendo seu quanto aquilo que ele mesmo faz; e o jardineiro é, num sentido mais genuíno, o verdadeiro dono do jardim que cultiva”. HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Limites da Ação do Estado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, p. 157. Humboldt enxergava as limitações à liberdade impostas pelo Estado como força mitigadora das habilidades humanas. Agindo os homens de maneira mecânica, sem atender as suas vontades reais, poderia se admirar o que ele faz, mas não o que ele é. Interpretando essa passagem, Noam Chomsky defende que as ideias liberais clássicas, em sua essência (e não da forma como foram efetivamente desenvolvidas), são profundamente anticapitalistas. Inclusive, refere que “A essência dessas idéias deve ser destruída para que elas sirvam como uma ideologia ao capitalismo industrial moderno”. CHOSMKY, Noam. **O Governo no Futuro**. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 12.

⁵³ “Para realizar o seu ciclo, o capital deve passar pelas esferas da produção e da circulação, assumindo as formas de capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Cada uma dessas formas de capital apresenta o seu próprio ciclo. No entanto, é a unidade desses ciclos e a passagem do capital social de maneira simultânea por cada um deles que caracteriza a produção capitalista”. OSORIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 44.

A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar *perpétua a não-satisfação* de seus membros [...]. O método explícito de atingir tal efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores. [...] O que começa como um esforço para satisfazer uma necessidade deve se transformar em compulsão ou vício. [...] Se a busca por realização deve prosseguir e se as novas promessas devem ser atraentes e cativantes, as promessas já feitas devem ser quebradas e as esperanças de realização frustradas com regularidade. Cada uma das promessas *deve* ser enganadora, ou ao menos exagerada. Do contrário, a busca acaba ou o ardor com que é feita [...] caem abaixo do nível necessário para manter a circulação de mercadorias entre as linhas de montagem, as lojas e as latas de lixo.⁵⁴

Ao contrário dos saudosistas que vivem do passado, bem como dos meteorólogos que procuram alcançar a antevisão do futuro, os consumidores têm os pés fincados na maior expressão de imediatismo do presente: o *agora*. Como assinala Bauman, a vida do indivíduo “agorista”, na era do consumo, é medida pela pressa em adquirir, sendo que “[...] o motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de *descartar e substituir*”.⁵⁵ O consumo sobrevive do paradoxo do amor seguido do desapego. Ao mesmo instante em que possuir é a expressão máxima do amor à propriedade individual, egoísta, em breve essa mesma pessoa não nutrirá nenhum afeto ao produto, cujo destino natural da rotatividade é o descarte.

Esse impulso hiperbólico pelo consumo desmedido tem as suas implicações para o mundo do trabalho. Quando Marx declarava que os trabalhadores produziam para si apenas o próprio salário, bem como que o trabalho era uma atividade essencialmente alienada, jamais poderia prever que o consumo seria o analgésico compulsivo que suavizaria o ato desgastante de trabalhar.⁵⁶ O trabalho é ideologicamente condicionado para que os trabalhadores se tornem capazes de renovar a crença, mensalmente, na possibilidade de aquisição de novos bens, mais modernos, que irão trazer a alegria fugaz necessária.

O resultado imediato é o trabalho alimentando a cultura do consumo. Por mais que não haja nenhuma identificação com a atividade laborativa em si, ou com o

⁵⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 64.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 50.

⁵⁶ Mesmo sem portar a dimensão que assumiria o consumo, Marx já havia avançado de maneira razoável ao perceber o trabalho como meio de atendimento das necessidades que se encontram fora dele. “O trabalhador só se sente [...] junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. [...] O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele”. MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 83.

resultado do próprio labor, esses elementos são minorados ante a possibilidade de consumir e embelezar a fachada pessoal. Portanto, o consumo atua suavizando e relativizando o fato de o trabalho ser uma atividade desgastante, sem nenhum reconhecimento pessoal no seu desempenho. Além disso, em termos identitários, o trabalho é o elemento que permite a exposição de determinada fachada idealizada, ao propiciar a aquisição de todos os adornos necessários para uma exposição próxima ao ideário social capitalista: ser um legítimo integrante da *bourgeoisie*, consentido com o seu *charme discret*.⁵⁷

Assim, o trabalho não é exercido visando à realização pessoal ou da coletividade, senão para perfectibilizar a possibilidade de saciar os impulsos dos desejos. Intenta-se comprar um padrão de vida que seja pessoalmente cobiçado, bem como por terceiros enaltecido, não importando em qual grau da escala de consumo se encontre efetivamente. Theodor Adorno e Max Horkheimer destinaram uma das mais radicais críticas à indústria cultural e ao apelo desta ao consumo. Pioneiramente, alertaram que a distinção entre marcas e produtos é essencialmente ilusória, da mesma forma que a concorrência o é. A linha mestra do argumento é balizada pelo fato de que para cada tipo de consumidor há algo previsto, de modo que ninguém escape. Para tanto, é procedida de algumas distinções que são midiaticamente difundidas. Na literalidade dos autores:

O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com o seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria de produtos de massa fabricados para seu tipo. [...]

As vantagens e desvantagens que os conhecedores [dos produtos] discutem serve apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha.⁵⁸

⁵⁷ Cf. BUÑUEL, Luis; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Le Charme Discret de la Bourgeoisie**. [Filme-Vídeo] Direção de Luis Buñuel. França; Itália; Espanha, [Greenwich Film Productions](#), 1972. DVD, 102 min. Color. Mono. A esse respeito, Veblen aponta: “A fim de evitar o embrutecimento, ele tem de cultivar o gosto, já que lhe é imprescindível discriminar cuidadosamente entre o nobre e o ignóbil nos bens de seu consumo. Torna-se ele assim um *connoisseur* dos vários graus de valor dos alimentos, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das danças e dos narcóticos. Esse cultivo do senso estético requer tempo e esforço; portanto, ele tende a transformar sua vida de ócio num aprendizado mais ou menos árduo para uma vida correta de ócio ostensivo”. VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 37-38.

⁵⁸ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 101.

Há um fenômeno, pouco explicado, de acentuação do grau de ideologia presente no trabalho alienado, implicando na mitigação dos efeitos da alienação experimentada no labor. O resultado direto é que o consumo ideologiza a alienação, suavizando-a, fazendo com que a falta de identificação com a atividade em si, ou com o produto dela, sequer se torne objeto de questionamento.⁵⁹ Afinal, o meio redentor à liberalização do *status* classista visível somente se torna acessível por meio do trabalho. Assim como Marx descrevia, a vida do trabalhador ainda começa fora do expediente, todavia, o fator consumo assume uma faceta motivacional em larga escala, despontando como combustível que incentiva o trabalhador a vender, sem questionamento, a sua força de trabalho por toda uma vida, bem como a ostentar com maior ou menor orgulho um papel profissional e uma fachada social.

Em uma sociedade na qual os trabalhadores jamais desenvolveram a habilidade de enxergar para além dos papéis, sem saber como ocorre a atribuição dos personagens, tampouco compreendendo o processo de elaboração do enredo, os vendedores da força de trabalho não conseguem se projetar ao ponto de perder a estigma de figurantes. Quando a encenação integra a atuação real do trabalho, a realidade na sua totalidade se converte na junção do falso com o verdadeiro, da fachada profissional que sustenta a ideologizada. É preciso, portanto, conectar a essência da dualidade classista, sem que se negue a aparência, que é materializada no universo das fachadas cambiantes, cujo elemento consciência de classe pode restar mitigado.

1.3 O metabolismo da cidade: a rotina da artificialização do natural no cotidiano

Não há espaço na cidade que reserve maior intimidade do que a própria casa. Essa dimensão de pertencimento espacial, a muitos sonogada, é uma arte que concerne principalmente ao trabalhador, já que o capital carece de mobilidade própria.⁶⁰ Mesmo

⁵⁹ Não diretamente sob este enfoque, Marcuse já havia constatado o processo de dissolução empírica do conceito de alienação: “[...] o grau com que essa civilização transforma o mundo objetivo numa extensão da mente e do corpo humanos torna questionável a própria noção de alienação. As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, *hi-fi*, casa em patamares, utensílios de cozinha”. Mais adiante refere: “Acabo de sugerir que o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e têm nela seu próprio desenvolvimento e satisfação”. MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 29;31.

⁶⁰ HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 157-158. Acerca do processo de mobilidade do capital, cf. HARVEY, David. **The Limits to Capital**. New York: Verso, 2006, p. 373-411.

no ambiente reservado do lar, não se consegue isolar por completo o peso flutuante da cultura provinda da racionalidade burguesa. A adoração ao consumo difunde-se por todas as formas midiáticas, tornando humanamente impossível blindar-se por completo de qualquer interferência propagandista. A lógica, em verdade, é totalmente invertida. O habitual do cotidiano é as pessoas abrirem, deliberadamente, a porta das suas casas para que a informação chegue, pelas mais variadas formas (jornal, televisão, *internet*), e com ela as mensagens que naturalizam e chancelam esse modo de viver adorador das coisas e impulsionador do consumo.

Thorstein Veblen retrata, por exemplo, que os vizinhos de uma pessoa muitas vezes sequer o são em um sentido de convivência próxima, não achando-se nem mesmo na qualidade de conhecidos. Ainda assim, a sua opinião transitória tem um alto teor de utilidade.⁶¹ Com o propósito de impressionar esses observadores efêmeros, ao mesmo instante em que nutre uma satisfação pessoal pela atração do seu olhar, “a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler”.⁶² Um dos reflexos é a formação da prática, quase impensada, de *decodificação visual* da pessoa, imergindo sobre a aparência para desvendar o potencial de consumo. Envolta a troca de palavras numa conversação rotineira, o olhar observa, atentamente, os caracteres que conformam a fachada, desde o corte do cabelo até a marca de roupa que ostenta, convertendo-se em um dos rituais urbanos mais frequentes.

Na cidade há essa adoração generalizada sobre as mercadorias, situando-se as pessoas entre dois extremos na sua obtenção. De um lado, encontram-se os que têm a possibilidade de adquiri-las em ingentes quantidades e, de outro, os que limitam-se a um volume mínimo. Ainda que a divisão estrutural de classes explique os pontos equidistantes, a ética que movimenta os dois extremos díspares do consumo é a mesma: o hedonismo. Nesse aspecto, a advertência de Slavoj Žižek é precisa. Para o autor esloveno, o consumismo contemporâneo bem ilustra a distinção laciana entre prazer e gozo. O gozo é um ato em si excessivo, enquanto o prazer é moderado. Há o consumista que calcula os seus prazeres (risco que implica à saúde etc.) e o que é “autodestrutivo” (o fumante etc.). Entre os extremos, Žižek defende que deve-se afastar a premissa de que na sociedade hedonista consumista todos gozam:

⁶¹ VEBLÉN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 42.

⁶² *Ibidem*, p. 43.

[...] a estratégia básica do hedonismo consumista iluminado é, ao contrário, privar o gozo de sua dimensão excessiva, de seu excesso perturbador, já que não serve para nada. O gozo é tolerado, até solicitado, mas com a condição de que seja saudável, não ameace nossa estabilidade psíquica ou biológica: chocolate sim, mas sem gordura; coca-cola sim, mas *diet*; café sim, sem cafeína; cerveja sim, sem álcool; maionese sim, mas sem colesterol; sexo sim, mas seguro...⁶³

Consumir proporciona *prazeres* para todas as classes integradas (formal ou informalmente) ao mercado de trabalho capitalista, ressaltando os graus diversos de intensidade no potencial de aquisição. Oscar Wilde, despontando a sua originalidade em uma das suas marcantes frases, assentia que apenas uma classe pensa mais em dinheiro que a dos ricos, e é justamente a dos pobres.⁶⁴ Por outro lado, apenas a uma das classes é autorizada assumir legitimamente a fachada ideal, que é deter as reais chances de consumir temerariamente. Isso remete a uma aula sobre traços da biologia dos animais, em que o personagem professor Girafales indagou à turma: “Bem, agora vamos ver... como se chamam os animais que comem de tudo?”. Para o espanto de toda a sala de aula, inclusive do professor, Chaves levanta o braço, sinalizando que sabe a resposta. Atônito, emenda o professor Girafales: “Chaves... você sabe como se chamam os animais que comem de tudo?”. Acenando afirmativamente com a cabeça, Chaves sentencia: “ricos”.⁶⁵

Esse padrão de consumo estipulado pela classe dominante não só é assimilado pela classe subalterna, como se converte em objetivo principal que move a vida comum de todos os dias.⁶⁶ O consumo impulsionado pelo poder midiático proporciona uma verdadeira inundação consumista, que atinge a todos os âmbitos sociais, até mesmo o da

⁶³ ŽIŽEK, Slavoj. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 54. Isso sem contar, como alerta Fromm, que em certos setores do consumo, como o de drogas, pornografia, alimentos não saudáveis etc., “[...] existe um consenso geral [...] de que há desejos que são prejudiciais ao homem e que não deveriam ser satisfeitos, a despeito do fato de que uma pessoa precisa da satisfação desses desejos. [...] essas restrições são baseadas essencialmente em dois princípios: a preocupação com o dano corporal e os vestígios que restam da moralidade puritana”. FROMM, Erich. **A Revolução da Esperança: Por uma tecnologia humanizada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 127-128.

⁶⁴ “Na sociedade há apenas uma classe que pensa mais em dinheiro do que os ricos, e é a dos pobres. Estes não podem pensar em mais nada. Aí está o infortúnio de ser pobre”. WILDE, Oscar. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 33.

⁶⁵ O Festival da Burrice. Chaves. São Paulo: SBT, 17 de janeiro, 2012. Programa de TV. 17 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=GEhpkQAftZ4>. Acessado em: 19 de ago. de 2013.

⁶⁶ “O resultado é que os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal. Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito”. VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 41.

vida privada por excelência, que é o lar. A casa internaliza, simbólica e materialmente, o cotidiano que se manifesta regularmente na cidade, regrido a rotina doméstica de acordo com as tarefas que devem ser repetidas dia a dia, principalmente em função da atividade laborativa.

Como propugnava Marx, mesmo que a pessoa tenha que trabalhar todos os dias por quase um vida inteira, ela não pode vender a si de uma vez por todas, senão seria um escravo e não um assalariado.⁶⁷ Por isso, mensalmente, renova-se, com o pagamento do salário, a rotina estabelecida sem qualquer suspiro de inconformidade. A atividade laborativa se converteu em exercer atividades de repetição, pelo máximo de tempo de vida útil possível, apenas para trazer coisas para casa e, em um ciclo cada vez mais acelerado, se desfazer dessas mesmas coisas para que possam entrar outras novas, mais “modernas”. Essa mimese cotidiana somente se torna realizável a partir da interação da pessoa com o ambiente natural, ao passo que toda a atividade produtiva humana que implica na transformação da matéria pressupõe esse processo de *metabolismo* entre a pessoa e a natureza.⁶⁸

O trabalho impõe uma relação entre o ambiente natural e a pessoa, no qual esta media a vinculação de ambos com dirigismo consciente. Os dois não são elementos estranhos entre si, ao passo que a exteriorização da força de trabalho é a manifestação de uma forma de natureza, contida na espécie humana. O ponto central é que “Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.⁶⁹ A pessoa, ao gravar sobre a natureza as suas características, incorpora dela suas qualidades, portanto, o processo de objetivação das suas forças sobre o natural (artificialização do natural) representa a sua própria modificação (naturalização do pessoal).⁷⁰

⁶⁷ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 139. Esta ideia Marx absorveu de Hegel, quando o filósofo assim ponderou: “Exemplos de alienação da personalidade são a escravatura [...]. Posso ceder a outrem aquilo que seja produto isolado das capacidades e faculdades particulares da minha atividade corporal e mental ou do emprego delas por um tempo limitado, pois esta limitação confere-lhe uma relação de extrinsecidade com a minha totalidade e universalidade. Mas se eu alienasse todo o meu tempo de trabalho e a totalidade da minha produção, daria a outrem a propriedade daquilo que tenho de substancial, de toda a minha atividade e realidade, da minha personalidade”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 64-65.

⁶⁸ A noção de metabolismo é central para a análise de processo de trabalho em Marx. Cf. FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: Materialism and nature**. New York: Monthly Review, 2000, p. 157-163.

⁶⁹ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 149.

⁷⁰ Em razão da sua posição de desenvolvimento dependente, o metabolismo entre a pessoa e a natureza foi exercida no Brasil, pelo menos até metade do século XIX, de maneira mais direta: “Durante praticamente três séculos e meio, o território brasileiro conheceu uma utilização fundada na exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho direto e concreto do homem, mais do que pela incorporação do

Ainda que esse metabolismo entre a pessoa e natureza tenha de ser exercido intermitentemente, essa não é a relação metabólica que movimenta o espaço urbano diretamente. O metabolismo da cidade não pode ser equiparado ao descrito por Marx, notadamente porque a interação não ocorre, na maior parte das vezes, entre a pessoa e o ambiente natural, senão com a natureza na forma já modelada pelo processo capitalista de urbanização. Além disso, como ele próprio acentua: “[...] essa natureza que precede a história humana [...]; é uma natureza que hoje em dia, salvo talvez em recentes formações de ilhas de corais australianas, não existe em lugar nenhum [...]”.⁷¹ O metabolismo que move o espaço urbano deve ser compreendido, via de regra, como interação dialética de uma pessoa sobre a outra, implicando em maior ou menor modificação do ambiente material.

O espaço urbano é, portanto, o local de exercício da convivialidade humana em que a artificialidade se converte em naturalidade para os que habitam as cidades. O modo de produção capitalista, ao engendrar no Brasil um processo de urbanização acentuado, retirou a relevância até então central do campo, ocasionando uma abrupta segregação entre o espaço urbano e o rural.⁷² Conforme aponta James O’Connor, no capitalismo a natureza é o ponto de partida da produção, no entanto, tipicamente não é o ponto de retorno.⁷³ Essa segregação radical entre o espaço urbano e o agrícola⁷⁴ rompe o metabolismo da pessoa com a natureza, ao passo que a pessoa que reside nos centros urbanos, motivada pela oferta de postos de trabalho, é privada do acesso ao ambiente natural, estando condenada a viver sobre a natureza transformada (também chamada de segunda natureza).

Esse rompimento do metabolismo, deturpado mesmo na região agrícola,⁷⁵ faz com que o ambiente natural seja projetado desfigurado no espaço urbano. A natureza

capital à natureza que, durante esse tempo, teve um papel relevante na seleção das produções e dos homens”. SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009, p. 48. Cf. SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011, p. 227.

⁷¹ MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 32.

⁷² SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009, p. 19-30.

⁷³ O’CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998, p. 191.

⁷⁴ “[...] diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*. Simplesmente, não mais se tratariam de ‘regiões rurais’ e ‘cidades’. Hoje, as regiões agrícolas [...] contêm cidades”. SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009, p. 73.

⁷⁵ James O’Connor precisa que o metabolismo básico entre a pessoa e a natureza também foi afetado nas zonas agrícolas. A existência de sistemas especializados de agricultura (monocultura), concentração da produção destinada ao mercado externo etc., forçam uma degradação do solo, desflorestamento, poluição

passa a ser vista como sinônimo de selvagem, primitivo, cujo principal personagem é enxergado na qualidade de agricultor, que representa uma pessoa “atrasada” ou estacionada no tempo. Como destaca Lefebvre: “As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza [...] instala-se a mediação essencial: a realidade urbana”.⁷⁶ A relação que se mantém com a natureza no capitalismo, e o seu modo de assimilação, faz com que ela seja entendida meramente como “[...] algo que pode ser separado e remontado sob novas formas, por exemplo, na forma de uma mercadoria” (tradução livre).⁷⁷

A forma mais comum com que a natureza ingressa no espaço urbano é não sendo ela mesma. A sua presença, como anuncia Lefebvre, é muito mais ilusória e fictícia.⁷⁸ A sua maneira típica de aparição é em signos de ausência (uma flor, uma árvore, um perfume etc.). O ambiente natural, aos olhos das grandes cidades, é muitas vezes cultivado tão somente como meros adornos mercantilizados, mantido por especialistas (jardineiros), não integrando a realidade espacial urbana de modo significativo. Cultivar um espaço específico para ela é quase uma atividade de requinte, já que o máximo que se destina é um pequeno canteiro, ou até mesmo algumas plantinhas no parapeito da janela, sinalizando que no espaço urbano a natureza é alienígena. Ainda que os parques das cidades façam com que ela seja eventualmente lembrada, este espaço se converte em local de lazer, cuja funcionalidade é quebrar a rotina que pertence ao concreto.

Essa trivial descrição do cotidiano urbano esconde em si uma das características mais nefastas à pessoa e à natureza. Quando a apropriação do ambiente natural deixa de ocorrer aos olhos da cidade, aparecendo já em sua forma mais acabada, de mercadoria, a consciência deixa de captar o processo que está subjacente à sua chegada. Karl Marx, na passagem sobre o fetichismo da mercadoria, retrata que a sua fabricação envolve um caráter místico. A mercadoria, tão logo desponte na sua formatação final, passa por uma transformação física metafísica. Marx exemplifica que a forma da madeira é modificada quando ela se torna uma mesa, ainda que esta mesa continue sendo, fisicamente, uma madeira. Ocorre que, no exato instante em que ela se transmuta em mesa, ninguém mais

excessiva nas zonas industriais, superpopulação em áreas subdesenvolvidas etc. O’CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998, p. 192-196.

⁷⁶ LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 23.

⁷⁷ “[...] something that can be taken apart and reassemble in new forms, for example, in the form of a commodity”. O’CONNOR, *Op. Cit.*, p. 21.

⁷⁸ LEFEBVRE, *Op. Cit.*, p. 34.

a enxerga como uma simples madeira, senão na qualidade de coisa modificada física metafisicamente.⁷⁹

A forma mercadoria não tem nada a ver com a sua natureza física, aparecendo como aquilo que elas são mais imediatamente, não como o que escondem (relações sociais entre pessoas e o seu trabalho).⁸⁰ Por mais que tudo que está ao redor, neste exato momento, seja efetivamente a natureza, nenhuma pessoa – ao menos que se esteja lendo este texto debaixo de uma árvore ao ar livre – consegue se enxergar como rodeada pela natureza. Esse processo chancela que se degrade a natureza na sua máxima capacidade de apropriação, sem que isso resulte em qualquer reprimenda social, ou até mesmo jurídica (desde que obedecidos alguns poucos parâmetros normativos). A transformação física metafísica faz com que as relações sociais que estão por trás da mercadoria, e a fonte direta da riqueza (ambiente natural), tornem-se invisíveis ao olho nu.

David Harvey, em seu curso introdutório de geografia na Universidade Johns Hopkins, sempre começava perguntando aos alunos de onde tinha vindo o seu café da manhã. A resposta habitual era que havia sido comprado na padaria. Quando instigava para que pensassem além da forma final, i. e., de onde efetivamente tinham vindo os ingredientes do café da manhã (a xícara, o açúcar, o café, até mesmo o maquinário etc.), vislumbrava-se uma extensa cadeia de relações laborativas, em ambientes geográficos extremamente díspares, a qual não se consegue remontar. O que está detrás dessa pergunta não são os aspectos morais (se fabricados sob regime de escravidão, baixo assalariamento etc.), senão ter a proeza de revelar que num simples aspecto diário da vida cotidiana não se consegue enxergar para além do imediatismo da forma mercanciada na padaria.⁸¹

O consumo de mercadorias em larga escala não é visto como subtração direta da natureza, pois quando se compra uma nova televisão, por exemplo, tudo que se enxerga é o aparelho por meio do qual será possível assistir partidas de futebol em uma resolução melhorada.⁸² Isso autoriza, mesmo que tacitamente, que a degradação

⁷⁹ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 70-71.

⁸⁰ MARX, *ibidem*, p. 71-72.

⁸¹ HARVEY, David. **Para Entender O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 48.

⁸² A apropriação do aspecto imediato é típico do cotidiano: “[...] a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que exercita a sua atividade prático-sensível, sobre

ambiental ocorra constantemente, ao passo que a diminuição do ambiente natural não é passível de ser vista no ato de aquisição dos produtos, não está neles gravadas sob nenhum aspecto, tampouco se consegue remontar a vasta cadeia que envolve a sua produção. Mesmo os alimentos mais prosaicos, como o feijão e o arroz, que são extraídos diretamente da terra, aparecem na cidade sob a forma de mercadoria, pouco importando se o processo produtivo que envolveu a sua fabricação foi balizado pelo uso de venenos agrícolas, que causam malefícios às pessoas e à natureza. Por vezes, apenas adiciona-se símbolos pouco compreensíveis na embalagem, como se representassem maior transparência sobre a sua gênese (como o “T”, no caso dos transgênicos).

Ao lado dessa devastação ambiental, que a mercadoria muda silencia, e que o brilho do consumo ofusca a vista, não se consegue desvendar como ocorrem as relações de trabalho. O máximo que se alcança é encontrar a sua origem, lendo a indigitada inscrição “made in...”, mesmo que muitas vezes sequer se saiba com precisão onde o local se situa, ou qualquer aspecto de relevante acerca da culturalidade do seu povo. Portanto, a mercadoria, detrás da sua singela forma, da sua atrativa aparência, e do enobrecimento social conquistado pela sua aquisição, carrega consigo caracteres obscuros. Ao lado da degradação invisível aos olhos da cidade, tampouco se enxerga que a produção da mercadoria envolve a compra prévia de outra mercadoria, presente apenas na corporalidade humana: a força de trabalho.

Ainda que a mercadoria esteja rodeada por aspectos místicos, o necessário *detour* permite que eles sejam decodificados e lidos. No capitalismo, a degradação da natureza representa a própria degradação humana do trabalhador, ao passo que ambos são rebaixados à condição de meio ao fim último, que é a geração e acumulação do capital.⁸³ De um lado, a natureza aparece sob a forma de coisas e, de outro, as pessoas sob a veste de mercadoria. A cidade se torna, à vista disso, o local próprio de circulação dessas duas espécies de mercadorias por excelência. O metabolismo da cidade consiste, portanto, em produzir *pessoas coisificadas* capazes de se vender para adquirir *coisas pessoalizadas*. Uma das consequências é que o metabolismo da cidade jamais funciona com regularidade, uma vez que embora as pessoas necessitem da natureza para

cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade”. KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 13-14.

⁸³ “La subordinación del individuo como medio para fines económicos se funda en las características del modo capitalista de producción, que hacen de la acumulación del capital el propósito y el objetivo de la actividad económica”. FROMM, Erich. **El Miedo a la Libertad**. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1958, p. 136.

sobreviver (ou dos valores de uso dela advindos),⁸⁴ a cidade não tem condições de ofertá-la, gerando a dependência da natureza ao mesmo tempo em que ela é banida do espaço urbano.

Não há nenhum documento solene a ser carimbado para que haja essa aceitação social passiva, essa subjugação coletiva, balizada pela segregação radical entre o natural e o construído. A capacidade criativa de moldar fisicamente o que está presente apenas no ideal, trazendo a satisfação material, aprisiona e condena o trabalhador a vender a sua força de trabalho por uma vida toda para adquirir outras mercadorias. Há um custo muito alto a ser pago para a manutenção desse cotidiano metabólico irracional, pagando o trabalhador com a alienação despercebida do que há de mais íntimo: a sua individualidade. Essa obsessão compulsiva por artificializar em escala crescente o natural, mercantilizando o máximo de aspectos da vida social, somente se torna compreensível quando se examina o efeito sobre a consciência, conforme aponta Chris Williams:

O desequilíbrio abissal entre a mania capitalista imposta de expressar a felicidade através da riqueza material externa (e de bens) e o preenchimento interno das necessidades humanas genuínas, conduz a um profundo conflito psicológico de consciência. A maneira pela qual o capitalismo incentiva a posse individual de bens frustra as genuínas necessidades humanas que são também de ordem material, mas não se encaixam na forma da mercadoria, tais como ter relacionamentos verdadeiros e completos com outras pessoas, e o dispor de um tempo de lazer que não foi desenhado, embalado e vendido para o lucro. Essas coisas, ao seu turno, juntamente com as tensões de viver em um ritmo tão acelerado e um modo de existência fora de controle, gera níveis crescentes de depressão e outros distúrbios psicológicos – encetando a necessidade que dá azo para mais um ramo empresarial altamente lucrativo [...]. Nós somos ensinados que o problema não está na sociedade freneticamente insustentável, senão que reside de dentro para fora dos nossos cérebros individuais com alguma química mal ajustada. (tradução livre)⁸⁵

⁸⁴ Mais ou menos na linha do descrito por Erich Fromm, para o qual ao lado da natureza humana histórica haveria uma natureza congênita, Neil Smith retrata que os seres humanos nascem com certas necessidades naturais (alimentação, sexo, interação social etc.), as quais o ambiente natural tem um papel central no seu preenchimento, direta ou indiretamente. Ocorre que, a cidade não pode prover esses elementos mínimos, que devem ser angariados de forma individual, por cada vendedor da força de trabalho. Cf. FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 34-35. SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, capital and production of space**. 3. ed. Athens: Georgia, 2008, p. 54-55.

⁸⁵ “The yawning imbalance between the capitalist-impelled mania to express happiness thru external material wealth and possessions and the internal fulfillment of genuine human needs leads to profound psychological conflicts of conscience. The way that capitalism encourages a focus on individual possession of commodities frustrates genuine human needs that are also material but don’t fit into the commodity form such as having fulfilling relationships with other people, and leisure time that isn’t shaped, packaged, and sold for profit. These things in turn, coupled with the strains of living at such an accelerated pace and out-of-control mode of existence, generate increasing levels of depression and others psychological disorders - which manufactures the need for another highly profitable capitalist enterprise

Mesmo que se saiba que os protótipos de vida comercializados pela indústria cultural não tenham representatividade no cotidiano, as pessoas se deixaram levar por essa idealização fantasiosa como se vida fosse um eterno comercial de margarina. A aceitação passiva da rotina traz felicidades irreais, que vêm empacotadas dentro de embalagens e alimentam o metabolismo que move a cidade. Há um custo social não contabilizado para que se mantenha essa rotina de aparente normalidade, embutido na redução espiritual da pessoa a uma espécie de unidimensionalidade,⁸⁶ em que não há alternativas no horizonte ao cotidiano estabelecido. Viver é caminhar passivamente pelos trilhos das ruas, dia após dia, para vender a sua mercadoria a quem melhor quiser remunerar. Segundo Kosik: “Gerações inteiras e milhões de pessoas viveram e vivem na cotidianidade da sua vida como em uma atmosfera *natural* sem que lhes ocorra à mente, nem de longe, a idéia de indagarem qual o sentido dessa cotidianidade”.⁸⁷

A cidade brasileira experimenta, em sua máxima potencialidade, o cotidiano da *dominação espiritual silenciosa*. Ao lado de um poder estatal fisicamente repressivo, utilizado apenas em casos extremos de insurreição popular ou contra os pobres marginalizados, a vida de todos os dias mantém a sua rotina conformista ao custo da imposição da racionalidade burguesa. Os rituais que influem a sociabilidade urbana são constituídos de modo que não se questione a desinteressante repetitividade cotidiana. Vivenciar, dia após dia, hábitos similares, atividades pouco prazerosas que surtem resultados semelhantes por toda uma vida (como o trabalho), somente refletem o exercício impensado que tornou a “aventura” cotidiana do próprio viver.



Figura 1 - As aventuras do homem assalariado

[...]. We are taught that the problem is not with a wildly unsustainable society, rather it resides deep inside out individual brains with some maladjusted chemistry”. WILLIAMS, Chris. **Ecology and Socialism: Solutions to capitalist ecological crisis**. Chicago: Haymarket, 2010, p. 210.

⁸⁶ MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 23-37.

⁸⁷ KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 79-80.

Fonte: Autor desconhecido⁸⁸

Detrás dessa aparente trivialidade da rotina, que chancela um *modus vivendi* essencialmente contraditório, há um custo social ideológico mantenedor da ordem. Esse custo é sofrido, diariamente, por aqueles que absorvem acriticamente a rotina impressa na cidade sem qualquer chance de objetar-se. O capital se utiliza de aparelhos ideológicos amplamente difundidos na cidade como forma de propagar, em larga escala, a naturalização do corrompimento espiritual. Grava-se sobre a pessoa que viver sendo uma mercadoria, no mais das vezes barata,⁸⁹ para ter a possibilidade de adquirir outras é algo que deve ser aceito sem qualquer contestação. Essa manipulação, que se torna consentida pelos que a assimilam, não deve ser tratada como ato de violência, não obstante o que esteja em jogo é o processo de formação da própria individualidade humana.⁹⁰

Replicar essa dominação silenciosa significa rejeitar o metabolismo da cidade. Ainda que haja, inegavelmente, laço de continuidade entre a ancestralidade africana e o processo de constituição da cidade brasileira, a formação desta nos moldes atuais não pode ser buscada distante da lógica própria do capital. Como certa vez disse Francisco de Oliveira: “[...] no mundo da mercadoria, a pior coisa que pode acontecer a alguém é não ser mercadoria”.⁹¹ É precisamente este o ponto que orienta o metabolismo da cidade, ao passo que a sobrevivência passa a depender, exclusivamente, da possibilidade de consumir. Inclusive à classe dominante, ao contrário da formação pré-capitalista, o enobrecimento passa a ser associado à capacidade de consumo, e não mais à ostentação do ócio.⁹²

⁸⁸ Music Television – MTV. Disponível em <http://mtv.uol.com.br/lol/blog/as-aventuras-do-homem-assalariado>. Acessado em 22 de ago. 2013.

⁸⁹ O censo demográfico divulgado pelo IBGE demonstrou que 72% dos brasileiros ganhavam até dois salários mínimos em 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acessado em 01 de out. de 2013.

⁹⁰ Para Marcuse não se pode dilatar em demasia o conceito de violência, que assume uma conotação mais física. Os mecanismos de democracia totalitária trabalham com a interiorização e integração ao sistema dominante imposto pela indústria cultural. MARCUSE, Herbert. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 28-29.

⁹¹ OLIVEIRA, Francisco. I. Economia Política: Francisco de Oliveira. In: CARVALHO, Sérgio de; et. al (col.). **Atuação Crítica: Entrevistas da Vintém e outras conversas**. São Paulo: Expressão Popular; Companhia do Latão, 2009, p. 29.

⁹² “No começo, o ócio ocupou o primeiro lugar, e veio a manter uma posição muito acima do consumo supérfluo de bens, seja como expoente direto da riqueza e elemento constituinte do padrão de decência durante a cultura quase pacífica. Desse ponto em diante, o consumo ganhou terreno, até que, presentemente, mantém uma primazia indubitável, embora ainda esteja longe de absorver toda a margem da produção acima de um mínimo de subsistência”. VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 44-45.

As formas de dominação opressoras são silenciosas, inconscientemente penetradas ao ponto de se tornarem até mesmo socialmente cobiçadas. Vivenciar a rotina no escuro é ter a possibilidade de ascender ao clarão do consumo. Nessa irracionalidade racional, a moda é o típico exemplo do “[...] sol que nunca se põe no império da passividade moderna”.⁹³ Antes de um anoitecer haverá uma nova forma de se vestir, de embelezar a fachada, sem que essa dominação seja sentida ou consentida, ganhando naturalidade pelo fato de ser. Como pontua Agnes Heller, “Quem quer então desempenhar adequadamente seu papel não pode se permitir o menor atraso com relação à moda; tem de segui-la passo a passo, tem de submeter a seu arbítrio [...]”.⁹⁴

A dominação silenciosa se ocupa de preencher as mais variadas facetas do cotidiano, internalizando o modo de vida adorador da aparência. Decoram-se todos os objetos acessíveis, fazendo da natureza um objeto de ornamento da casa, do jardim, gerando uma profusão dos mais variados adornos supérfluos. Vestir-se há tempos deixou de cumprir a função de meramente proteger-se dos infortúnios climáticos, senão revela as exigências de autoprojeção, denotando até mesmo traços da personalidade. É preciso ser diferente, ainda que todos se igualem nesta tentativa fortuita de chamar a atenção pela veste. A inconformidade consigo é o traço mais marcante, fazendo com que as cirurgias plásticas estéticas, bem com o uso indiscriminado do silicone, moldem as pessoas a uma patamar sobrehumano de embelezamento. Isso sem contar as academias de musculação, onde as pessoas pagam para carregar peso, que somente se torna justificável diante de uma rotina urbana em que a atividade física maior é caminhar até o carro ou à parada do ônibus.

Essa lógica violenta não é sentida, embora seja experimentada na vida urbana de todos os dias. Consome-se a vida consumindo a si. Vender-se na rotina do labor consumido representa o próprio consumo do labor, materializado na aquisição desses meros prazeres travestidos de infundáveis gozos. É mais ou menos como disse o Presidente Mujica em seu discurso na ONU, no dia 25 de setembro de 2013:

⁹³ DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 17.

⁹⁴ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 117. “A cultura do consumista é marcada por uma pressão constante para que sejamos *alguém mais*. Os mercados de consumo se concentram na desvalorização imediata de suas antigas ofertas, a fim de limpar a área da demanda pública para que novas ofertas a preencham. Engendram a insatisfação com a identidade adquirida e o conjunto de necessidades pelo qual se define essa identidade. Mudar de identidade, descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer – tudo isso estimulado por essa cultura como um *dever* disfarçado de privilégio”. BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 128.

El hombrequito de nuestro tiempo deambula entre financieras y el tedio rutinario de las oficinas atemperadas con aire acondicionado. Siempre sueña con las vacaciones y la libertad. Siempre sueña con concluir las cuentas, hasta que un día, el corazón se para y adiós...⁹⁵

Slavoj Žižek conta a história de um operário que era suspeito de estar furtando uma fábrica, no entanto, todo dia ele saia com o seu carrinho de mão vazio, ainda que fosse minuciosamente inspecionado. Os guardas jamais encontravam nada porque o carrinho estava sempre vazio. Até que, certo dia, deram-se conta de que o operário furtava os próprios carrinhos de mão.⁹⁶ Na realidade presente se passa história semelhante, já que o capital faz do cotidiano a reprodução do seu metabolismo. Dia a dia o capital subtrai algo de valioso do trabalhador, e este não sabe ao certo o que é. Apenas quando se vê velho, mal remunerado por sua aposentadoria,⁹⁷ percebe que o que estava perdendo era a sua própria vida, inteiramente consumida no cotidiano.

⁹⁵ MUJICA, José. **Discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/1131614-mujica-en-la-onu-discurso-completo>. Acessado em 25 de set. de 2013.

⁹⁶ ŽIŽEK, Slavoj. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 58-59.

⁹⁷ Conforme Boletim Estatístico mensal emitido pela Previdência Social, o valor médio dos benefícios previdenciários pagos no mês de junho de 2013 foi de R\$ 870,74. BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – vol. 18 – nº 6. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_130731-092508-672.pdf. Acessado em 26 de ago. 2013.

2 OS CONTORNOS DA LUTA SOCIAL URBANA CONTEMPORÂNEA E O PROCESSO DE DESCONSTITUIÇÃO DOS LARGOS GRUPOS IDENTITÁRIOS

Trocando a lente do marxismo: da fábrica às ruas

Os largos grupos identitários, como a classe social é em sua ontologia, não podem ser examinados estritamente a partir do critério econômico marxiano (acesso ou não aos meios de produção). Embora esta constitua a sua gênese de formação, há um fenômeno, arrebatador, que tem forçado a classe a perder o seu *status* de conceito aglutinador, deixando de representar ponto de reconhecimento social. Experimenta-se, cada vez em maior escala, o fenômeno da radicalização do processo individualizatório, em que a pessoa, na máxima expressão da sua singularidade, tem sido condicionada a pensar o agir voltado estritamente para si. Essa individualização imposta tem o condão de romper com a consciência de classe como opção política emancipatória.

Isso faz com que, inevitavelmente se denuncie o exagero repetido por parte dos marxistas, que insistem em ver no trabalhador assalariado o sujeito coletivo redentor da humanidade, apegado a uma visão fabril em vias de descontinuidade e mitigação. Ainda que o trabalho mantenha a sua centralidade no que diz respeito à constituição dos mais variados aspectos da vida cotidiana, por se referir à sobrevivência pessoal, não se pode concluir que as lutas populares são batalhas exclusivas dos trabalhadores. Portanto, é preciso romper com o messianismo impostos à classe trabalhadora, deslocando a lente da irresignação da fábrica às ruas, local dos exponenciais conflitos sociais urbanos.

A padronização da vida social em larga escala, imbuída dos mais nobres sentimentos da racionalidade burguesa, faz com que, afora as especificidades regionais intransponíveis, haja similaridades nos processos de insurreição urbana global. Cada vez mais se percebe a homogeneização das grandes manifestações populares, cujas características se tornam uniformes. Até certo ponto, este fato traduz em si um ineditismo, ao passo que coloca os países centrais e dependentes passíveis de exame em conjunto, mesmo com formações sociais diversas e níveis de desenvolvimento díspares. As manifestações recentes que eclodiram ao redor do globo (movimento “occupy”, jornadas de junho etc.) elevam as revoltas urbanas a um patamar diferenciado, expondo os limites e avanços da luta social contemporânea.

2.1 A radicalização do processo de individualização como dinâmica da vida cotidiana: o “eu” como referencial analítico para além das classes sociais

Quando o escravismo colonial vai cedendo espaço para o início da rudimentar transição para o capitalismo no Brasil, inevitavelmente houve a atração de uma nova formatação cotidiana. Quebrados os grilhões que escravizavam os negros, abrem-se as portas para a implantação do modelo antropológico liberal, com todas as vantagens descritas na conhecida fala de Sir William Walker, dirigida aos comerciantes de uma colônia escravagista portuguesa, no filme “Queimada!”:

Sir William Walker: Cavalheiros, deixem-me fazer-lhes uma pergunta. A minha metáfora pode parecer um pouco impertinente, mas eu penso que atinge diretamente o cerne da questão. O que vocês preferem, ou devo dizer, o que vocês acham mais conveniente: uma esposa ou uma dessas mulatas [prostitutas]? Não, não, por favor não entendam errado: eu estou falando estritamente em termos econômicos. Qual é o custo do produto? Qual o rendimento do produto? O produto, neste caso, sendo o amor – oh, puramente o amor físico, uma vez que sentimentos obviamente não fazem parte da economia. [risada geral]

Sir William Walker: Certo. Agora, para uma esposa se deve prover uma casa, com comida, com vestidos, com atenção médica, etc. etc. Vocês são obrigados a mantê-la durante uma vida toda, mesmo quando ela está envelhecida e talvez um pouco improdutiva. E assim, claro, se vocês tiverem azar de viver mais do que ela, terão de pagar pelo seu funeral! [risada geral]

Sir William Walker: É verdade isto, não é? Cavalheiros, eu sei que pode parecer divertido, mas estes são os fatos, não são? Com uma prostituta, por outro lado, é bem diferente, não é? Vejam só, não tem a necessidade de oferecerem uma moradia ou alimentá-la, certamente não precisa vesti-la ou enterrá-la, graças a Deus. Ela é sua somente quando você precisa dela, você paga ela somente por este serviço, e você a paga pela hora! O que, cavalheiros, é mais importante e mais conveniente: um escravo ou um trabalhador assalariado? (tradução livre)⁹⁸

⁹⁸ “Sir William Walker: Gentlemen, let me ask you a question. Now, my metaphor may seem a trifle impertinent, but I think it's very much to the point. Which do you prefer - or should I say, which do you find more convenient - a wife, or one of these mulatto girls? No, no, please don't misunderstand: I am talking strictly in terms of economics. What is the cost of the product? What is the product yield? The product, in this case, being love - uh, purely physical love, since sentiments obviously play no part in economics. [general laughter]; Sir William Walker: Quite. Now, a wife must be provided with a home, with food, with dresses, with medical attention, etc, etc. You're obliged to keep her a whole lifetime even when she's grown old and perhaps a trifle unproductive. And then, of course, if you have the bad luck to survive her, you have to pay for the funeral! [general laughter]; Sir William Walker: It's true, isn't it? Gentlemen, I know it's amusing, but those are the facts, aren't they? Now with a prostitute, on the other hand, it's quite a different matter, isn't it? You see, there's no need to lodge her or feed her, certainly no need to dress her or to bury her, thank God. She's yours only when you need her, you pay her only for that service, and you pay her by the hour! Which, gentlemen, is more important - and more convenient: a slave or a paid worker?”. SOLINAS, Franco; ARLORIO, Giorgio. **Queimada!**. [Filme-Vídeo] Direção de Gillo Pontecorvo. Itália; França, Les Productions Artistes Associés; Produzioni Europee Associati (PEA), 1969. DVD, 132 min. Color. Mono.

A *conveniência* descrita por Sir William Walker extravasa a mera representação artística, denotando o espírito que tem regido o tom de mutação do capitalismo dependente. Conforme pontua Ricardo Antunes, um traço característico da formação do trabalhador assalariado brasileiro foi a sua constituição célere se comparada com o desenvolvimento secular dos países centrais: “Na América Latina, [...] em vários países saltou-se quase que diretamente do *trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial*”.⁹⁹ Se outrora, por pressão externa, houve a supressão forçada do escravismo colonial, hoje, os atores sociais continuam a sofrer câmbios para se adequarem às diretrizes gerais do capitalismo.

Beverly Silver demonstrou que a escala sem precedentes na qual o capital industrial estrangeiro incursionou no Brasil, principalmente nas décadas de 70 e 80, correspondeu à fuga dos capitalistas dos países centrais das reivindicações trabalhistas. Como efeito colateral inimaginável, o fluxo migratório do capital destes países aos periféricos trouxe consigo o deslocamento do conflito classista, havendo reprodução da organização de trabalhadores. As contradições transpostas findavam por meramente reproduzir o antagonismo, ao ponto de forçar uma redistribuição geográfica interna, com o intuito de gerar a dispersão dos movimentos que se instauravam. A título ilustrativo, as fábricas de automóveis, a partir de certo ponto, foram sendo instaladas fora do entorno de São Bernardo, cujo sindicalismo atinge a máxima maturidade, sendo erguidas em Betim/MG (Fiat), Gravataí/RS (GM), Resende/RJ (Nissan), Camaçari/BA (Ford) etc. A *conveniência* empreende a busca contínua por uma mão-de-obra mais barata e mais dócil, visando mitigar o poder organizacional dos trabalhadores.¹⁰⁰

A *conveniência* também dita o tom do fenômeno da *individualização*, que deve ser compreendido dentro de um processo de desaglutinação da classe trabalhadora, em que diversos fatores confluem para que haja uma máxima particularização da vida individual. Outrossim, denota um mecanismo de domesticação dos trabalhadores,

⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. **Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 19. Quase como um locutor de rádio que não tem ouvintes, a fundação do Partido Comunista no Brasil, alinhado efetivamente às vinte e uma diretrizes da III Internacional, ocorreu somente em 1922, momento em que sequer existia proletários em número razoável (até 1928 o partido possuía mais ou menos quinhentos membros). O crescimento do Partido Comunista coincide com a acentuação do processo de industrialização do Brasil, experimentado a partir da década de 30, quando o Partido aglutinou dezenas de milhares de pessoas. Cf. LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 66-70. IANNI, Octavio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 17-26.

¹⁰⁰ SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 53; 64-67.

evitando a insurgência contra os ditames do capital, que atinge a mobilidade desejada sem repreensão. Significa que as experiências cotidianas não devem refletir sobre um número demasiado de pessoas, senão recair sobre a sua singularidade. O projeto levado a efeito é o de romper com a possibilidade de formação da unidade dentro da classe produtiva. O próprio conceito de classe social é forçado a perder a sua evidência no mundo da vida, não sendo capaz de ser assimilado por um grande contingente de pessoas. Representa, ainda, o esvaziamento fático-fenômico da possibilidade de uma emancipação por meio da consciência de classe.

A individualização experimenta um processo de radicalização da autorreferência como dinâmica da vida cotidiana, implicando no abandono da classe social como reporte analítico. O gerenciamento da biografia pessoal passa a ser, ao menos ideologicamente, atividade exercida de modo plenamente individual, no sentido de que ignora mediações identitárias vinculadas ao aspecto puramente econômico. A concretização dos projetos pessoais independem de estratificações de largos grupos, como as classes sociais o são, pesando a responsabilidade sobre a particularidade do indivíduo. A pessoa individualizada acredita tão somente no próprio esforço como caminho à realização, abandonando e dissolvendo qualquer tentativa de apregoá-la em categorias rígidas que não lhe passam sentido algum.

Ideólogos mais à esquerda ou à direita do espectro político assimilaram de maneira parcial, distorcida e incompleta este fenômeno. Ao postularem que a biografia das pessoas é uma tela em branco, que pode ser desenhada de acordo com a habilidade do pintor, resultaram por flertar com os ensinamentos mais prosaicos do liberalismo político clássico.¹⁰¹ A diferença é que enquanto para Humboldt era um mandamento geral a ser perseguido, para alguns autores modernos se converteu em aforismo liberal dotado de plena validade. Para citar apenas dois dos principais autores que abraçam a crença de que a identidade pessoal pode ser esculpida livremente, dá-se espaço, inicialmente, às palavras de Ulrich Beck: “[...] a biografia das pessoas se torna independente de determinações pré-fixadas, aberta, disponível e se converte em tarefa a

¹⁰¹ Wilhelm Von Humboldt declarou: “[...] a razão não pode desejar para o homem qualquer outra condição além daquela em que cada indivíduo não apenas desfrute da mais absoluta liberdade para desenvolver a si mesmo a partir de suas próprias energias, em sua perfeita individualidade, mas na qual a própria natureza externa seja deixada informe por qualquer intervenção humana, recebendo apenas impressão a ser deixada por cada indivíduo e por seu próprio livre-arbítrio, de acordo com a medida de seus desejos e carecimentos, restrito assim apenas pelos limites de seus poderes e de seus direitos. HUMBOLDT, Wilhelm von. **Limites da Ação do Estado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, p. 151.

ser desempenhada por cada um”.¹⁰² Bauman, na mesma direção, em certa medida apoiando-se no primeiro, relata: “Nosso lugar na sociedade, nossa ‘definição social’, deixou de ser *zuhanden* e tornou-se *vorhanden*. [...] A modernidade substitui a *determinação* da posição social por uma *autodeterminação* compulsiva e obrigatória”.¹⁰³

No caminho à ciência, o argumento esposado pelos autores supracitados ficou no meio termo entre a vida real e a ficção, havendo um nítido exacerbamento do grau de liberalidade na escolha do destino. A individualização, nos termos por eles postos, ignora as amarras sociais do capital, sendo talvez o principal motivo o olhar bitolado pelo eurocentrismo. Quando se despe a veste liberal-idealista que encobertaram sobre o conceito, é possível enxergar, de plano, uma contradição latente na individualização da forma colocada pelos autores em questão. Ao mesmo instante em que afirmam o livre preenchimento da biografia, associam a libertação das pessoas à necessária dependência do mercado de trabalho.¹⁰⁴ Como é plausível sustentar tamanha liberalidade se a pretensa “libertação” encontra tantos aprisionamentos?

Ainda que a relevância dada à teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck no Brasil seja inversamente proporcional à sua acuidade teórica,¹⁰⁵ a individualização é um conceito chave à compreensão das características sociais contemporâneas. Não obstante o seu estudo tenha sido voltado à realidade alemã, a validade do conceito parece romper a fronteira teórico-geográfica imposta, dotando representatividade de forma similar inclusive em países dependentes. Para Beck, na sociedade de classes o grande sujeito político era materializado na figura do “proletário”, considerado o responsável por diversas conquistas, principalmente em relação ao direito trabalhista. De forma

¹⁰² BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 199.

¹⁰³ BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 183-184.

¹⁰⁴ “Os indivíduos libertados se tornam dependentes do mercado de trabalho, e *consequentemente*, também da educação, do consumo, de regulações e provimentos previdenciários, do planejamento viário, de ofertas ao consumo, de novas possibilidades e de modismos [...]”. BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 111.

¹⁰⁵ Ulrich Beck, logo no início do seu principal livro “Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade”, fez duas afirmações que poderiam, aos olhos de um leitor atento, desconsiderar todo o resto dos argumentos trazidos nesta obra. A primeira delas é que o estudo era essencialmente especulativo, carente de exemplos empíricos. A segunda assume que o pretendido era desvendar uma sociedade que ainda não existe, em desenvolvimento quase que exclusivamente na Alemanha, a partir da década de 70. Não constitui exagero destacar a literalidade do autor: “Os argumentos aqui apresentados não são necessariamente representativos, como exigiriam as regras da pesquisa social empírica. Eles se pautam por uma outra pretensão: a despeito de um passado *ainda* vigente, tornar visível o *futuro que já se anuncia* no presente”; e “Na República Federal, encontramos-nos – esta é a minha tese – pelo menos desde os anos setenta, no início dessa transição. [...] *Ainda não* vivemos numa sociedade de risco, mas *tampouco somente* em meio a conflitos distributivos das sociedades da escassez”. *Ibidem*, p. 28; 25.

correlata, qual seria o agente político da sociedade de risco? A resposta do autor é pouco consistente: “Ao sujeito político da sociedade de classe – o proletário – corresponde, na sociedade de risco, a mera *suscetibilidade de todos em razão de imensos perigos mais ou menos palpáveis*”.¹⁰⁶

Este vácuo político também está expresso na ideia de que a elevação do padrão de vida material culminou na liberação do trabalhador assalariado do tradicional vínculo de classe. Os indivíduos se tornam, a partir da evolução cultural da sua forma de vida, unicamente voltados à sua própria carreira, mediada pelo mercado de trabalho. Ainda, corroborando para este movimento, o sociológico alemão refere a existência de um suposto “efeito elevador”, que se sustentaria no tripé: a) aumento do tempo de vida; b) diminuição da jornada de trabalho; c) aumento da renda assalariada.¹⁰⁷ Em obra diversa, Beck e Beck-Gernsheim adicionam a educação, a mobilidade e a competição, entendidas em seu conjunto como tencionadores do processo de individualização.¹⁰⁸

A individualização para Beck é um processo decorrente da reflexividade, por meio do qual a modernização, garantida pelo Estado de Bem-Estar Social, destradicionaliza as formas de vida existentes na sociedade industrial clássica. A generalização do mercado de trabalho assalariado, assegurada por políticas de bem-estar, teria dissolvido as bases da sociedade de classes, levando à libertação do trabalhador em relação a sua classe social.¹⁰⁹ A proposta é que a partir do momento em que o Estado abarcou a demanda dos trabalhadores e, além disso, propiciou acesso à políticas públicas de melhoras da qualidade de vida, houve o desprendimento do trabalhador assalariado e a sua respectiva classe social. O grande paradoxo é que justamente o trabalho assalariado, que era o motor da formação da desigualdade de classes, converte-se em uma força propulsora da individualização das classes sociais.¹¹⁰

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 59.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 115-116.

¹⁰⁸ BECK, Ulrich; BECK-GERNSCHEIM, Elisabeth. **Individualization**. London: Sage, 2002, p. 32-33.

¹⁰⁹ BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 232.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 122. Lembra-se que Ulrich Beck anuncia uma duvidosa “vitória do capitalismo”, atribuindo-a o papel de força motriz da mudança social à sociedade de risco: “A idéia de que o dinamismo da sociedade industrial acaba com suas próprias fundações recorda a mensagem de Karl Marx de que o capitalismo é seu próprio coveiro, mas significa também algo completamente diferente. Primeiro, não é a crise, mas, repito, as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, isto significa que não é a luta de classe, mas a modernização normal e a modernização adicional que estão dissolvendo os contornos da sociedade industrial”. BECK, Ulrich et. al. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 12-13.

A individualização resultaria no ultimato da solidariedade de classe. Nas palavras de Beck: “O discurso da ‘classe trabalhadora’, da ‘classe dos empregados’ etc. perde a sua evidência no mundo da vida [...]”.¹¹¹ Tal constatação pode ser ilustrada no exemplo que o próprio autor traz: “A unidade referencial atingida pelo raio do desemprego e da pobreza já não é o grupo, a classe ou a camada social, mas o *indivíduo de mercado* em suas circunstâncias específicas”.¹¹² A individualização, portanto, é o fenômeno social que faz com que o trabalhador assalariado perca a sua identidade de classe, fazendo com que os problemas coletivos sejam encarados sob a ótica pessoal. Nas palavras de Beck e Beck-Gernsheim: “Uma tendência a estilos de vida e situações de vida individualizadas forçam as pessoas – em razão da sobrevivência material – a tornar elas mesmas o centro dos seus próprios planos de vida e conduta” (tradução livre).¹¹³

Na era da individualização, os desastres pessoais devem ser absorvidos individualmente, não sendo permitido olhar para os lados em busca de um culpado, ao passo que, ideologicamente, foram as escolhas da sua própria vida que culminaram no fracasso. Thole, Ahmed e Höblich pontuam que, concretamente, o desempregado não é projetado, à luz do senso comum, na qualidade de vítima de uma situação socioeconômica determinada, mas como diretamente culpado pela sua trajetória inexitosa.¹¹⁴ Zygmunt Bauman, acolhedor da tese nos termos propostos por Beck, oferece exemplos práticos da autculpabilidade promovida pela individualização:

Se ficam doentes, é porque não foram resolutos e engenhosos o bastante ao seguirem o regime de saúde. Se ficam desempregados, é porque falharam ao aprender as habilidades para se saírem bem numa entrevista, porque não tentaram com afinco ou porque estão, pura e simplesmente, envergonhados de trabalhar. Se não estão seguros a respeito de suas carreiras futuras e se angustiam quanto ao futuro, é porque não são bons o suficiente em fazer amigos e influenciar pessoas, e porque falharam em aprender como deveriam as artes da auto-expressão e de impressionar os outros. É isso que lhes é dito,

¹¹¹ BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 143.

¹¹² *Ibidem*, p. 134.

¹¹³ “A tendency to individualized lifestyles and life situations forces people – for the sake of material survival – to make themselves the centre of their own life plans and conduct”. BECK, Ulrich; BECK-GERNSCHEIM, Elisabeth. **Individualization**. London: Sage, 2002, p. 31.

¹¹⁴ THOLE, Werner; AHMED, Sarina; HÖBLICH, Davina. Precarização e Individualização: em que sociedade vivemos? Reflexões sobre a validade empírica do “discurso sobre a segunda modernidade”. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, jul-dez. 2007, p. 144.

e o que eles chegaram a acreditar, de modo que se comportam “como se” essa fosse de fato a verdade sobre a questão.¹¹⁵

Mesmo a exclusão social severa passa por um processo de naturalização, notadamente quando a individualização se converte em força social ativa. Se a vitória é mérito pessoal, da mesma sorte goza a derrota e o infortúnio. Ostentar a pobreza é compreendido como sinônimo de debilidade individual, ante a incapacidade de gerir a própria vida de maneira a obter o “sucesso” socialmente reconhecido. Esse processo ignora e mitiga por completo o cenário externo, as tantas condicionantes sociais, como a família, a educação, o nível de vida etc., que atuam de maneira a objetivar a pobreza e exclusão. Mesmo que superestruturalmente esteja sofrendo constantes revéses, parece “que de modo algum foi interrompida a silente persistência da sociedade de classes oculta sob o vocabulário da ‘individualização’, degradado a uma metáfora ideológica”.¹¹⁶

É no mínimo curioso que a individualização descrita por Ulrich Beck em momento algum se refira ao capitalista, constituindo uma forma de destradicionalização vinculada exclusivamente ao trabalhador. Em outras palavras, a individualização seria o resultado da própria valorização do trabalho, nada mais que uma benesse concedida pelo capitalista sob a forma salarial, devidamente regulada pelo Estado. Beck e Beck-Gernsheim justificam que “Processos de individualização entre a burguesia derivou essencialmente da propriedade privada e da acumulação de capital”.¹¹⁷ Ora, desponta como óbvio ululante que o capitalista não vai se sentir como corpo estranho dentro do seu sistema, sendo o capital a sua forma própria de emancipação e de alcançar a individualização. O fato de desconhecer a própria gênese da sua posição social, atribuindo o “sucesso” como fruto do esforço pessoal empreendido, conduz para que essa ideologia seja perpassada para a classe subalterna, cuja mobilidade social, ao menos teoricamente, está acessível a todos.

Muito embora se reconheça a procedência da teoria de Beck no que toca ao fato de o trabalhador assalariado não estar mais vinculado à sua cultura de classe, possuindo uma forte identificação com os valores burgueses, uma questão basilar deve ser

¹¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade Individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 64-65.

¹¹⁶ THOLE, Werner; AHMED, Sarina; HÖBLICH, Davina. *Op. cit.*, p. 145.

¹¹⁷ “Processes of individualization among the bourgeoisie derived from the ownership and accumulation of capital”. BECK, Ulrich; BECK-GERNSCHEIM, Elisabeth. **Individualization**. London: Sage, 2002, p. 32.

postulada: como explicar o desprendimento de classe mesmo em países em que não foi consolidado o Estado de Bem-Estar Social, como é o caso do Brasil? A preocupação eurocêntrica de Ulrich Beck sequer cogita a aplicação do conceito a países dependentes, esclarecendo que o fenômeno é próprio dos países desenvolvidos, isto é, cujas características se aproximam da Alemanha: “Processos de individualização [...] somente podem se tornar arraigados quando a pauperização material, como condição à formação das classes prevista por Marx, foram superadas”.¹¹⁸

Ao que se sente, a individualização fatalmente conduz, em escala crescente, à superação da via emancipatória por meio da formação de uma “consciência de classe proletária”. O antigo lema “proletários de todos os países, uni-vos”¹¹⁹ tornou-se grito sem voz, quase sussurro, quando deixou de encontrar eco na realidade. Aí parece ser o campo em que a tese da individualização encontra maior ressonância social nos países dependentes. A vinculação dos trabalhadores assalariados aos valores burgueses representa a vitória da ideologia liberal-capitalista. Isso faz com que seja forçadamente repensado e rompido o ideário do ícone libertador montado à imagem do proletário. A célebre pintura de Geli Korzhev, integrante do realismo soviético, bem ilustra a mitificação do proletário no marxismo. Na pintura, mesmo quando dois proletários tenham sucumbido na batalha, um terceiro bravamente aparece para “levantar a bandeira”:



¹¹⁸ “Processes of individualization [...] can only become entrenched when material immiseration, as the condition for the formation of classes predicted by Marx, has been overcome”. *Ibidem*, p. 33-34.

¹¹⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 136.

Figura 2 - Levantando a bandeira

Fonte: Geli Korzhev¹²⁰

A individualização atuou no sentido de derrubar o terceiro proletário de Korzhev, inexistindo faticamente um quarto sujeito capaz de heroicamente levantar a bandeira. Com isso, a emancipação alvejada por Marx está distante de ser tarefa a ser cumprida pelo proletário, antes de tudo porque ele se “desproletarizou” ideologicamente. A questão, porém, é saber se a “desproletarização” da sua consciência representa, como sustenta Beck, a própria superação da divisão da sociedade em classes. Para o professor da Universidade de Munique, um dos efeitos mágicos da individualização seria a livre determinação das pessoas, como mencionado anteriormente, ratificada na seguinte passagem: “[...] a biografia socialmente predeterminada é transformada em biografia feita e a ser feita por cada um”.¹²¹ O sociólogo da terceira via entende que na Sociedade de Risco os condicionamentos sociais não mais criam amarras.

Esta defesa é coerente com o seu sistema idealizado, tendo em vista que a individualização teria, em tese, diluído as classes sociais no capitalismo. O corolário lógico do argumento levantado conduz ao surgimento de uma inevitável aporia, pois ao mesmo tempo em que supôs a inexistência de classes sociais, afirmou a presença de desigualdade social estrutural:

[...] a dinâmica do mercado de trabalho regulado pelo Estado Social diluiu ou dissolveu as classes sociais *no* capitalismo. Defrontamo-nos cada vez mais – em termos marxistas – com o fenômeno (ainda incompreendido) de um capitalismo *sem classes*, mas com todas as estruturas e problemas de desigualdade social a ele ligadas.¹²²

O mistério de Beck, que intrigaria até mesmo o clássico personagem de Sir Arthur Conan Doyle, traduz-se no seguinte questionamento: como é possível haver, a um só tempo, desigualdade social se não existem mais classes sociais? A incompreensão assumida por Beck somente se elucida à medida que se traz à tona a confusão por ele procedida. O fato de o capitalismo ter perdido no *plano ideal* o seu agente político contestador, não significa que se tenha eliminado as contradições de

¹²⁰ KORZHEV, Geli. **Communist: Raising the Banner**. 1957-1960. Óleo sobre tela, 60 7/8 x 113 1/8 in. The State Russian Museum, St. Petesburg.

¹²¹ BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 199.

¹²² *Ibidem*, p. 109.

classe em si. Isto é, uma coisa é o trabalhador assalariado não mais dotar consciência da sua condição, outra, totalmente diversa, é se ter eliminado a dicotomia entre o trabalho assalariado e o capital. Não houve a supressão das classes sociais, tampouco tiveram elas qualquer efeito de dissolução no capitalismo, ocorreu somente a perda da identificação do trabalhador assalariado como tal. No instante em que ele foi permeado por valores burgueses, principalmente em decorrência da vitória da ideologia (na acepção marxiana do termo),¹²³ deixa de existir qualquer vinculação entre os seus pés e a sua cabeça (como age e como pensa), projetados como partes estranhas no mesmo corpo.

O quiproquó procedido por Ulrich Beck foi associar a desapareição da consciência de classe com a supressão das próprias classes sociais. Talvez se o autor tivesse resgatado e, em alguma medida, assimilado as categorias por ele taxadas de “simplistas”, teria compreendido a diferença entre a divisão da sociedade em classes (instância infraestrutural) e a consciência de classe (fenômeno superestrutural). No sistema capitalista, a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer, conforme o eloquente argumento exposto por Marx:

Com essa mesma quantia que o capitalista lhes comprou a força de trabalho, os dois marcos, por exemplo, poderia ele ter comprado duas libras de açúcar ou uma certa quantidade de qualquer outra mercadoria. Os dois marcos com que ele compraria as duas libras de açúcar são o preço dessas duas libras de açúcar. Os dois marcos com que ele comprou doze horas de utilização da força de trabalho são o preço do trabalho de doze horas de trabalho. A força de trabalho é portanto uma mercadoria, nem mais nem menos como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança.¹²⁴

O que escapa de Ulrich Beck é o fato de que a venda da força de trabalho, mais do que propiciar a individualização, perpetua a desigualdade estrutural do capitalismo que ele mesmo não soube explicar. As diferentes formas de apropriação da força de

¹²³ Em termos muito amplos: “Para Marx e Engels, a ideologia é uma ilusão (*Schein*), mas uma ilusão necessária, resultante de uma organização social de produção que se apresenta ao homem como um sistema de leis e forças independentes e objetivas. Enquanto ‘reflexo’ da base real, a ideologia compartilha da verdade, mas a expressa de maneira falsa. As idéias da classe dominante tornam-se idéias dominantes, e se arrogam uma validade universal. Mas essa pretensão se baseia numa ‘falsa conscientização’ – falsa porque a conexão real das idéias com sua base econômica e, conseqüentemente, com suas limitações e negações reais não são abrangidas pela conscientização. Um conteúdo histórico específico aparece como universalmente válido e é utilizado como ponto de apoio de um sistema social específico”. MARCUSE, Herbert. **Socialismo Soviético: Uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 116-117.

¹²⁴ MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: 1982, p. 154.

trabalho atua, em última análise, como fator condicionante do personagem. Mesmo que o trabalhador assalariado tenha perdido ou, em alguns casos, nem mesmo adquirido a consciência da sua situação, isso não elimina as condicionantes infraestruturais que permanecem híidas e que segregam a sociedade em classes diversas. A eventual proeminência da sociedade de risco não alteraria o modo de absorção da força de trabalho, sendo este o motivo pelo qual não é possível afirmar a supressão das classes sociais.¹²⁵

Inclusive, sequer é plausível sustentar a superação dos contornos mais fortes da sociedade industrial clássica, uma vez que inexistente um modo de produção econômico típico da sociedade de risco. Aqui, mais uma vez, parece que o professor da Universidade de Munique confunde as relações econômicas com o reflexo delas na consciência social. A sociedade de classes (ou sociedade industrial clássica) representa um modo de produção econômico específico, a sociedade de risco não. A sociedade de risco se assenta sobre um modo de produção econômico, que é o sistema capitalista.

Por isso, a sociedade de risco jamais pode ser considerada como um *estágio econômico evolutivo*, como propõe furtivamente Beck, superior à sociedade industrial clássica. O autor confunde, em mais de uma passagem, fatores de ordem essencialmente econômica com fenômenos superestruturais ideológicos:

A situação histórico-social e sua dinâmica são perfeitamente comparáveis à situação reinante no declínio da era feudal, na passagem para a sociedade industrial: da mesma forma como o nobre feudal vivia da burguesia econômica (através da outorga, a título oneroso, de privilégios de comércio e de uso, assim como da cobrança de tributos comerciais), favorecendo-a por interesse próprio e, assim, indesejada e compulsoriamente, criando um sucessor cada vez mais poderoso, dessa mesma forma ‘alimenta-se’ a sociedade industrial avançada dos riscos que ela produz, gerando assim

¹²⁵ Aqui, não se poderia deixar de recordar das palavras de Florestan Fernandes, na defesa da validade histórica do marxismo: “Entre as discussões ideológicas da *crise do marxismo*, sobressai uma tendência: a que se firma na ideia de que ‘Marx está superado’, independentemente do valor intrínseco das suas ideias. Ele só poderia tomar em conta as condições em que aparece e se desenvolve inicialmente o capital industrial. Ora, posteriormente, o capitalismo sofreu sucessivas transformações tecnológicas, organizatória e se internacionalizou, acompanhando a evolução do mercado mundial. Em consequência, as ideias de Marx valem tanto teórica quanto praticamente, para ‘*capitalismo de sua época*’. [...] Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as ‘*suas ideias*’ se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e as dominações de classe etc., tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu, as contradições do capitalismo monopolista e do imperialismo, assumem dimensões aterradoras, exatamente por isso”. FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 07-09.

situações de ameaça social e potenciais políticos que colocam em questão os fundamentos da modernização como conhecemos.¹²⁶

A individualização não trilhou o caminho do acaso para existir, é fruto da conveniência hodierna do capital, de condicionar as pessoas a olharem somente para si, desagregando-as de um elemento sempre amedrontador: formação de unidade classista. O indigitado fenômeno proporciona a dissimulação da luta de classes no sentido tradicional, ao passo que elimina, artificialmente, o grau de hierarquização existente entre elas. Autoriza que personagens de igual posição na escala econômica concorram entre si, não apenas na obtenção de um posto de trabalho ou de uma fachada profissional, senão horizontalizando o conflito. A falta de identificação consciente da sua posição empurra as pessoas integrantes de uma mesma classe a se enxergarem como oponentes, seja quando questionam a distribuição de recursos públicos (cotas, auxílios governamentais), ou no seu modo cotidiano de agir, pensar etc., que destoa do padrão elitizado e inconscientemente imposto pela classe dominante.

2.2 A ruptura da consciência de classe: proletários de todos os povos, como uni-vos?

Luca, ancião vagabundo de uma peça de Gorki, repreendeu o chapeleiro Bubnov, quando este declarou que falava somente a verdade sempre. Luca retrucou, defendendo que nem sempre a verdade é a cura de todos os sofrimentos, contando-lhe, em seguida, a história de um homem que acreditava na existência de uma terra da verdade e da justiça. Este homem dizia, narra Luca: “«Deve haver no mundo», [...], «uma terra dessas onde vivem homens especiais... homens bons... que se estimam uns aos outros, e se ajudam, de uma maneira decente...»”.¹²⁷ Mesmo diante das dificuldades da pobreza, de sua vida miserável, o homem angariava conforto quando, esperançoso, assentia que “«isto há-de passar... terei ainda um pouco de paciência, depois abandonarei tudo isto e partirei para o país da verdade...»”.¹²⁸

¹²⁶ BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 69. Ainda: “[...] assim como no século XIX a modernização dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental, e ao depurá-la, extraiu a imagem estrutural da sociedade industrial, hoje a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e, na continuidade da modernidade, surge uma nova configuração social”. *Ibidem*, p. 12-13.

¹²⁷ GORKI, Máximo. **Albergue Nocturno**. Portugal: Europa-América, 1972, p. 132.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 132.

Certa feita apareceu um sábio, um deportado político que estava cheio de livros e mapas, aguçando a curiosidade do bom homem que o interpelou: “«mostra-me aí, se faz favor, onde está afinal a terra da verdade e qual o caminho que lá conduz?»”.¹²⁹ Prontamente, o sábio abriu livros e desdobrou mapas procurando o requisitado, quando chegou a seguinte conclusão: “«Não há país da verdade em parte nenhuma. Tudo está aí anotado, todos os países indicados, mas da terra da verdade e da justiça... nada...»”.¹³⁰ A reação espontânea e natural do homem foi duvidar da justeza dos mapas, bem como da sapiência ostentada pelo suposto conhecedor, reputando-lhe incontinênti a pecha de gatuno.

Mesmo que a tal terra da verdade e da justiça buscada por este homem jamais tenha existido faticamente, Karl Marx foi um pensador que oferecer esperanças concretas de que uma sociedade nesses termos pudesse existir no mapa-múndi. A incumbência de definir os seus contornos, todavia, não foi confiada a um cartógrafo aleatório, constituindo tarefa a ser desempenhada por um em específico: o proletário. A missão de superar os antagonismos estruturais é atribuída especialmente ao trabalhador industrial, que deveria elevar-se ao ponto de suprimir todas as classes.¹³¹ O proletário é aquele sujeito cujo trabalho não lhe significa nada senão uma forma de manter-se vivo, como observado na descrição de Karl Marx¹³² e na ilustração de Bob Thaves:



¹²⁹ *Ibidem*, p. 133.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 133.

¹³¹ “A vitória revolucionária do proletariado não é, portanto como para as classes anteriores, *a realização imediata do ser socialmente dado da classe*, mas, como já reconhecera e enfatizara vivamente o jovem Marx, é o seu *auto-aniquilamento*”. LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 177.

¹³² “O tempo é o espaço [room] do desenvolvimento humano. Um homem que não tem tempo livre de que disponha, [...] cuja vida inteira – afora as interrupções meramente físicas pelo sono, refeições, etc. – esteja absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos do que uma besta de carga. É uma mera máquina de produzir Riqueza Alheia, derreada no corpo e embrutecida no espírito. E, contudo, toda a história da indústria moderna mostra que o capital, se não for refreado, trabalhará sem descanso e sem compaixão para reduzir toda a classe operária ao estado extremo de degradação”. MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. II. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1983, p. 70.

Figura 3 - Frank and Ernest

Fonte: Bob Thaves¹³³

Em Marx, se todas as fases espoliativas da humanidade sob a égide do capital fossem ser resumidas a um livro, o proletário migraria, qualitativamente, de personagem secundário a autor da obra. Caber-lhe-ia o encargo de reescrever completamente o enredo e encerrar, de uma vez por todas, a pré-história da humanidade ainda vigente, balizada pela luta de classes como força motriz propulsora, iniciando o ciclo da emancipação humana.¹³⁴

Marx não inventou, sequer conceitualmente, as classes sociais ou a luta de classes, descobertas que atribui serem de historiadores e economistas burgueses. A sua inovação teria ocorrido nos seguintes pontos: a) a demonstração que a existência de classes está imbricada a determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção; b) a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; c) que esta ditadura constitui fase transitória à superação de todas as classes e para a consolidação de uma sociedade sem classes.¹³⁵ O papel direcionado ao proletário foi bem delineado em “A Sagrada Família”, estudo que acabou condicionando o pensamento marxiano futuro:

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletário *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual.¹³⁶

Ao apostar todas as fichas no proletário como sujeito redentor da humanidade, a formação da sua consciência passa a ser necessidade de primeira ordem. A *consciência de classe* é a condição de autolibertação dos proletários, devendo ser desenvolvida por

¹³³ THAVES, Bob. **Frank e Ernest**. Disponível em: <http://img.historiadigital.org/2009/06/Bob-Thaves-Alienacao.jpg>. Acessado em 17 de jul. de 2013.

¹³⁴ “[...] as forças produtivas em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa brindam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução deste antagonismo. Com esta formação social encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana”. MARX, Karl. Prefácio: Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 531.

¹³⁵ MARX, Karl. Marx a Joseph Weydemeyer (em Nova Iorque), 5 de março de 1852. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 555.

¹³⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 49.

eles em primeira pessoa, não devendo partir de “cima”, a exemplo do que propunham os socialistas utópicos.¹³⁷ Nas palavras de Engels:

Levar a cabo esta acção libertadora do mundo é a vocação histórica do proletário moderno. Aprofundar as suas condições históricas, e assim a sua própria natureza, e deste modo levar a classe chamada à acção, a classe hoje oprimida, à consciência das condições e da natureza da sua própria acção, é a tarefa da expressão teórica do movimento proletário, do socialismo científico.¹³⁸

Em certo sentido, a vasta proletarização, experimentada nos anos que sucederam a revolução industrial, possibilitou ao socialismo científico assumir relevância nas lutas sociais dos trabalhadores. Engels, em um 1º de maio de 1890, relatou com severa dose de entusiasmo e emoção as diversas manifestações que ocorreram nesta data, em virtude das deliberações do Congresso de Paris da II Internacional, realizado no ano anterior, momento em que se estabeleceu como marco a luta pela redução da jornada para oito horas diárias. Em tom embargado, o “segundo violino” lembrou-se do companheiro: “o espetáculo do dia de hoje abrirá os olhos aos capitalistas [...] de todos os países para o facto de que hoje os proletários de todos os países estão efectivamente unidos. Pudessem Marx estar ainda aqui comigo, para ver com seus próprios olhos!”¹³⁹

Ocorre que, a história não permite *fatalismos* de toda a ordem. Herbert Marcuse, em uma conferência proferida em 1966, havia alertado à superestimação do potencial revolucionário da classe trabalhadora. Na ocasião, Marcuse explanou a tese de que o conceito marxista de revolução estava baseado na existência de uma classe que, além de desumanizada e empobrecida, não poderia ter nenhum interesse em comum ao sistema capitalista. Representava, até então, uma nova força histórica dotada de aspirações qualitativamente diferentes. Para o autor da Escola de Frankfurt, a passagem do capitalismo ao socialismo atende a uma moldura global, em que, além de existir um crescente nível de vida nos países industriais avançados, a manipulação científica das

¹³⁷ “Não podemos, portanto, acompanhar com pessoas que abertamente afirmam que os operários são demasiados incultos para se libertarem a si próprios e que somente a partir de cima têm de ser libertados [...]”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A. A. Bebel, W. Liebknecht, W. Bracke e Outros (Carta Circular). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, p. 103.

¹³⁸ ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, p. 168.

¹³⁹ ENGELS, Friedrich. Do Prefácio da Edição Alemã de 1890 do Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 102.

necessidades, por meio da publicidade, age como fator de bloqueio da transição, que deixa de ser almejada pelo trabalhador assalariado.¹⁴⁰

Alguns fatores pesam para que se rompa o fatalismo histórico imposto à classe operária. Os agentes das relações econômicas, em Marx e Engels, são compreendidos dentro de um processo de severa indução, acompanhando o movimento essencial de desenvolvimento das forças produtivas (segregação entre os produtores dos meios de produção). Isso implica na configuração social projetada em dois largos grupos identitários, quais sejam, a classe da burguesia e a dos trabalhadores assalariados. Toda a classe trabalhadora é vista como uma unidade, ainda que o potencial revolucionário estivesse apoiado no trabalhador industrial. Marx e Engels associam inclusive posições intermediárias: “A burguesia despiu todas as atividades até aqui veneráveis e estimadas com piedosa reverência da sua aparência sagrada. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela”.¹⁴¹

O imperativo de aglutinar o proletário, de modo a convertê-lo em uma força política devastadora e revolucionária, fez com que o pensamento marxiano suprimisse estratificações intermediárias tanto de sujeitos como de demandas. Todavia, dentro de uma mesma classe é possível (e até mesmo inevitável) que haja interesses díspares, ao ponto de não haver significativos pontos de identificação recíproca. Essa desagregação classista interna tem, como um dos fatores, a melhora objetiva da situação da classe trabalhadora, mesmo em países dependentes como o Brasil.¹⁴² A divisão em duas grandes classes, materializada na dicotomia entre o proletário e o burguês, perdeu a sua evidência superestrutural quando deixou de captar as sutilezas que movem o processo real de identificação recíproca. Com a individualização, o consumo, a busca de fachadas ideologizadas etc., houve uma crescente dispersão de consciência da classe trabalhadora, não denotando este conceito uma unidade sequer de reconhecimento intersubjetivo.

¹⁴⁰ MARCUSE, Herbert. et. al. A Obsolência do Marxismo. In: **Opções da Esquerda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 193-196.

¹⁴¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 109.

¹⁴² Ilustrativamente, quase todas as reivindicações reformistas colocadas no II Congresso do Partido Socialista Brasileiro, em 1902, foram gradativamente atendidas: a) jornada de oito horas diárias; b) limitação do trabalho noturno; c) educação obrigatória e gratuita aos menores de quatorze anos; d) criação de tribunais arbitrais para solver disputas entre patrões e empregados; e) adoção do divórcio; f) justiça rápida e gratuita; g) igualdade política para ambos os sexos; h) direito e liberdade de greve; i) preferência para liquidação de salários em caso de falência etc. LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 43.

Admitindo que este tema foi pouco desenvolvido na teoria marxiana, István Mészáros assume a existência de forças sociais multifacetadas, portadoras de interesses e objetivos próprios. Ainda assim, as pressupõe como passíveis de junção para ações coordenadas, desde que a unidade não seja imposta “de cima”.¹⁴³ Ora, o que se questiona sequer é a possibilidade de formação de consenso dentro de uma mesma classe – tarefa em si difícil de ser cumprida –, senão a falta de interesse de pertencimento do trabalhador à respectiva classe. Insistir para que o trabalhador reconheça a sua condição de classe subalterna representa, hoje, convencê-lo a abandonar a sua fachada ideologizada e o seu anseio de ser burguês, para que assuma o que se supõe ser a sua verdadeira tarefa existencial. Significa, em outros termos, desmontar por completo o cenário, a peça, a sua encenação na vida cotidiana, para detrás da representação encontrar a essência.

O membro mais notório da Internacional Situacionista, Guy Debord, ilustrou como a dominação inicial da economia sobre a vida cotidiana promoveu a degradação do *ser* para o *ter*. Evidenciou, ainda, que a fase atual de acumulação econômica deslizou do *ter* para o *parecer*.¹⁴⁴ O diagnóstico estarecedor do tempo foi antecipado com precisão por Ludwig Feuerbach: “[...] esta época prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a fantasia à realidade, à aparência à essência [...] porque sagrada é somente a ilusão, mas profana a verdade”.¹⁴⁵ Buscar que o proletário encontre o seu *ser*, significa retroagir ao menos duas barreiras definitórias, já superadas, da realização humana (o *ter* e o *parecer*). Parte dos marxistas tem partido da pessoa sob o enfoque estrutural, como ela faticamente se posiciona na escala produtiva, retratando-a despedida das interferências superestruturais, negando por completo o aspecto fenomênico.

Michel Löwy destaca que o mito de um salvador supremo aparece na maior parte das doutrinas políticas: Maquiavel enaltecia o “príncipe”, Hobbes o “Soberano Absoluto”, para Voltaire o “déspota esclarecido” assume a tarefa, em Rousseau era o “legislador”, os Jacobinos o viam no “Incorruptível” e os bonapartistas no “Imperador” etc.¹⁴⁶ Löwy ignora, no entanto, que esse apelo a um herói superior também se fez presente na obra de Karl Marx, sendo o *proletário* o personagem redentor. A mitificação do proletário acompanha Marx desde idade intelectual tenra, nos idos de

¹⁴³ MÉSZARÓS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 1036-1037.

¹⁴⁴ DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 18.

¹⁴⁵ FEUERBACH, Ludwig. Prefácio da segunda edição. *In: A Essência do Cristianismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 25.

¹⁴⁶ LÖWY, Michel. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 44.

1844, fase que já se encontrava plenamente convencido da tarefa natural da classe trabalhadora, que era destituir o burguês do trono: “Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem social existente apenas declara o mistério da sua própria existência, uma vez que é a efetiva dissolução desta ordem”.¹⁴⁷

A forma incisiva com a qual Marx e Engels creditaram ao proletário a tarefa de prover a sua emancipação, enquanto neste mesmo ato redimiria toda a humanidade, fez com que grande parte da esquerda revolucionária dirigisse a sua ação política no intento de concatená-lo e auxiliá-lo para o esclarecimento da sua situação. Jacob Goreneder (1999, p. 15), sem romper com o marxismo, procurou traçar um paralelo entre as teses marxianas e a resposta prática, defendendo o audacioso argumento de que “No caminho da utopia à ciência, Marx e Engels ficaram no meio do trajeto”.¹⁴⁸ Sustentou que a classe trabalhadora é ontologicamente reformista, propugnando que o antagonismo social engendrado pela burguesia conduz o proletário a lutar por melhorias dentro das raiais do capitalismo. Não há, nas lutas dos trabalhadores, nenhum movimento no sentido de transcender à exploração, ao passo que “O proletariado não constitui um corpo estranho na estrutura socioeconômica burguesa, porém a integra normalmente”.¹⁴⁹

A mitificação do proletário, concedendo-lhe o título de sujeito redentor da humanidade, desconsidera o próprio processo material de transformação da sociedade descrito por Marx e Engels. A classe burguesa não poderia existir sem que tivesse, previamente, revolucionado os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, resultando em uma completa reconfiguração social. Somente há a mudança de personagem principal e, por conseguinte, revolucionamento social, quando novas forças materiais entram em contradição com as formas até então existentes. Nesse sentido, o burguês foi alçado a esta posição quando abandonou o seu personagem antigo (de vassalo) e dissolveu, por meio da luta de classes, a configuração social anterior. O proletário, por sua vez, não precisaria abandonar a sua veste de trabalhador para ser projetado ao papel principal, bastando organizar-se e lutar para proceder a um “gap”, passando de classe oprimida à classe dominante.¹⁵⁰

¹⁴⁷ MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel – Introdução**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 156.

¹⁴⁸ GORENDER, Jacob. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999, p. 15.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 38-39.

¹⁵⁰ Há uma espécie círculo vicioso, percebido também por Marcuse, quando o autor apontou: “[...] para desenvolver novas necessidades revolucionárias, devem preliminarmente ser removidos os mecanismos que tendem a reproduzir as velhas, o que pressupõe, por sua vez, a necessidade dessa remoção preliminar.

Inexiste na teoria da revolução marxiana uma terceira classe que desponta para decompor a ordem existente, sendo historicamente contratendencial que uma classe dominada ascenda ao *status* de dominante.¹⁵¹ Não se pretende, aqui, explorar uma espécie de *fatalismo negativo*, no sentido de que a falta de experiência invalide a teoria marxiana da revolução, no entanto, tampouco se pode afirmar, cabalmente, qual é o *ser* ontológico de uma classe. Jacob Gorender defendia que a classe trabalhadora era ontologicamente reformista, enquanto Marx, em prisma exponencialmente diverso, sustenta a sua ontologia revolucionária. Mesmo que a história tenha dado mais acuidade às palavras de Gorender, a limitação revolucionária jamais é de ordem genética, senão política e de correlação de forças. O que não se pode apostar é que a consciência de classes, quando e se atingida, irá rebentar a humanidade de uma vez por todas de todas as formas de opressão. Tampouco não se pode crer, sem nenhuma gota de incerteza, que a tarefa messiânica do trabalhador assalariado é a revolução, como se este fosse o ponto de chegada inevitável.

Assim como Marx, acertadamente, criticou Bruno Bauer quando este propugnou que não se deveria confundir a emancipação política com a humana,¹⁵² aqui, deve-se repreender Marx com a sua própria estrutura argumentativa: não se deve confundir a emancipação do trabalhador com a emancipação humana. Karl Marx, evidentemente, queria acelerar o processo de evolução histórica ao compreender o seu mecanismo de funcionamento, todavia, embebedou-se com altas doses de otimismo ao defender que a burguesia já havia desenvolvido plenamente as forças produtivas, estando apta a sua superação. O capitalismo não demonstra nenhum indício de maturação completa, tampouco se verifica alterações substanciais nas forças materiais existentes que sejam capazes de implicar em uma alteração significativa no modo de produção. Jacob Gorender parece ter bem diagnosticado os motivos de tamanho exagero teórico: “A expectativa de realização de um ideal revolucionário não pode ser postergada para além da vida do revolucionário”.¹⁵³

Mas, nesse ponto, deparamo-nos com um inegável círculo vicioso, do qual não sei como se possa sair”. MARCUSE, Herbert. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 43.

¹⁵¹ “A superação do capitalismo, sua negação em nome de uma racionalidade diferente só pode surgir a partir de camadas que representam ou prefiguram a dissolução de todas as classes, inclusive da própria classe operária”. GORZ, André. **Adeus ao Proletário: Para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 26.

¹⁵² MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 39; 46.

¹⁵³ GORENDER, Jacob. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999, p. 16.

A defesa cega da gasta dialética entre o proletário e o burguês parece ostentar o seu quinhão de surrealismo, ante ao congelamento da imagem em que há uma disputa real entre esses dois sujeitos, historicamente conflituosos. É uma visão tão cansada quanto a tentativa de acertar os pontos dos relógios de “la persistencia de la memoria”,¹⁵⁴ i.e., uma atividade surrealista. Enquanto a esquerda pronuncia a vanguarda do proletário, este sequer clama por uma representação desta estirpe. A leitura acrítica das projeções marxianas conduz à repetição somática da existência perene de uma luta de classes. Não se pode confundir o inegável antagonismo de classes, derivado da efetiva divisão social, com o duelo real em si. A luta de classes pressupõe que apenas uma delas triunfará, enquanto a dualidade classista tem acompanhado a história da humanidade em seus mais distintos momentos.

O próprio projeto político de suplantação do capitalismo não pode ser tratado com viés fatalista. Ainda que se compreenda sob o ponto de vista estratégico levantar “slogans” como “socialismo ou barbárie”, jamais existe caminho seguro na história. O proletário não necessariamente irá suplantar o burguês, assim como tampouco se pode crer que o socialismo venha a supressumir, por naturalidade, a ordem capitalista. Mais uma vez, Jacob Gorender demonstra a maturidade intelectual ao preceituar:

O socialismo não é um fim imanente à sociedade e à sua história, mas um fim que os próprios homens elaboram, sujeito a se realizar ou não. Se as condições objetivas impessoais são, num grau variável, determinadas e determinantes, a realização dos fins, que os homens se propõem, inclusive do fim socialista, estará sempre sujeita à indeterminação, dependente da luta dos próprios homens. [...] Incerteza que faz da luta pelo socialismo uma escolha pela qual são responsáveis, moral e politicamente, os agentes da escolha.¹⁵⁵

Olvidam-se parte dos marxistas que a realidade é composta tanto pela coisa em si como pela projeção fenomênica. A essência entendida em isolado pode ser tão irreal quanto o fenômeno o é ontologicamente, como Terry Eagleton alertava: “Se a realidade capitalista abrange sua própria falsidade, então essa falsidade deve, de certa maneira, ser real”.¹⁵⁶ O proletário mistificado, vislumbrado pela mágica possibilidade adquirir bens, de projetar-se idealmente e visualmente como um pequeno burguês, rompe com a sua estigma classista. Por mais que estruturalmente permaneça, efetivamente, integrando

¹⁵⁴ DALÍ, Salvador. **La Persistencia de la Memoria**. 1931. Óleo sobre tela, 24 x 33 cm. Museum of Modern Art, New York.

¹⁵⁵ GORENDER, *op. cit.*, p. 233-234.

¹⁵⁶ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 84.

uma classe de despossuidores oprimidos, os trabalhadores abrigam-se no espetáculo, que nada mais é do que “a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência”.¹⁵⁷

A derrota da consciência de classe decerto não teria ocorrido se não fosse pela colaboração prestada, em grande medida, pela indústria cultural. A agilidade com a qual o capital reduziu a arte à mera questão negocial, despindo-a essencialmente do ínsito caráter artístico, mediou o controle sobre seus consumidores pela diversão. O espectador não tem como pré-requisito o pensamento próprio, ao passo que o esforço intelectual é radicalmente evitado.¹⁵⁸ Nas palavras de Theodor Adorno e Max Horkheimer: “A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação. [...] consiste em dirigir-se às pessoas como sujeitos pensantes, quando sua missão específica é desacostumá-las da subjetividade”.¹⁵⁹ Pesquisa executada pelo IBOPE demonstrou que 85% da população brasileira, em 2011, despedia o seu tempo de lazer assistindo televisão. Em contrapartida, essa mesma pesquisa revelou que, no mesmo ano, 53,8 milhões de pessoas estavam lendo menos, sendo o principal motivo, para 78% dos entrevistados, era a falta de interesse.¹⁶⁰

O espaço assumido pela mídia televisiva, alastrando a hegemonia comunicativa, conduz à doutrinação ideológica da classe trabalhadora. Esta passa a assimilar os valores que são transmitidos sem a capacidade de introspecção crítica. A indústria cultural é, antes de tudo, uma indústria do entretenimento, voltada à criação de hábitos sociais a serem repetidos pelos telespectadores. Os autores da primeira geração da Escola de Frankfurt oferecem uma boa síntese do defendido:

A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que os escraviza.¹⁶¹

¹⁵⁷ DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 16.

¹⁵⁸ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 112-113.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 119.

¹⁶⁰ INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 3. ed. 2011. Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf. Acessado em 15 de junho de 2013.

¹⁶¹ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 110.

A mitificação do proletário e a pregação da sua inequívoca consciência de classe se converteram nas maiores *idealismos marxianos*, no sentido conferido pelos próprios fundadores para se afastar de Hegel.¹⁶² Não importa a forma como os trabalhadores se apresentam, o seu pensar condicionado, as suas mistificações, suas aspirações burguesas etc., a certeza da sua missão histórica não abala a dura convicção dos marxistas. Proclamar que o proletário quer ser burguês, ao marxista ortodoxo ao estilo de Mészáros, é uma completa heresia nos moldes bíblicos, condenando esta aproximação: “Devido ao antagonismo estrutural entre capital e trabalho, qualquer discurso sobre a ‘integração’ ou ‘aburguesamento’ do proletário [...] é uma contradição nos termos, não importa que tipo de intenção política possa estar por trás disso”.¹⁶³

Há uma sobrelevação da essência fundante do capitalismo, ignorando-se o exame dos fenômenos, esfera em que se realiza a vida de todos os dias. Ainda que a tarefa metodológica do materialista seja, efetivamente, conectar a ponta visível da realidade com a ideologicamente obscura, não se pode menosprezar nenhum dos lados. O reconhecimento dos avanços e retrocessos no processo histórico de emancipação da classe trabalhadora deve ser precedido de um exame acurado do cotidiano. Essa posição de ler a história de modo estático, congelando preceitos de alguma maneira válidos no século XIX, não tem contribuído para a atualização e permanência hígida da dialética materialista como método revolucionário de conhecimento da realidade voltado à transformação.

Por mais romântico e atrativo que seja o discurso emancipatório, deve-se, inevitavelmente, indagar: onde estão os pulmões inquietos dos proletários para soprem o vento avassalador da revolução? O esfacelamento da consciência de classe acompanha a vitória da indústria cultural burguesa, que impôs a sua *mimesis* somática, fazendo do cotidiano uma rotina tautologicamente repetitiva, programada, previsível, automatizada.¹⁶⁴ Essa racionalidade foi amplamente assimilada, externalizada e

¹⁶² É procedente a crítica de Žižek ao papel de relevância que tem sido atribuído à objetividade da posição de classe em detrimento do engajamento subjetivo: “Esse impasse não pode ser resolvido com mais uma análise ‘social objetiva’ e distinções cada vez mais refinadas; em algum momento, esse processo tem de ser interrompido por uma intervenção maciça e violenta da subjetividade: pertencer a uma classe nunca é um fato social puramente objetivo e é sempre o resultado da luta e do engajamento subjetivo”. ŽIŽEK, Slavoj. **Vivendo no Fim dos Tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 162.

¹⁶³ MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 68.

¹⁶⁴ O diagnóstico dado por Marcuse deve ser duramente assimilado: “Na falta de agentes e veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração. Não há campo algum no qual teoria e prática, pensamento e ação se harmonizem. Até mesmo a análise mais empírica das alternativas históricas parece especulação irreal, e a adesão a ela uma questão de preferência pessoal

propagada na vida de todos os dias. A rotina imprimida pelo capital faz com que se distancie, cada vez mais, da tal terra da verdade e da justiça, tanto procurada pelo personagem de Gorki.

Por oportuno, ainda que não se possa avistar o desfecho da luta de classes perpetrada sob a égide do capital, é preciso retomar a uma história inacabada à qual se referiu no início deste tópico. Quando o personagem descobriu que inexistia a tal terra da verdade que tanto procurava, findou por se suicidar. O motivo foi justamente não suportar a mais insólita das realidades: a verdade. O fato de o trabalhador não ser o sujeito que irá remir a humanidade por vocação, tampouco de brotar do capitalismo uma nova ordem libertária naturalmente, não significa o completo aniquilamento do marxismo como teoria crítica ou da possibilidade de outro mundo possível. Nesse aspecto, não se deve desistir de colocar no mapa-múndi o mais próximo que se possa chegar da dita terra da verdade. Pelo contrário, conforme lembra Oscar Wilde: “Um mapa-múndi que não inclua a Utopia não é digno de consulta, pois deixa de fora as terras à que a Humanidade está sempre aportando”.¹⁶⁵

2.3 Os conflitos sociais urbanos revelando a batalha “sem sujeitos”: afinal, para que servem as ruas?

A maior parte das ruas têm dois lados cortados por uma faixa principal, ao menos assim se projetam as mais despreziosas. O local sobre o qual uma pessoa se posiciona na calçada pode dizer mais sobre a sua condição do que os olhos cansados do cotidiano podem alcançar. O trabalhador está habituado a se situar debaixo de uma placa indicativa do local em que o transporte público passa, enquanto a via principal é amplamente usada pela classe média adoradora do transporte individual. Ainda que o pensamento do trabalhador possa estar dentro de um desses carros, o seu local reservado é o da espera pelo ônibus.

Essa mesma calçada que abriga o trabalhador na sua interação banal com a cidade, está acostumada a sentir o passo descompromissado do indivíduo da classe média hodierna, adorador dos animais de estimação, quando os leva para um passeio fisiológico. Esses dois lados vulgares das ruas, que pouco nos significam habitualmente,

(ou grupal)”. MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 16.

¹⁶⁵ WILDE, Oscar. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 44.

em momentos muito específicos podem ceder o seu espaço de monotonia cotidiana para o irrompimento de insurreições populares, anunciando possíveis tempos de mudanças.

No começo de março de 2013, quando Slavoj Žižek palestrou em Porto Alegre, um excerto da sua fala chamou a atenção em particular. Ele relatava que, a par das manifestações que eclodiam mundo afora, os manifestantes apresentavam severas inconclusões quanto aos rumos políticos dos protestos. O autor esloveno, pessoalmente, indagava-os: “O que vocês querem? [...] Querem abolir o capitalismo?”.¹⁶⁶ As respostas eram fatalmente inconsistentes, brotando uma espécie de paradoxo, materializado no descontentamento desprovido de direcionamento político. É preciso confessar que, àquela altura, tais palavras não expressavam muito sentido, ao passo que parecia motivo de contentamento o mero fato de haver insurgências por todas as partes, enquanto no Brasil a população permanecia mergulhada na inércia. Nada como a história passar na frente dos próprios olhos, poucos meses depois, para que as palavras de Žižek se tornasse repleta de significados, pois aqui se repetiu uma fórmula que parece global, com poucas nuances.

Não há nenhum termômetro social capaz de aferir, com alguma precisão, quando a rotina de normalidade do cotidiano será quebrada pelos gritos de insurreição popular. O movimento “occupy” teve alguma repercussão no Brasil, no entanto, atingindo a uma parcela da população que já vivenciava a política das ruas. A revolta dos vinte centavos (ou jornadas de junho) revigorou o sentido das lutas sociais urbanas no Brasil, pela ampla aderência popular e pelos contornos inovadores. Quem procurar compreender os protestos que tomaram as ruas no Brasil e no mundo partindo da lente gasta do marxismo, não conseguirá enxergar para além de uma manifestação de trabalhadores oprimidos (interpretação demasiadamente reducionista, senão imprecisa).

A complexidade dos desdobramentos torna essa afirmação temerária, justamente porque há uma inevitável rediscussão das formas de atuação política, das crenças nas instituições do capitalismo, inclusive dos agentes sociais partícipes. Giovanni Alves, efetuando uma mescla de marxismo proletário-fabril e evolucionista, aponta como uma das características dos movimentos globais o fato de serem formados por uma densa multiplicidade de atores (os autointitulados 99%). A um só tempo, explicita que essa diversidade nebulosa significa a “universalização da condição de proletariedade”,

¹⁶⁶ Conferência "De Hegel a Marx... e de volta a Hegel! A tradição dialética em tempos de crise", ministrada por Slavoj Žižek, em Porto Alegre, em março de 2013.

constituindo eles o “precariado”. Mais adiante, embriagado por doses ufanistas, refere que os manifestantes têm uma consciência moral profunda, representando “[...] um vetor intelectual-moral radical capaz de mobilizar o conjunto de ‘multidão’ de proletários que se vêem ultrajados em sua dignidade humana”.¹⁶⁷

O fato de os manifestantes, em sua imensa maioria, efetivamente pertencerem à classe trabalhadora não permite afirmar que os protestos estão balizados por demandas trabalhistas, tampouco que seja uma revolta do “precariado”. A centralidade que o trabalho ocupa se dirige, antes de tudo, àquela necessidade de sobrevivência constante por meio dele. Outra coisa, totalmente diversa, é dotar nuclearidade nas temáticas dos protestos, embalando-os conceitualmente. Mesmo nos diversos “occupy”, em que havia uma crítica mais direta ao capitalismo, as demandas não orbitavam por novas relações laborais ou direitos a elas inerentes; o foco estava direcionado à forma pela qual o capital tem exercido a sua soberania nos Estados Unidos.¹⁶⁸ Christophe Aguiton precisamente refere que nos movimentos em que predomina a juventude é que se enxerga mais nitidamente a fenda com a tradição do movimento operário, não obstante se mantenha otimista quanto a junção dos dois.¹⁶⁹

Talvez como influxo do processo globalizatório e padronizador antecedente,¹⁷⁰ os movimentos que agitaram os primeiros anos desta década revelam a uniformidade que tem impulsionado o processo histórico de luta. As ruas acompanham, ineditamente,

¹⁶⁷ ALVES, Giovanni et. al.. Ocupar Wall Street... e depois?. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012, p. 32-33. Termos pares foram repetidos por Ruy Braba, ao efetuar leitura das jornadas de junho: “Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento”. BRAGA, Ruy et. al. Sob a Sombra do Precariado. *In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82.

¹⁶⁸ David Harvey, embora entusiasta, apenas reflete a vagueza das demandas: “O objetivo desse movimento nos Estados Unidos é simples. Diz: ‘Nós, as pessoas, estamos determinadas a retomar nosso país dos poderes do dinheiro, que atualmente o controlam. Nosso objetivo é mostrar que [...] Sua classe, os ricos, não está destinada a sempre vencer’. Diz ‘Somos os 99%’. Somos a maioria e essa maioria pode, deve e vai prevalecer. Na medida em que todos os outros canais de expressão estão fechados por causa do poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, praças e ruas de nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas”. HARVEY, David et. al. *Os Rebeldes na Rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis*. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012, p. 61.

¹⁶⁹ “A possibilidade de que esses dois mundos se encontrem é talvez a aposta mais importante para os movimentos contra a globalização liberal”. AGUITON, Christophe. *O Mundo nos Pertence*. São Paulo: Viramundo, 2002, p. 152.

¹⁷⁰ Cf. STIGLETZ, Joseph. *Globalization and its Discontents*. London: Penguin, 2002.

certa homogeneidade de ações e características nos protestos. A individualização, aliada à descontinuidade da consciência de classe, projetou sobre os espaços públicos urbanos uma multidão fragmentada na sua máxima expressão de particularidade.¹⁷¹ O primeiro reflexo foi a incapacidade de formação de lideranças significativas, aptas a reunir sobre as suas pessoas a capacidade diretiva outrora lugar-comum, sintetizando pessoal e simbolicamente a causa pela qual se batalha. Esse parece ser o primeiro aspecto genérico dos movimentos globais contemporâneos, tendo em vista a notória incapacidade de projeção de lideranças políticas, sejam elas novas ou já existentes.

Essa fragilidade em formar ou consolidar lideranças tem estreita conexão com a descrença, quase que generalizada, na representatividade provinda dos partidos políticos.¹⁷² Os próprios partidos apresentam dificuldades nas renovações dos quadros, enquanto a procura por pessoas conhecidas no meio artístico tem se tornado rotina. Ainda que a democracia liberal desponte como uma ideologia superestrutural dominante, paradoxalmente as vias de acesso formal não são guarnecidas de boa reputação. A massa individualizada não (re)conhece a organização em grupos, a sua ótica específica é a singularidade. Não há entidades acima da sua própria convicção capaz de representá-la, fazendo com que haja uma pulverização de demandas, expressa nos diversos cartazes levantados. Não obstante se reconheça a criatividade estampada, o sortimento destes cartazes somente condensa a incerteza programática, bem como o vazio espiritual dos atores sociais em questão.

A ausência de lideranças retrata, ainda, a própria falta de plataformas conjuntas e objetivos bem delineados. Quando os sujeitos individualizados vão às ruas, não podem carregar consigo bandeiras comuns, como reflexo, apóiam-se nas mais variadas crenças que transitam na órbita do cotidiano individual, comumente fomentadas pela indústria cultural. Sequer os programas são passíveis de se tornarem amplamente conhecidos, restringindo a sua difusão significativa entre as massas, pois são carregados

¹⁷¹ Com o advento do capitalismo “[...] o sentido dominante de ‘indivíduo’ passou a ser ‘entidade independente’; a pessoa individual foi abstraída do seu ser social [...]” (tradução livre). “[...] the dominant meaning of ‘individual’ became ‘independent entity’; the individual person was abstracted from his or her social being [...]”. O’CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998, p. 22.

¹⁷² Pesquisa veiculada pela ONG Transparência Internacional demonstrou que, no ano de 2013, 81% dos entrevistados consideraram os partidos políticos brasileiros corruptos ou muito corruptos, enquanto a média mundial, neste mesmo período, foi em torno de 65%. INTERNATIONAL TRANSPARENCY. Disponível em: <http://www.transparency.org/gcb2013/country/?country=brazil>. Acessado em 30 de set. de 2013.

individualmente ou por um pequeno grupo (como expresso nos cartazes). Nesse aspecto, ganha plena vazão as palavras de Slavoj Žižek:

É nesse ponto crucial que encontramos a fraqueza fatal dos protestos: eles expressam uma fúria autêntica, incapaz de se transformar em um programa positivo mínimo de mudança sociopolítica. Eles expressam um espírito de revolta sem revolução. [...]

Eles dão voz aos protestos em nome das “verdades inalienáveis que deveríamos aceitar em nossa sociedade: o direito a moradia, emprego, cultura, saúde, educação, participação política, livre desenvolvimento pessoal e direito ao consumo dos bens necessários a uma vida feliz e saudável”. Rejeitando a violência, eles reclamam uma “revolução ética”. [...] É fácil imaginar um fascista honesto concordando plenamente com essas demandas: [...] E quem será o agente dessa revolução ética? Se toda classe política, direita e esquerda, é considerada corrupta e controlada pela cobiça do poder, o manifesto faz uma série de demandas dirigidas a...quem?¹⁷³

Tomar as ruas sem carregar consigo qualquer norte programático faz com que emergja uma espécie de *voluntarismo sem causa*. Esse voluntarismo é, por característica, imparcial, incolor e invisível, ao passo que não tem bandeira, não tem coloração política, não tem sujeitos coletivos, muito embora haja uma vontade, quase ingênua, de transformação social, sem que se saiba ao certo como. Alçar uma bandeira político-partidária se converteu em ato de reacionarismo, diante da repulsa generalizada aos partidos institucionalizados. Querendo ou não, essa nova forma política prescinde da organização partidária, e os anseios de mudança não se enquadram nas instituições formais.¹⁷⁴ A “velha esquerda” sofre na pele o fracasso da sua política identitária, balizada pela formação da consciência de classe, quando o próprio povo clama pelo baixar das bandeiras.

Há efeitos nefastos que desta postura política afloram. O apartidarismo, no momento da explosão nas ruas, converteu-se em uma poderosa e conservadora força de antipartidarismo. Essa aversão aos partidos, motivada pela própria ignorância política dos manifestantes, culminou na total dispersão de demandas, mitigando a capacidade de transformação social com base na pressão social. Lenin presenciou situação semelhante

¹⁷³ ŽIŽEK, Slavoj. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 83.

¹⁷⁴ Em certa medida, no caso do Brasil, parece ganhar espaço o fenômeno da unidimensionalização do universo político descrito por Marcuse: “Na esfera política, essa tendência se manifesta em marcante unificação e convergência de opostos. O bipartidarismo [...] se estende à política interna, onde os programas dos grandes partidos se tornam cada vez mais indiferenciáveis, até mesmo no grau de hipocrisia e no odor dos chavões. Essa unificações dos opostos se abate sobre as possibilidades de transformação social onde abrange as camadas sobre cujos ombros o sistema progride – isto é, as próprias classes cuja existência antes personificava a oposição ao sistema como um todo”. MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 38-39.

no movimento revolucionário da Rússia, quando este passou a abarcar rapidamente setores novos da população, criando uma série de organizações à margem dos partidos. As consequências desta atitude podem ser medidas nas palavras do bolchevique, que dota certa validade aos protestos recentes:

[...] a ausência de partidos entre os que lutam pela liberdade da sociedade burguesa significa a ausência de uma nova luta contra esta mesma sociedade burguesa. Quem desenvolve uma luta “independente dos partidos” pela liberdade, ou não compreende o caráter burguês da liberdade, ou consagra esse regime burguês, ou adia para as calendas gregas a luta contra ele, o “aperfeiçoamento” do referido regime. E, pelo contrário, quem consciente ou inconscientemente se mantém ao lado da ordem de coisas burguesas, não pode deixar de, pelo menos, sentir inclinação pela ideia de se situar à margem dos partidos.

Numa sociedade baseada em classes, a luta entre as classes hostis converte-se de maneira infalível, numa determinada fase de seu desenvolvimento, em luta política. A luta entre os partidos é a expressão mais perfeita, completa e acabada da luta política entre as classes. A falta de cunho político significa indiferença diante da luta dos partidos. **Mas essa indiferença não equivale à neutralidade, à omissão na luta, pois na luta de classes não pode haver neutros, na sociedade capitalista não é possível “abster-se” de participar da troca de produtos ou da força de trabalho.** E essa troca engendra infalivelmente a luta econômica e, a seguir, a luta política. **Por isso, a indiferença diante da luta não é, na realidade, inibição diante da luta, abstenção dela ou neutralidade. A indiferença é o apoio tácito ao forte, ao que domina.** Quem era indiferente na Rússia diante da autocracia antes de sua queda durante a Revolução de Outubro apoiava tacitamente a autocracia. Quem é indiferente na Europa contemporânea diante do domínio da burguesia, apoia, tacitamente, a burguesia. Quem mantém uma atitude de indiferença diante da ideia do caráter burguês da luta pela liberdade, apoia, tacitamente, o domínio da burguesia nesta luta, o domínio da burguesia na nascente Rússia livre. (grifou-se)¹⁷⁵

A vagueza do movimento pode ser constatada partindo do seu elemento mais imediato, que é a sua própria denominação. Aqui, não se fala de “os indignados” ou “os 99%”, que em si já portam incertezas terminológicas. O personagem é o mais vago e genérico possível: simplesmente são *manifestantes*. Assim, no Brasil, a revolta dos vinte centavos projetou, antes de tudo, a *crise dos atores sociais* de mudança. A coletividade que pretende desafiar a ordem é desprovida de qualquer senso de identidade coletiva, não sendo agentes sociais capazes aglutinação sob qualquer insígnia própria. Em decorrência disso, foram denominados vagamente de “manifestantes” e nada mais. A par disso, a luta por um senso de moralidade demasiadamente genérico não tem o condão de formar qualquer espécie de programa ou plataforma comuns.

¹⁷⁵ LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Partido Socialista e o Revolucionamento Sem Cunho Partidário. In: **Sobre os Sindicatos**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961, p. 185-186.

Afinal, qual é o grande sujeito coletivo que surge nas jornadas de junho? Esse parece ser o ponto mais frágil do potencial transformador dos manifestantes, notadamente quando se perde a habilidade de formação de uma unidade identitária. Os atores sociais que duelam nas ruas não são personagens coletivos em si, denotando uma massa individualizada que se reuniu por contingência de irresignação. De um lado, os vagos “manifestantes” individualizados, enquanto isso, no lado oposto do campo de batalha, não se enxerga precisamente contra quem lutam, sequer se sabendo ao certo pelo que combatem. Está-se diante, portanto, de um fenômeno pouco explicado, em que se arquitetou uma verdadeira *batalha sem sujeitos*.¹⁷⁶

Somente quando a peça da batalha está montada é que se pode verificar se os atores sociais têm efetivas condições de conduzir o processo de transformação social.¹⁷⁷ Os manifestantes que tomaram as ruas não estavam sendo porta-vozes da sua condição de estudantes ou trabalhadores, tampouco nutriam qualquer crítica consistente ao metabolismo que move a rotina do capital. Diante desse tabuleiro montado nas ruas, de plano se percebeu características notórias que levam à total descrença na possibilidade de revolucionamento social. As forças contestadoras eram ontologicamente reformistas, fazendo críticas pontuais, em especial às tarefas desempenhadas pelo Estado e seus agentes, não buscando qualquer câmbio social profundo capaz de mexer nas bases do capitalismo.

Uma parcela muito restrita, partícipe inicialmente dos protestos, possuía efetivamente alguma denominação e plataforma comum; entretanto, os movimentos pelo passe livre ou, no caso de Porto Alegre, o Bloco de Luta pelo Transporte Público (formado pela junção dos partidos PSTU, PSOL e a FAG), perderam o controle do protagonismo logo que o movimento ganhou aderência das massas. Projetou-se, com isso, a incapacidade de, mesmo na era digital, utilizar a ferramenta cibernética como forma de fixar demandas coletivas. O máximo que se obteve foi um gerenciamento organizacional de datas e locais, principalmente pelo “Facebook”, sem que as demandas veiculadas por estes grupos fossem absorvidas de maneira satisfativa. As reivindicações

¹⁷⁶ A ausência de sujeitos não se refere à Proudhon, para o qual uma verdadeira revolução não era obra de ninguém: “Uma revolução verdadeiramente orgânica, produto da vida universal, mesmo que tenha seus mensageiros e seus executores, não é verdadeiramente a obra de ninguém”. PROUDHON, Pierre Joseph. **A Propriedade é um Roubo e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 144.

¹⁷⁷ “Os portadores sociais da transformação (e isso é marxismo ortodoxo) se formam no curso do próprio processo de transformação, não se podendo contar jamais com a existência de forças revolucionárias *ready-made*, prontas e acabadas, por assim dizer, no momento em que tem início o movimento revolucionário [...]”. MARCUSE, Herbert. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 16.

dos movimentos organizados ficaram guardadas em suas alcovas, sendo inaptas na maior tarefa, que é justamente promover a unificação de condutas individualizadas visando à prática de transformação coletiva.

Se é que é possível denominá-los de sujeitos coletivos, as jornadas de junho evidenciaram a rasa capacidade cognitiva e de expressão da intitulada classe média brasileira. A limitação de caracteres do “Twitter”, em verdade, bem se amolda à própria capacidade de projetar a sua irresignação, em que os “hashtags” (outrora “jogo da velha”) se converteram em um suposto símbolo de militância ou engajamento político. Proliferaram-se dizeres como #VemPraRua, #AmanhaVaiSerMaior, #oGiganteAcordou, como se tais denominações carregassem qualquer potência de mudança em si, sendo que os maiores adormecidos até então eram eles próprios, já que os diversos movimentos sociais organizados jamais deixaram as ruas. A virtualidade dos protestos não minora a necessidade de ocupação física dos espaços comuns, conforme acentua David Harvey: “A praça Tahrir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter e Facebook, que realmente importam”.¹⁷⁸

A grande mídia esbanjou a sua habitual falta de agilidade ao interpretar o processo de ebulição social que estava em curso, posicionando-se, inicialmente, de modo contrário aos protestos, somente mudando de lado no instante em que perceberam a convalidação social.¹⁷⁹ A ampla exposição midiática da ação violenta policial foi o estopim à explosão social e aderência popular aos protestos, maximizando o sentimento de revolta até então contido. Como destaca Marcuse, todo processo revolucionário envolve uma carga profundamente humanista de ódio, dirigida contra a opressão e o explorador. Esse sentimento de repulsa, tomado em sua dimensão coletiva, é indispensável em qualquer processo libertário.¹⁸⁰ O autêntico sentimento de ódio, no entanto, era desprovido de qualquer alvo preciso, fazendo com que ganhasse certeza as palavras de David Harvey, quando o geógrafo precisou a rapidez e volatilidade dos

¹⁷⁸ HARVEY, David. Os Rebeldes da Rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 61.

¹⁷⁹ Emblemáticos são os embaraços cometidos por Arnaldo Jabor e o José Luiz Datena na cobertura das manifestações. Enquanto o primeiro, amplamente ridicularizado, viu-se na contingência de formular pedido de escusa, o segundo teve de amargar, ao vivo, o apoio popular aos manifestantes, ainda que o apresentador insistisse em chamá-los de “baderneiros”.

¹⁸⁰ Cf. MARCUSE, Herbert. *O Fim da Utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 40.

movimentos de protesto das últimas décadas no tocante ao seu crescimento e declínio, sendo facilmente controlados e absorvidos pelas práticas dominantes do capitalismo.¹⁸¹

Os movimentos recentes, ainda que afrontem a ordem de alguma forma, não representam uma ameaça real às diretrizes gerais de funcionamento do capitalismo. É evidente que a fragmentação de demandas, nem todas relacionadas à luta de classes vertical, é um dos fatores que pesam para que se imponha este limite de mudança estrutural. Ocorre que as práticas políticas reivindicatórias se amoldaram ao processo formalmente estabelecido pelo Estado às manifestações, não procurando transgredir a institucionalidade, ao máximo se buscando desafiá-la em alguns aspectos pontuais. Atos mais explícitos de contestação, que promovam a destruição de bens públicos ou privados, são rechaçados pelos próprios manifestantes, ante a consideração de que se trata de vandalismo. Perdeu-se o senso original de rebeldia, o qual não via fronteiras para atingir o objetivo de demanda, quando se aceitou lutar dentro das regras do jogo devidamente mediado pelo ente estatal.

Os limites de contenção, exercidos invariavelmente pelo aparato repressor policial,¹⁸² são mais eficazes à medida que a política de não violência se torna comum aos protestos. Manuel Castells aponta que quando o Estado é desafiado no seu poder, há uma reação segundo as regras institucionais, sendo que na impossibilidade de integrar as demandas sem prejudicar as relações de poder encarnadas, fatalmente recorrem ao recurso básico: a violência.¹⁸³ Não são grupos armados, organizados ideologicamente, que tomam as ruas para a imposição consciente do seu programa, mas sujeitos individualizados que procuram eles mesmos respostas aos problemas, motivados por algum sentimento voluntário e incerto de mudança. Está-se diante de uma fase possível de transição, em que os movimentos tradicionais (sindicatos, sem-terras, partidos de

¹⁸¹ HARVEY, David. **Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso, 2012, p. 118-119.

¹⁸² A regra se aplica aos protestos não-classistas: “Em geral, somente quando sai para a rua, o conflito de classe se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva. O que significa que as confrontações violentas, quando acontecem, não se dão geralmente entre capital e trabalho. Não é o capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classes quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta. O poder armado do capital geralmente permanece nos bastidores; e, quando se faz sentir como força coercitiva pessoal e direta, a dominação de classe aparece disfarçada como um Estado ‘autônomo’ e ‘neutro’”. WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 47.

¹⁸³ CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 76-81.

esquerdas) coabitam o palco das ruas com os mais variados grupos carregados de incertezas programáticas.¹⁸⁴

Os protestos urbanos contemporâneos esbanjam essa carga de aversão, odiosidade, focada em temas específicos, todavia, eles são demasiadamente amplos e desconexos para que se consiga formular respostas minimamente objetivas. No “occupy” decerto envolveria a reformulação do próprio capitalismo americano, enquanto nas jornadas de junho, quando deixou de ser apenas por 20 centavos (se é que um dia foi somente isto), perdeu-se qualquer possibilidade de formação de plataforma política viável. Isso faz com que o mesmo sentimento que é empregado à transformação, seja brevemente esvaziado sem que se tenha alterado significativamente o estado das coisas, principalmente em razão da incapacidade de organização e ausências de forças diretivas.

Protestar significa romper com um dos principais signos sociais que habita o cotidiano: a *passividade*.¹⁸⁵ Essa postura apática é expressa também na assimilação das informações transmitidas pela mídia oficial, pois, como destaca o jornalista Celso Vicenzi, parafraseando Brecht, o pior analfabeto é o midiático. Ele acredita no que ouve sem qualquer questionamento, passando a repetir o que escutou, praticando a arte de censurar o que considera governos totalitários, enquanto nos protestos afronta quem levanta bandeiras político-partidárias. Tipicamente se orgulha ao anunciar que a ideia pretensamente sua encontra guarida no Jornal Nacional ou nas páginas da Veja, imaginando que tudo pode ser assimilado sem qualquer esforço intelectual, já que não busca arrimo na sociologia, história, filosofia etc. para expor o seu argumento. Além disso, a voz dos pretensos “especialistas oficiais” convocados é totalmente satisfatória para convencê-lo.¹⁸⁶

As manifestações demonstraram, antes de tudo, a vitória consolidada da grande mídia como fonte da formação direta da consciência social e da ideologia dominante. As

¹⁸⁴ “Mas todos agora parecem nadar dentro de um oceano de movimentos de oposição mais difusos que carecem de uma coerência política global” (tradução livre). “But they now seem to swim within an ocean of more diffuse oppositional movements that lack overall political coherence”. HARVEY, David. **Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso, 2012, p. 118-119.

¹⁸⁵ “A passividade do homem na sociedade industrial é hoje um dos seus traços mais característicos e patológicos. Ele aceita, quer ser alimentado, mas não se mexe, não começa, não digere, por assim dizer, o seu alimento. Ele não readquire de um modo produtivo o que herdou, mas o acumula e consome. [...] Sendo passivo, ele não se relaciona ativamente com o mundo e é forçado a submeter-se aos seus ídolos e às suas exigências”. FROMM, Erich. **A Revolução da Esperança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 55.

¹⁸⁶ VICENZI, Celso. **O Analfabeto Midiático**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/o-analfabeto-midiatico/>. Acessado em 07 de out. de 2013.

vozes que foram protestar, em sua totalidade, eram etéreas (sussurros ideológicos) levando em consideração a sua capacidade revolucionária, visto que levaram às ruas a mesma passividade e potencialidade acrítica que ostentam no cotidiano. Isso conflui ao fenômeno da superficialidade das demandas, em pormenor quando se critica os gastos da copa (pleiteando hospitais padrão FIFA), sem fazer a mínima menção ao despejo da população pobre ou à degradação ambiental. Critica-se a corrupção sem compreender que o empresário tem o benefício tão grande ou maior que o agente estatal etc.

A individualização capitalista faz com que os sujeitos acreditem que eles podem decidir sobre tudo a qualquer momento,¹⁸⁷ sendo este o impulso cotidiano que move a pessoa quando supostamente escolhe desde o estilo de roupa até o modelo de automóvel. Por outro lado, a fachada política (a cidadania), com a sua democracia formal, revela toda a impotência e fragilidade do indivíduo que é traído e, ainda assim, é obrigado, pelas contingências do momento, a aceitar o reatamento da relação. Ao invés de traição amorosa, o cidadão experimenta a traição política, embora seja compelido, de dois em dois anos, a se manifestar formalmente, depositando a esperança em quem não mais é digno de confiança. O resultado imediato é que os sonhos vendidos durante o pacto de núpcias, a propaganda eleitoral, regularmente sejam frustrados.

Além da descrença na política partidária, a democracia caminha em sentido oposto ao que movimenta a ideologia da vida de todos os dias, em que todos os atos são realizados com arrimo nas decisões próprias. Ao contrário da decisão tomada na esfera individual, que é percebida com certo imediatismo, as decisões tomadas sob a fachada política têm efeitos incertos e imprecisos. A supervalorização do recebimento do salário mensal frente ao direito de voto é compreensível na lógica comum, basta observar que a monta mesmo limitada da remuneração oportuniza a aquisição de bens, enquanto o voto garante apenas promessas futuras. Isso faz com que se associe as decisões políticas como meras promessas, sendo que o retorno da venda da força de trabalho tem maior efetividade prática.

A quebra da rotina de inércia expõe a dicotomia da vida pessoal urbana, que abriga a divisão entre ostentar uma fachada no dia a dia (social ou profissional) e, de forma menos usual, uma fachada política (cidadania). A participação política ativa não

¹⁸⁷ “A sociedade capitalista contemporânea procura dar aos sujeitos a impressão de possibilidade infinitas, de que eles podem decidir sobre tudo a todo momento”. SAFATLE, Vladimir. *Amar uma Ideia? In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 50.

faz parte da vida de todos os dias, ao passo que foi projetada para ser executada, dentro dos parâmetros legais. Há uma segregação entre as esferas da política e da economia no capitalismo, muito específica a este sistema econômico, que, a um só tempo, permite a coexistência do cidadão-trabalhador:

A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas, tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe.¹⁸⁸

Atendendo a um critério essencialmente de publicidade, o partido que está eventualmente na situação exibe na televisão um país ou localidade que qualquer pessoa com bom senso pararia para dizer: “eu gostaria de viver nesse lugar”, ao passo que a oposição exibe o seu lado caótico, cujas contradições podem ser solvidas milagrosamente por políticas sociais eficientes e um Estado que atenda as demandas populares. A vida de ilusões do consumo é alimentada pela *esperança*, de que se possa a cada dia adquirir algo novo, fruto do suor do trabalho pessoal, em uma ótica típica da individualização. A vida política, ao contrário, é a vida da *desesperança* ou da esperança constantemente frustrada, ao ponto de gerar a descrença, fazendo com que a valorização da fachada social esteja acima da política.

A falta de identificação pessoal com a política contamina o senso comum com frases como “política não se discute”, tornando viva uma das verdadeiras heranças do positivismo sociológico no Brasil.¹⁸⁹ O universo da política não desperta nenhum sentido prático ou imediato no cotidiano vulgar dos trabalhadores. Ao contrário do salário percebido mensalmente, que efetivamente provém o sustento de uma casa, os resultados das decisões políticas aparecem como distantes e inexpressivos. Os efeitos dessas deliberações, no mais das vezes, não são observados de maneira direta, parecendo que as transformações são sempre lentas, graduais e balizadas em interesses

¹⁸⁸ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 173.

¹⁸⁹ Cf. RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1995, p. 5-25.

personais dos agentes políticos. Assim, o exercício ativo da fachada política não é a esfera da vida que movimenta as pessoas no cotidiano, pouco lhes tocando.¹⁹⁰

Bauman aponta, precisamente, que o processo de individualização significa a lenta desintegração da cidadania.¹⁹¹ A vontade de melhorar de vida, comum a grande parcela da população brasileira, não é buscada por meio do exercício da fachada política, que conserva a sua qualidade de “status” passivo. Na vida cotidiana, a via institucional do mercado desponta como caminho natural a ser seguido. Talvez o diagnóstico estarecedor acerca dos protestos fora antecipado por Marcuse, devendo a luta política procurar caminhos alternativos para transcender as suas formas tradicionais:

As tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional de protesto – torna-o talvez até mesmo perigoso porque preservam a ilusão de soberania popular. Essa ilusão contém alguma verdade: “o povo”, anteriormente o fermento da transformação social, “mudou” para se tornar o fermento da coesão social.¹⁹²

Ainda que o poder de transformação esteja insitamente mitigado, os protestos demonstram que, mesmo na era digital, o poder político é ainda medido por meio da participação política fisicamente presencial. Isso faz com que se questione, afinal, qual o papel das ruas no processo de ebulição social? Ora, como anuncia Lefebvre, em uma das mais belas passagens, ainda que a rua seja o palco de acontecimentos revolucionários, ela se converteu em uma rede organizada à rotina do consumo:

¹⁹⁰ Em certo sentido, Marx abordou este fenômeno quando referia que: “Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele”. MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 40. A questão foi amplamente debatida por Carlos Nelson Coutinho, ao apontar que a preocupação de Marx, desde fase anterior ao escrito mencionado, era retirar o caráter da vontade geral expressa no Estado como mero postulado moral (como em Rousseau) ou como uma abstração ideal (Hegel), pensando a questão em bases materiais efetivas. COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: Ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 58-65.

¹⁹¹ Adequada à racionalidade burguesa que condiciona a vida urbana, Bauman refere que: “As únicas duas coisas úteis que se espera e se deseja do ‘poder público’ são que observe os ‘direitos humanos’, isto é, que permita que cada um siga seu próprio caminho, e que permita que todos o façam em ‘paz’ – protegendo a segurança de seus corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus”. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 45.

¹⁹² MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: 1967, Zahar, p. 234.

A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante e atraente), transforma as pessoas em espetáculo uma para as outras. [...] A *passagem* na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez *obrigatória* e *reprimida*. Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pôde senão perdê-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados).

A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade de circulação de pedestres, ainda tolerada, é determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. [...]

A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e uma ética. [...]

Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento. (grifou-se)¹⁹³

A mesma rua que suporta o peso morto dos carros e das pessoas vivas, muito embora estejam na realidade inanimadas pelo cotidiano desprovido de sentido, tem a rotina irrompida pelos acontecimentos políticos contestadores. A história somente se repete para quem se lembra de ela ter ocorrido em termos similares em momento anterior. Assim como tudo o que sabe sobre o discurso de Martin Luther King Jr é que um camarada negro teve um sonho,¹⁹⁴ tudo o que se saberá é que um largo contingente de manifestantes foram às ruas protestar por algo; esse algo ninguém saberá ao certo o que foi.

Toda a rua que aceita um protesto divide-se, como ela ontologicamente comporta, em dois lados. Esses lados são disputados como um verdadeiro campo de batalhas, sendo que, fatalmente, em apenas um dos lados se encontra o interesse legítimo do povo. Ademais, a história tem demonstrado que o vazio dos espaços públicos, das ruas que vivenciam tão somente a rotina, converte-se no reinado do interesse privado do capital, que, quando necessário, é defendido pelo aparelho

¹⁹³ LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 28-29.

¹⁹⁴ “A era contemporânea volta e meia se proclama pós-ideológica, mas essa negação da ideologia só representa a prova suprema de que, mais do que nunca, estamos imbuídos na ideologia. A ideologia é sempre um campo de luta – entre outras, de luta pela apropriação das tradições passadas. Um dos indicadores mais claros da nossa situação é a apropriação liberal de Martin Luther King, em si uma operação ideológica exemplar. Recentemente, Henry Louis Taylor observou: ‘Todos, até as criancinhas, conhecer Martin Luther King e pode dizer que seu grande momento foi aquele discurso do ‘eu tenho um sonho’. Ninguém consegue ir além dessa frase. [...] Não sabemos que sonho foi’”. ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como Tragédia, Depois como Farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 42. O mesmo ocorre no Brasil quando se associa a figura de Ernesto “Che” Guevara com a de um personagem assassino temerário, ou se transforma o Golpe Militar de 1964 como a luta pela liberdade, contra a instauração de um regime totalitário. Procedeu-se a uma apropriação ideológica dos fatos cotidianos, buscando firmar uma versão oficial sobre os acontecimentos.

repressivo do Estado para que volte para onde nunca deveria ter saído: a sua monótona habitualidade de reprodução do metabolismo.

3 A LUTA DAS MINORIAS ATIVAS POR EMANCIPAÇÕES PARCIAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS POR MEIO DA CIDADANIA INSURGENTE

O marxismo enxergando o caminho ao caminhar

As principais posições nas quais se situam os marxistas hoje transitam entre os que insistem em manter a crença na classe trabalhadora – ainda em grande número no Brasil –, e, no outro espectro, aqueles que de alguma forma superaram a mitificação do proletário. Em ambos os casos as visões padecem de um vício comum, embora em escala decimal oposta, que pode ser denominado de *superestimação da potencialidade revolucionária*. Os que se localizam mais próximos aos marxistas do primeiro caso apresentam os sintomas mais graves, ao passo que continuam apregoados no enfoque mais retrógrado e involutivo da teoria, negando sua própria ontologia crítica, ao acreditarem piamente no proletário como sujeito redentor da humanidade. Ocorre que, no lado oposto, há a mera mutação do personagem histórico que carrega a bandeira de Korzhev, pois, não obstante reconheçam que a classe trabalhadora perdeu seu impulso transformador, apenas elegem novos sujeitos coletivos que, supostamente, redimiriam a humanidade, aposentando o proletário desta tarefa.

A questão basilar parece não circundar a necessidade de projetar capacidades revolucionárias em possíveis atores sociais de mudança, senão investigar o processo de formação das demandas sociais na contemporaneidade. Esse é o motivo pelo qual se deve abrir espaço à compreensão do papel das *minorias ativas* na conformação de reivindicações sociais, impulsionando e aglutinando forças ao redor de antagonismos explorados de modo organizado. Rompendo com a lógica que enxerga as exigências como necessariamente correlatas ao trabalho, canaliza-se o foco na pulverização delas, sendo o espaço urbano o principal palco postulatório, destronando o papel ocupado pela fábrica na visão mais tradicional da teoria. Quando não se torna mais viável pensar a emancipação relacionada apenas ao trabalho, abre-se a brecha para o conceito de *emancipação parcial*, que são conquistas orientadas à emancipação humana, adequando-se às práticas sociais urbanas contemporâneas.

O influxo imediato, ao contrário das visões que pretendem superestimar a função do Direito na regulamentação das demandas sociais, é o fortalecimento da *cidadania ativa insurgente* como mecanismo de pressão coletiva para o reconhecimento jurídico.

Não se trata de um caminho experimental, senão que procura nas práticas cotidianas contestatórias a fonte normativa, condicionando não só o processo de elaboração da lei como o de tomada de decisões emanadas pelo poder formal de julgamento. É o reconhecimento do potencial das ruas na conformação do processo de elaboração e aplicação da lei, abrindo espaço para critérios jurídicos e sociais que extravasem o formalismo normativista, bem como a cegueira habitual do jurista que insiste em não olhar à realidade e às suas contradições latentes.

3.1 A crise dos atores sociais de mudança e o papel das minorias ativas: oposição organizada ou força revolucionária?

Em tempos conservadores, sobre os quais a profecia da ideologia dominante tentava se firmar como ideologia da classe dominante, o mais astuto diretor de teatro de todos os tempos montou uma peça jamais vista na história. Em sua cabeça ela fora projetada de uma maneira tão complexa que se fez necessário redigir um manifesto específico, com auxílio do seu assistente, para que os eventuais interessados em compor a plateia pudessem compreendê-la. Nesse manifesto, os autores trataram de explicar, mesmo que sucintamente, o enredo do que viriam a chamar de “pré-história” da humanidade. Destacaram que toda a civilização, até aquele momento, via-se envolta a uma luta constante, de classes antagônicas, cujo resultado era a fatal alternância de papéis dos sujeitos oprimidos e a manutenção do privilégio da classe triunfante. Finalizaram com um rigoroso apelo: ao proletariado, o então novo personagem que seria ultrajado, caberia a tarefa de se unir para rebentar a sua própria condição e, assim, redimir toda a humanidade, de uma vez por todas, dos grilhões que a aprisionavam.

As cópias do manifesto foram espalhadas por todos os cantos, em larga amplitude de divulgação, buscando pessoas que se sentissem profundamente incitadas com o tema da peça, e que pudessem absorvê-la na sua máxima efervescência. Enfim, no dia da estréia da peça houve uma grande surpresa, pois estavam presentes na plateia, em grande número, manifestantes (trabalhadores e estudantes), operários fabris, intelectuais, alguns trabalhadores com alta escolaridade e, em quantidade bastante reduzida, os socialmente excluídos. O primeiro ato se iniciara sob o som estrondoso de uma música Internacional, pouco conhecida, mas que logo muito significaria a quase todos os presentes. De plano, é denunciada toda a situação de fragilidade que se

encontra a classe proletária subalterna, tendo de vender parte de si, como se fosse uma mercadoria qualquer, para prover o sustento próprio.

Ascendendo a burguesia ao poder, não tarda para que se iniciem as batalhas e os conflitos classistas, cujo poder de síntese do diretor fez com que transcorressem vários anos de lutas em poucos minutos. Com um efeito de luz, torna-se perceptível observar o cenário dividido em partes distintas, representando, a um só tempo, a luta do proletário fabril no seu centro, enquanto nos lados se mantém a mais horrenda das sujeições humanas: a escravidão. Com o desenrolar da batalha no centro, quebram-se as correntes dos escravos periféricos, que são alçados à mesma condição dos que ocupavam o meio do palco. Incontinenti, reproduz-se nos cantos do cenário a mesma lógica espoliativa do centro, no entanto, torna-se possível observar que os ocupantes do meio já estão em condições melhores, fruto das conquistas das suas reivindicações, bem como do temor da classe dominante ser destronada. De repente, de modo inusitado, baixaram-se as luzes. Após poucos instantes de completa penumbra, os personagens do centro não mais se veem como os que agora estão presentes na margem, deixando de se identificar com a condição que até pouco tempo eles próprios ostentavam.

O público estava totalmente absorvido pelo enredo, fazendo com que nutrissem alta estima pelos personagens. Ocorre que, subitamente, mesmo aqueles que se encontravam na margem do cenário, sem qualquer papel de destaque, desistem de seguir adiante a batalha, passando a assimilar os valores agora reproduzidos pelos personagens do centro do palco, difundidos pelos até então encarados como aproveitadores capitalistas. Mesmo sem se compreender o que estava efetivamente se passando, é possível perceber que há movimentos estranhos. Após incessantes batalhas e concessões pelo lado da burguesia, a ideologia acaba sugando a potencialidade revolucionária que pulsava arditamente no proletário, neutralizando o seu impulso pela transformação. Abre-se, então, espaço para uma encenação cotidiana fictícia, em que falsas benesses são projetadas, principalmente sob a forma de mercadoria, que passam a dar um prazer alienante, pouco explicável, a todos os personagens, que agora prontamente ostentam uma venda que cobria parte das suas visões.

Se a plateia estranhava a movimentação dos personagens centrais que desistiram de lutar, a principal surpresa ainda estava por vir, pois, pelo andar da peça, parece que o enredo se deslocou do projetado pelo diretor, já que, sem se saber ao certo como, todos os personagens deixam o palco repentinamente. Grande parte da plateia custa a acreditar

no que vê, encontrando-se completamente atônita, ao passo que enxergava, até aquele momento, todas as condições objetivas de revolução e prosseguimento da história. Um silêncio sombrio ressoava pelo amplo teatro, ansiando pelo retorno da encenação, oportunidade em que os espectadores iniciaram um debate acerca de qual seria o destino da peça que tanto os comovia. O que se pressupunha ser uma provável pausa entre os atos, gerou um grande burburinho, dividindo as opiniões entre os que acreditavam que os proletários regressariam para terminar fatalmente a história que lhes havia sido escrita no manifesto e aqueles, mais realistas, que achavam que não mais teriam fôlego para voltar ao palco após incessantes batalhas procedidas de um conformismo final angustiante.

Pouco a pouco a iluminação foi baixando e, embora custassem a acreditar, a peça, de fato, havia atingido a “presentificação” histórica e estava se encaminhando ao seu fim. Neste estágio a plateia está desconsertada, visto que a encenação que enxergava claramente diante dos seus olhos era a sua própria vida cotidiana e a dos seus antepassados, que igualmente sofreram as mesmas espoliações. Acreditavam em um final no qual se realizaria a terra da verdade, efetivando o rompimento tão aguardado da pré-história da humanidade, que os embalou utopicamente até aquele instante. Sem deixar o recinto do teatro, o público instaurou delongadas e agudas discussões sobre os rumos da peça, que não poderia, segundo o entendimento de alguns presentes, acabar daquela forma.

Quando os nervos exaltados se acalmaram, a maioria chegou à dura conclusão de que os personagens proletários haviam mesmo saído de cena de uma vez por todas. Entretanto, a essa altura não se tinha mais volta, ao passo que parte da plateia mantinha viva a chama da revolução, e estava decidida a tomar o palco, encabeçando a iniciativa de construir e encenar o final que tanto aguardavam que se concretizasse. Passa-se, então, a cogitar a possibilidade de estarem entre eles os atores sociais da mudança, já que de algum modo vivenciaram esta peça, sentindo-a de forma pulsante.

Logo, conferindo interpretações próprias, os intelectuais concordaram que o fim da peça não poderia ser desse jeito, porque não tinha ocorrido nenhuma mudança substancial na estrutura desigual para que os proletários desacreditassem na sua luta. Ainda que anúissem com tal fato, instituiu-se uma ampla divergência acerca de qual deles deveriam subir ao palco para encenar o final da história. Nesse meio tempo, grande parte dos operários presentes assentia com os proletários da peça, deixando o

teatro, salvo raras exceções, pois aquela luta não mais os tocava. Os estudantes e trabalhadores jovens, ao seu turno, entenderam que era preciso haver mudanças, todavia não mais se identificam com a causa operária que pouco os comovia. Os excluídos, bem, esses viram logo cedo que sequer tinham espaço naquela batalha, muito menos viam dali qualquer proveito para modificar a sua rotina.

E assim, fatalmente, a peça se encerra inconclusa pelo abandono dos possíveis atores presentes na plateia, sem se saber ao certo o desfecho da história, remanescendo apenas os intelectuais no auditório... Ah, esqueceu-se de frisar que, por infortúnio, o diretor principal veio a falecer no decurso da trama, tocada por algum tempo pelo seu assistente, que inevitavelmente sucumbiu diante da mais temível das assombrações dos revolucionários: o passar dos anos sem transformações radicais. O que hoje restou da peça talvez seja apenas aquela música Internacional; se bem que os trabalhadores não a conhecem, os intelectuais apenas a assoviavam eventualmente e os excluídos há algum tempo não sabem sequer o que é uma melodia. O que realmente resistiu, diante de tantos infortúnios, foi o sentimento de que um final emancipatório ainda poderia ser dado, embora se estivesse cada vez mais distante.

Os intelectuais, incansáveis e únicos remanescentes, iniciaram os debates à procura do personagem histórico que iria subir no palco da história para finalizar essa peça iniciada e, para eles, ainda inconclusa. Um dos intelectuais presentes era, na verdade, Jacob Goreneder, para o qual o protagonismo deveria ser assumido pelos chamados “assalariados intelectuais”,¹⁹⁵ que constituiriam, no tempo presente, a classe que mais cresce e imprime o ritmo ao capital, tendendo a deixarem de ser estabilizadores da sociedade burguesa, convertendo-se em dirigentes de transformações profundas. Além disso, seriam eles os detentores de maior poder decisório sobre o processo de produção, isto é, o fator conhecimento. Ao mesmo tempo em que aposta nos trabalhadores intelectuais incluídos, Goreneder dava por superada as teses que creditavam as esperanças sobre os socialmente excluídos.

Nesse aspecto, outro intelectual presente na plateia, Herbert Marcuse, foi obrigado a levantar a sua objeção. Destacou que, muito antes de Goreneder, já havia sinalizado à posição chave que esses trabalhadores intelectuais ocupam na escala

¹⁹⁵ “Assim como Marx e Engels apostaram no proletário industrial, em meados do século XIX, podemos agora, às vésperas do século XXI, apostar na classe dos assalariados intelectuais”. GORENDER, Jacob. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999, p. 231.

produtiva, no entanto, permaneciam servos no plano da consciência.¹⁹⁶ Ademais, ainda que ambos concordassem que o proletário, no sentido proposto pelo diretor da peça, perdeu o seu impulso revolucionário, Marcuse sintetizou o seu argumento central em uma das últimas frases de uma grande obra sua, citando um amigo chamado Walter Benjamin: “Sòmente em nome dos desesperançados nos é dada esperança”.¹⁹⁷ Marcuse ponderou, ainda, que se deveria desconfiar é do potencial revolucionário dos estudantes, e não dos excluídos, tendo em vista que os discentes há tempos demonstram aversão à teoria marxista, nutrindo pouco interesse sobre a literatura revolucionária, demonstrando-se incapazes de formar lideranças políticas.¹⁹⁸

Ao captar a descrença no potencial revolucionário dos estudantes levantada por Marcuse, Vladimir Safatle se sentiu na obrigação de efetuar um pronunciamento. Com severo tom de exagero e otimismo, defendeu que eles, na condição de manifestantes, ao contrário do que muitos afirmavam, são os que sabem a resposta aos problemas atuais e tem completa ciência do que estão fazendo.¹⁹⁹ Refuta a pecha imposta pela imprensa de que são meros sonhadores vazios, fazendo, em seguida, a mais audaciosa das afirmações, ao defender os manifestantes brasileiros integrantes das jornadas de junho de 2013: “Eles são, cada vez mais, sujeitos sem predicados. Mas certamente, estão em processo de autocriação como sujeitos políticos. Em algum momento acabarão por se encontrar com uma ideia com a força de nomeá-los”.²⁰⁰

Quando ouviu esse pronunciamento, Slavoj Žižek, também presente, exasperou-se. O filósofo, que testemunhou a profunda incapacidade de transformação social que os protestos globais recentes demonstraram, sentiu-se na obrigação de censurar a fala de

¹⁹⁶ Marcuse denominou os trabalhadores intelectuais como *privilegiados*, integrando o subgrupo que intitulou de “nova classe operária”, segundo o qual portaria o núcleo de uma força revolucionária pelo papel que ocupam no processo produtivo. MARCUSE, Herbert. *Objetivos, Formas e Perspectivas da Oposição Estudantil*. In: **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 54.

¹⁹⁷ BENJAMIN, Walter *apud* MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 235.

¹⁹⁸ “Vocês sabem que eu considero a oposição estudantil como um dos elementos decisivos do mundo atual; não como uma força imediatamente revolucionária, como me têm repetidamente contestado, mas um fator entre aqueles que poderiam, mais facilmente, transformar-se numa força revolucionária”. MARCUSE, Herbert. *Objetivos, Formas e Perspectivas da Oposição Estudantil*. In: **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 51.

¹⁹⁹ SAFATLE, Vladimir. *Amar uma Ideia?* In: **Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012, p. 45; 49.

²⁰⁰ SAFATLE, Vladimir. **Os “Sem Lugar” na Atualidade**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/764/os-sem-lugar-na-actualidade-9406.html>. Acessado em 10 de out. de 2013.

Safatle, passando a gesticular desordenadamente, momento em afloraram todos os seus tiques que lhes são tão notórios e peculiares:

Os manifestantes não fazem nenhuma exigência particular: o que temos é um protesto de nível zero, um ato de protesto violento que não exige nada. Há uma ironia em observarmos sociólogos, intelectuais e comentaristas tentando entender e ajudar. De maneira desesperada, eles tentaram atribuir sentidos aos atos de protestos e, nesse processo, ofuscaram o principal enigma apresentado pelos motins. [...]

O fato de não existir um programa é em si algo que deve ser interpretado e que nos diz muito sobre nossa condição político-ideológica: que tipo de universo é este que habitamos que celebra a si mesmo como uma sociedade de escolha, mas no qual a única alternativa disponível ao consenso democrático imposto é uma ação cega?²⁰¹

Argumentando pela descrença nesses manifestantes compostos majoritariamente por estudantes e trabalhadores jovens, o esloveno repudiou com veemência esse ponto de vista de Safatle. Ora, lembrou que “Os carnavais saem barato – a verdadeira prova do seu valor é o que permanece no dia seguinte, o modo como nosso cotidiano se transforma”,²⁰² sendo esse um dos principais problemas dos protestos recentes. Alertou que os manifestantes contemporâneos elucidaram uma questão central, materializada no fato de que o mero espírito inquietante não tem a capacidade de formar uma unidade política voltada à transformação social. John Holloway teve de discordar da posição do esloveno, alegando que tais explosões populares são repetidamente enxergadas como fracassos justamente porque não levam a uma mudança duradoura, entretanto, esta posição seria equivocada ao desconsiderar a criação de fissuras temporais que:

[...] têm uma validade em si mesmas, independentemente de suas consequências a longo prazo. Como um lampejo ou um raio, elas iluminam um mundo diferente, um mundo criado, talvez, apenas por algumas horas, mas a impressão que permanece em nosso cérebro é a de uma imagem de mundo que podemos criar (e criamos). O mundo que ainda não existe se mostra como um mundo que existe como ainda-não.²⁰³

Em virtude dessa contestação, requisitou-se, então, que Žižek registrasse a sua posição acerca do personagem histórico que deveria subir ao palco para encerrar a história. Antecipou a sua fala alegando que o problema central que enfrentou o marxismo ocidental foi a ausência de um agente ou sujeito revolucionário, dedicando-se

²⁰¹ ŽIŽEK, Slavoj. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 59.

²⁰² ŽIŽEK, Slavoj. O Violento Silêncio de um Novo Começo. In: **Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 16.

²⁰³ HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013, p. 32-33.

a teoria à procura sempre inacabada dos demais atores sociais que pudessem fazer as vezes de sujeito revolucionário, diante da indisposição da classe operária.²⁰⁴ Mesmo autoadvertido, o esloveno caiu na mesma tentação dos intelectuais que o antecederam no debate, efetuando um esforço de previsão, conferindo aos *excluídos* o papel de seguir com a peça.

Inicialmente, ratifica, no sentido de Marcuse e Gorender, que o proletário não é mais um sujeito com potência revolucionária, agregando que ele deixou de abarcar as pessoas necessitadas da sociedade. Coloca a questão de como pensar a universalidade do sujeito emancipatório, de modo não formal (determinado objetivamente), deixando o proletário de constituir a sua base substancial. Slavoj Žižek sustenta a negatividade como solução à questão: “[...] é o próprio capitalismo que oferece uma determinação substancial negativa, pois o sistema capitalista global é a ‘base’ substancial que medeia e gera os excessos (favelas, ameaças ecológicas etc.) que criam locais de resistência”.²⁰⁵

Em seguida, dispara: “E se a nova posição proletária for a dos favelados das novas megalópoles?”²⁰⁶ Para defender a posição, socorre-se ao fato de que os favelados serão a maioria da população urbana, cujo crescimento ocorre à margem do controle estatal, vivendo em condições fora da legalidade. Insiste que, a par da necessidade de se esquivar da idealização dos favelados como formadores de uma nova classe revolucionária, as favelas são um dos poucos lugares eventuais autênticos, abarcado pelos excluídos dos benefícios da cidadania, sendo faticamente composta por aqueles que não têm nada a perder senão os seus grilhões, em alusão ao Manifesto.²⁰⁷

Continua o seu argumento apontando que, surpreendentemente, os excluídos portam muitas das características do sujeito revolucionário marxiano, ao passo que são livres, formam um coletivo amplo, sendo privados dos modos de vida tradicionais. Finaliza a sua exposição sentenciando que:

Deveríamos procurar sinais das novas formas de consciência social que surgirão a partir dos coletivos das favelas: eles serão as sementes do futuro.
[...]

Na verdade, se a principal tarefa da política emancipatória do século XIX era romper o monopólio dos liberais burgueses com a politização da classe operária, e se a tarefa do século XX era despertar politicamente a imensa população rural da Ásia e da África, **a principal tarefa do século XXI é**

²⁰⁴ ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como Tragédia, Depois como Farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 81.

²⁰⁵ ŽIŽEK, Slavoj. **Em Defesa das Causas Perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 415-416.

²⁰⁶ ŽIŽEK, *ibidem*, p. 419.

²⁰⁷ ŽIŽEK, *ibidem*, p. 419-420.

politizar – organizar e disciplinar – as “massas desestruturadas” de favelados. (grifou-se)²⁰⁸

Diante do dissenso, pedindo a palavra pela vez final, o membro da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, sentindo que não se encontraria nenhuma solução pacífica ao problema inicial da falta de personagens históricos – que agora se converteu em personagens em excesso – fez uma última aposta. Apresentou a tese, lembrada enquanto o esloveno discursava sobre o papel dos excluídos, de que nos países subdesenvolvidos existem requisitos primários ao socialismo, sendo um deles materializado na circunstância de que as classes dominantes são incapazes de desenvolver, sob seu dirigismo, as forças produtivas. Conseqüentemente, uma vez continuada a exploração indígena, a libertação nacional e revolução social poderiam coincidir com a libertação econômica.²⁰⁹

A proposição gerou grande burburinho, sendo que talvez nem ele próprio pudesse imaginar que um dia a sugestão se convalidaria com alguma intensidade. Os processos constitucionais recentes da América Latina, em especial no caso da Bolívia e do Equador, abriram vias ao surgimento de um ator social com potencial revolucionário, que demonstra essa confluência de fatores (a emancipação social dos índios cumulada com a libertação nacional econômica, exortando a política neoliberal).²¹⁰ Ademais, a crença no potencial revolucionário dos excluídos terceiro-mundistas se mostrou um apontamento razoável à época, tanto que foi preciso diversas ditaduras militares para frear o avanço da transformação social imanente.

O único que havia chegado atrasado à peça e na discussão, demonstrando fatalmente um total descompasso entre os argumentos e o enredo, foi Ricardo Antunes. Começou a sua proposição insistindo que todo o amplo leque de assalariados (serviços,

²⁰⁸ ŽIŽEK, *ibidem*, p. 421-422.

²⁰⁹ MARCUSE, Herbert. et. al. A Obsolescência do Marxismo. In: **Opções da Esquerda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 200-201.

²¹⁰ Cf. BELLO, Enzo. **A Cidadania no Constitucionalismo Latino-Americano**. Caxias do Sul: Educ, 2012, p. 78-88; 106-126. Alejandro Médice alude: “Casos emblemáticos han sido los acaecidos en Bolivia e Ecuador ya que han tenido una alta incidencia en la movilización social contra el neoliberalismo adoptado por las clases políticas tradicionales de esos países y en consecuencia en los procesos constituyentes que han constitucionalizado nuevos principios, valores, derechos e imágenes constitucionales rectoras de la naturaleza en las recientes constituciones de Bolivia e Ecuador. [...] Estas movilizaciones impugnan las políticas neoliberales encuadradas en el Consenso de Washington y el paradigma desarrollista extractivista tradicional, pero también las visiones de la izquierda urbana clasista, al contar con un fuerte componente de movimientos sociales que se referencian en las cosmovisiones de las comunidades originarias campesinas tanto de Bolivia como de Ecuador”. MÉDICE, Alejandro. **La Constitución Horizontal: Teoría constitucional y giro decolonial**. San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Mispát, 2012, p. 159-161.

terceirizados, informais, desempregados, produtivos etc.) formam a unidade político-social dotada de maior potencialidade e radicalidade anticapitalista.²¹¹ Na continuidade, apoiou-se na gasta ideia de que o proletário industrial continua sendo o núcleo fundamental dos assalariados.²¹² Diante disso, a saída natural seria o reagrupamento do que intitulou de “classe-que-vive-do-trabalho”, sugerindo a formação de uma nova força político-partidária capaz de condicionar a consciência de classe, agrupando as demandas trabalhistas rumo ao socialismo.²¹³ Bom, esse argumento sequer foi escutado com seriedade, tendo em vista que esse debate já havia sido superado por todos os demais intelectuais presentes, que partiram justamente da premissa de que há flagrante ausência de capacidade revolucionária no proletário industrial hodierno e na classe trabalhadora como um todo.

Após observar atentamente todas as posições evidenciadas, um acadêmico de Direito presente, preocupado com as práticas sociais emancipatórias, pediu a palavra para expor a sua visão acerca do tema. Atentou que muito embora pulse em todo revolucionário o verdadeiro sentimento da necessidade de transformação social, não se pode confundir a existência de uma *oposição organizada* com uma legítima *força revolucionária*. As contradições inerentes à etapa do capitalismo jamais farão com que o sistema atinja uma harmonia satisfatória, ausente de conflitos, tendo em conta a flagrante desigualdade a que a humanidade está constantemente sujeita pelo seu ínsito processo de acumulação.²¹⁴ A simples circunstância de existir diversos movimentos organizados, despontando com maior ou menor tom de crítica ao cotidiano do capital, não significa que estejam necessariamente guarnecidos de vocação revolucionária.

A maior parte dos grupos sociais organizados que fazem contestação direta ao capitalismo, mesmo que pretendam romper com a ordem vigente, tem a sua capacidade expansiva e de transformação social limitadas. Os elementos estruturais que alicerçam a dinâmica social reivindicatória sufocam a viabilidade de ruptura, condicionando os atores sociais a se movimentarem dentro das divisas da legalidade. As oposições

²¹¹ ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 74.

²¹² ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 196.

²¹³ ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua Concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.121-128.

²¹⁴ Relatório divulgado em outubro de 2013 pelo Credit Suisse aponta que 0,7% da população mundial detém mais de 40% da riqueza global. CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2013**. Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C83>. Acessado em 20 de out. de 2013.

organizadas brasileiras, compostas por partidos políticos, movimentos sociais, coletivos urbanos, blocos de luta etc., diante da conjuntura atual, não contêm força revolucionária em si, portando, ao máximo, a propensão de gerar fissuras no capitalismo.²¹⁵ Assumir a inexistência de forças políticas capazes de promover profundas transformações sociais no Brasil não deve se compreendido dentro de uma ótica de minorar a relevância dos focos de contestação, como anuncia Georges Labica: “[...] apoiar politicamente as novas formas de contestação social e militar em seu seio não pode significar deixar de ver as limitações de que padecem”.²¹⁶

Por mais evidente que pareça ser, é preciso ser taxativo ao pontuar que, sob o enfoque tradicional, não há processo revolucionário em curso no Brasil, inexistindo qualquer transição ao socialismo, seja de maneira gradual ou politicamente forçada. Um autêntico levante popular revolucionário deve estar munido de sujeitos coletivos com aspiração capazes de gerar reconhecimento coletivo, fazendo com que traduzam anseios não somente restritos a um segmento, revelando a vontade de parte significativa da população. O fenômeno da individualização, aliado da propensão ao consumo – ambos sob a benção de uma indústria cultural conservadora – criam as condições objetivas para que não haja oxigenação das vias emancipatórias, sendo elas constantemente sufocadas. Ainda assim, os movimentos organizados à transformação social quando carregam os seus ideais de um outro mundo possível, não podem simplesmente serem taxados de utópicos, dado que muitas dessas utopias somente não foram concretizadas pelas atuação repressiva das forças opositoras, como lembra Marcuse.²¹⁷

A ausência de forças revolucionárias no Brasil, ou de caminho emancipatório aberto, não minora a relevância das oposições organizadas, que cumprem o relevante papel de denunciar as antinomias do capital e as demais facetas espoliativas, combatendo-as frontalmente. Esses grupos são *minorias ativas*, constituídos por núcleos rígidos capazes de exercer influência sobre um grande contingente de pessoas, atraindo a atenção para o que postulam. Serge Moscovici reporta o papel delas no processo de

²¹⁵ John Holloway conclama para que se fissure o capitalismo: “Lutemos a partir do particular, lutemos de onde estamos, aqui e agora. Criemos espaços ou momentos de alteridade, espaços ou momentos que caminham na direção oposta, que não se adequam. Criemos fissuras e deixemos que se expandam, deixemos que se multipliquem, deixemos que ressoem, deixemos que fluam juntas. Criemos dimensões nas quais não mais servimos e zelamos pelo Tirano-capital, e o vejamos ‘como um grande colosso; de quem subtraiu-se a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se’”. HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Brasil Publisher, 2013, p. 251.

²¹⁶ LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 65.

²¹⁷ MARCUSE, Herbert. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 15-16; 22.

influência sobre a maioria, alertando, inicialmente, que a convivência em sociedade pressupõe o estabelecimento de normas, bem como envolve a consolidação de uma resposta majoritária a elas. O reflexo é a divisão entre o que é permitido/proibido, bem como o que está incluído/excluído, formando-se prescrições que vão das mais graves aos fatos mais prosaicos do cotidiano, fazendo com que as ações sociais se revistam de um caráter social ou desviante.²¹⁸

As minorias ativas exercem a sua influência ao instaurar ou projetar determinado conflito social, conduzindo à reflexão sobre a demanda, fomentando o surgimento da incerteza (condição anterior à influência).²¹⁹ Os seus integrantes não raro possuem orientações políticas definidas, promovendo a combatividade pautada pelos objetivos a que pretendem atingir, vivenciando a militância engajada com severa carga de voluntarismo. Diversos focos de irrisignação social são explorados por essas minorias, com a finalidade de chamar a atenção de um grande contingente de pessoas, incitando a reflexão sobre determinada causa obscurecida. As minorias ativas organizadas levantam, constantemente, pautas de discussões na tentativa de romper o cotidiano de passividade que habita as ruas, conclamando à adoção de engajamento político e posturas ativas.

As reivindicações aventadas pelas minorias podem carregar conteúdos que atinjam apenas transversalmente o capital, como a questão racial, de gênero, ambiental etc., cujo teor da demanda em específico é capaz de ostentar maior ou menor tom de crítica ao sistema. Essas minorias, quando atuam institucionalizadas, ganham uma respectiva forma jurídica (como os sindicatos, associações etc.). Agindo à margem de uma veste legal, praticando direito de livre manifestação, situam-se os tantos

²¹⁸ MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 73-75.

²¹⁹ MOSCOVICI, *ibidem*, p. 104-112. Em certo sentido, Friedrich Engels, no final da sua vida, concedeu alguma atenção ao papel das minorias ativas sob uma perspectiva ampla: “Todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa popular dominada. Uma minoria dominante era assim derrubada, uma outra minoria empunhava no seu lugar o leme do Estado e modelava as instituições estatais segundo os seus interesses. Esta última era sempre o grupo minoritário capacitado e vocacionado para a dominação pelo nível do desenvolvimento económico, e precisamente por isso, e só por isso, acontecia que na transformação [*Umwälzung*] a maioria dominada ou participava a favor daquele ou aceitava tranquilamente a transformação. Mas, se abstrairmos do conteúdo concreto de cada caso, a forma comum de todas as revoluções era elas serem revoluções de minorias. Mesmo quando a maioria cooperava — ciente ou não — isso acontecia apenas ao serviço de uma minoria. Deste modo porém, ou também pela atitude passiva e sem insistência da maioria, essa minoria alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo”. ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1895. *In*: MARX, Karl. *As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850*. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982, p. 193.

movimentos espontâneos que despontam também abraçando as mais diversas causas. Esta última hipótese é o caso da revolta dos vinte centavos, iniciada por minorias ativas, que são formadoras de oposições organizadas vinculadas à reivindicação pela melhora no transporte público (Bloco de Luta pelo Transporte Público e Movimento Passe Livre).

Ao pontuar que se tratam de minorias, está-se referindo, em sua literalidade, às numericamente inferiores – ainda que possam traduzir o anseio de uma maioria –, em razão de serem as que efetivamente se organizam para tomar as ruas e protestarem. Jamais é possível afirmar, de antemão, quando determinada demanda angariará adesão popular, despertando sobre as massas o sentimento de transformação possível e necessária. De igual maneira, não obstante seja possível a conversão de oposições organizadas em forças revolucionárias, essa transição dependerá de alguns aspectos, como: o modo pelo qual a coletividade irá assimilar o que está sendo reivindicado, fatores externos de repressão/propagação, a capacidade de formação de atores sociais identificados com o que se postula etc.

A existência de minorias ativas que impulsionam o processo contestatório não resolve o problema inicialmente colocado, traduzido na crise dos atores sociais de mudança. Nesse aspecto, parece haver um vício comum aos intelectuais críticos, o qual se pode denominar de *superestimação da potencialidade revolucionária*, passível de divisão em dois níveis distintos. O caso mais grave, de *obsolescência*, acomete os pensadores que persistem na tentativa fortuita de empurrar o trabalhador, na literatura que eles próprios redigem, a forçadamente encabeçar um suposto processo revolucionário em curso, ou em vias de abertura (já que as condições objetivas estariam sempre postas). O diagnóstico menos severo, ao seu turno, afeta a gama de intelectuais que, em uma suposta *linha evolutiva*, aposentou o proletário da sua missão histórica, contudo, caindo na perdição de prontamente alistar os seus substitutos, que se converteram em verdadeiras antonomásias ao antigo papel ocupado pelos trabalhadores assalariados.

Ambos os casos retratam situação similar ao impasse experimentado no filme hollywoodiano “Stranger Than Fiction”,²²⁰ em que uma escritora de tragédias está com dificuldade de matar o seu personagem principal, Harold Crick. Ocorre que os fatos

²²⁰ HELM, Zack. **Stranger Than Fiction**. [Filme-Vídeo] Direção de Marc Forster. Estados Unidos da América, Columbia Pictures, 2006. DVD, 113 min.

narrados iam se reproduzindo na realidade de forma imediata, já que Harold existia faticamente, conseguindo escutar a narração da história feita pela escritora em primeira pessoa. Ao ficar ciente do caminho de mão única que estava fadado a experimentar, Crick descobre quem é a escritora que redigia o seu destino, dirigindo-se ao seu encontro para dissuadi-la de encerrar a história como estava habituada a fazê-lo. Na oportunidade em que ele finalmente a encontra, a escritora entrega os rabiscos finais da sua vida, que, diante do brilhantismo da obra, o personagem aceita o final sem relutar. No momento em que autora passava a limpo os rascunhos, digitando a última palavra da obra (“morte”, naturalmente), decide por interromper a escrita, sob o pretexto de que se uma pessoa sabe o final da história e, ainda assim, aceita-o, este é o tipo de pessoa que se quer manter viva.

O ímpeto que move os intelectuais “evolutivos” é a gana de eliminar o proletário como sujeito revolucionário, como se fosse o destino sem volta da tragédia da vida contestatória humana, a exemplo da vontade externalizada pela autora no início do filme. Por outro lado, apegando-se à parte final da película, alguns pensadores obsoletos preferem a ideia do proletário consciente da sua missão, acolhendo-a como se fosse o destino natural e, por isso, faz-se merecedor de preservá-lo vivo na literatura. O ponto é que não se trata de eliminá-lo ou deixá-lo vivo, senão de compreender que, conhecendo ou não o seu pretense destino, os trabalhadores simplesmente exercem suas atividades no cotidiano. Portanto, trata de saber observá-lo no seu contexto, sem se proceder a leituras distorcidas da realidade, como as que ora forçam a sua morte, ora o enaltecem ao mais alto posto de sujeito redentor. A promoção do encontro dialético do trabalhador com a sua conjuntura, destacando as possibilidades reais de emancipação, permite que o liberte da sua missão histórica, sem precisar aniquilá-lo ou ergue-lo ao mais alto posto.

Ademais, os sujeitos verdadeiramente revolucionários não estão vestidos apenas sob uma fachada ampla. É possível visualizá-lo no estudante que sonha com um mundo melhor que tanto lê a respeito, no professor que tenta despertar nos alunos o espírito crítico, no operário que busca organizar os trabalhadores desagregados, no índio que reivindica o seu espaço, na menina que não se sente confortável em ver o seu corpo tratado nas revistas como mercadoria, no negro que luta pela igualdade racial etc. Todos esses são atores sociais de transformação, não necessariamente agindo sob a sua condição própria (negro, proletário, estudante, professor etc.).

Afora as demandas relativas à condição própria da pessoa, o que os intelectuais parecem não se dar conta é que os sujeitos revolucionários não são mais figuras rígidas que marcham sob o manto da unidade identitária. Os grandes levantes populares recentes são gravados por essa heterogeneidade de atores, que não têm a signa exclusiva da classe trabalhadora, dos excluídos etc. Os atores sociais de transformação hodiernos se confundem com essa multiplicidade de agentes que se unem à prática da arte de desobediência, negando as formas de opressão que lhes são impostas, criando legítimos espaços de resistências.

A transversalidade das inquietações faz com que os indivíduos se projetem para além da sua qualidade específica, em nome do que, por contingência, postula-se. Quando se exige um transporte público de qualidade, os atores sociais que vão às ruas podem ser os estudantes, os negros, os desempregados, no entanto, não se fazem presentes para reivindicar as suas posições em particular, ocupando o espaço para defenderem tal bandeira em conjunto. Diante da complexidade organizacional da vida, não há nenhum ator em isolado capaz de levar a efeito um processo revolucionário, tampouco se pode postular a sua junção em coletivo (“classe trabalhadora”). Talvez sequer seja momento para se falar em qualquer processo revolucionário, devendo ser objeto de destaque as iniciativas de base que criem formas alternativas de convivência, rechaçando explicitamente a influência e o modo de gerir o cotidiano determinada pelo capital (autogestão em fábricas, territórios alternativos etc.).

Em tempos conservadores, sobre os quais a profecia da ideologia dominante se assenta como ideologia da classe dominante, sufocando os mais diversos espaços de resistência, o cotidiano é convertido em exercício individual de atividades passivas. Com isso, o sentido autêntico de revolução é elevado a um alto grau de abstração, sendo a teoria crítica condicionada a repensar o conceito sem perder de vista a necessidade de transcender ao reformismo banal, caminhando em direção às transformações estruturais necessárias. Revolução, em época demasiadamente conservadora como a atual, não representa o aniquilamento do capitalismo, em um confronto classista explícito.

Para manter a sua validade histórica passa designar a repulsa exercida nos mais variados espaços de resistência, denotando a postura que se recusa a fomentar e reproduzir a lógica excludente capitalista de vida. Significa, portanto, recusar-se ativamente a viver na redoma de passividade que sufoca as vozes que lutam pelo fim da pré-história da humanidade, alçando a desobediência propositiva ao “status” ao modo de

gerir a postura combativa. A possibilidade de revolucionar gravita em torno das experiências que efetivamente limitam a expansão do poder exercido pelo capital, mitigando e restringindo a sua capacidade de ingerência.

Nesse estágio, nada mais justo do que indagar: “ok, mas, e a peça? Qual o seu o desfecho?”. Às vezes, encenar é o modo mais fácil de desconstituir e repensar a atuação dos atores sociais de mudança. Pelo que se sabe da peça, é que o palco, em verdade, sequer era um palco, o concreto demasiado desmentiria essa afirmação. Ele não pode ser outra coisa senão as ruas, pisadas por uma multidão de conformados que seguem a sua rotina, enquanto muitos outros personagens, que são atores ativos reais, buscam assumir o protagonismo da história sem sucesso. Ainda assim, a sua luta tem alguma ressonância e capacidade de influência sobre segmentos inertes. Bom, já que o palco não era palco, mas sim a rua, parece prudente dizer que o diretor era, faticamente, Marx, e o seu assistente, como é intuitivo, era Engels. A música era a Internacional Comunista, enquanto o centro do palco era ocupado pelos países ditos desenvolvidos, e a periferia pelos dependentes, como o Brasil. Por oportuno, frisa-se que a venda que cobria a visão dos trabalhadores não poderia ser outra coisa senão a ação da ideologia.

Talvez o mais emblemático é que a plateia, composta por atores sociais reais que de alguma forma vivenciaram esta história, tomou rumos diversos a partir do fim da peça, que, diga-se de passagem, representava os maiores temores: o esfacelamento fático da batalha de ideias, dos caminhos alternativos e dos sujeitos que vão subir o palco para conduzir a história da humanidade. É evidente que os integrantes da plateia não estavam ali de maneira acidental, ao passo que, concordando ou não com as suas previsões, estavam imbuídos dos mais legítimos sentimentos da necessidade inarredável de emancipação social, jamais enlameando os seus conhecimentos para a defesa da desigualdade estrutural a que todos estão sujeitos. Então, afinal, quem são os atores que vão subir ao palco para encerrar a peça? Todas aquelas *pessoas comuns* que praticam, cotidianamente, o ato de negação do metabolismo imposto pelo capital, e, a partir dessa reflexão e ação crítica, constroem caminhos alternativos de sobrevivência, sejam eles professores, industriais, índios, mulheres, estudantes, podendo ser – e por que não? – até mesmo quem sobre este escrito se debruça.

3.2 A cidade como palco dos conflitos sociais contemporâneos: a desobediência como atributo da cidadania ativa e a possibilidade fática de emancipações parciais

Em 1º de dezembro de 1955, na cidade Montgomery, Alabama, uma mulher negra, sentada no espaço reservado aos assentos desta raça, recusa-se a ceder seu espaço para um branco, mesmo após a solicitação do motorista. A consequência foi a sua prisão e o pagamento de multa por violar expressamente a lei de separação racial. Este ato solitário de desobediência desencadeou um movimento que pôs termo à segregação, tornando-a inspiração na luta pelos direitos civis norte-americanos.²²¹ A insubmissão de Rosa Parks não pode ser tratada como uma exceção, embora seja um exemplo singular, tendo em vista que muitas são as pessoas que exercitam nas ruas, dia a dia, o ato da desobediência, travando batalhas organizadas pela conquista e efetividade de direitos.

A rua sintetiza a máxima expressão de singularidade da cidade, possuindo contornos e características próprias que a torna inteiramente peculiar, passível de ser vivenciada de maneira única. Constituindo o palco principal da vida cotidiana, sobre ela desfilam, rotineiramente, as mais diversas fachadas que perseguem os seus objetivos individualizados, em uma repetição quase que automática dos dias. A única variação desponta somente nos fatos inusitados que nela ocorrem, não sendo fortes o suficiente para abalar a sua reprodução. A rua, no mais das vezes, carrega o seu quinhão de monotonia, repetição, cujo barulho ensurdecedor dos carros e pessoas ecoa apenas o chato silêncio rotineiro, impulsionado por essa peregrinação de pessoas coisificadas e coisas pessoalizadas. A descrição de Maria do Carmo Brant de Carvalho é precisa:

A vida cotidiana é aquela dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o ‘cigarro, almoçar, jantar, tomar a cerveja, a pinga ou o vinho, ver televisão, praticar um esporte de sempre, ler o jornal, sair para um “papo” de sempre etc... Nessas atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que dirige as consciências.²²²

²²¹ ACADEMY OF ACHIEVEMENT. **Rosa Parks Biography**. Disponível em: <http://www.achievement.org/autodoc/page/par0bio-1>. Acessado em 14 de nov. 2013.

²²² NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 23.

Os mais diversos hábitos do cotidiano, repetidos de maneira despretensiosa, escondem a complexidade espacial sobre a qual eles se desenvolvem, uma vez que a vida de todos os dias é exercitada majoritariamente no espaço urbano, local que se converte em palco central das reivindicações contemporâneas. Há estágios evolutivos no processo de ebulição social que forçaram o olhar crítico a se distanciar da indústria e do campo, passando a focalizar em primeiro plano a *cidade*.²²³ O terreno sobre o qual se dinamiza a luta de classes, emergindo uma multiplicidade de reivindicações, extravasa a visão que buscava suplantiar o capitalismo tão somente a partir do “apoderamento” dos meios de produção e, por isso, canalizava a atenção apenas em cima do proletário e do seu *locus* típico de interação laboral: a fábrica (ou, o que agora a representa).

Parece estar suficientemente claro que não é atribuição exclusiva do proletário fabril construir espaços de resistência ao capital, sendo que a série de agentes transformadores se fragmenta em escala crescente na cidade, seguindo a ampliação da divisão social do trabalho. Quem procura compreender a forma de desenvolvimento dos conflitos sociais contemporâneos, deve atentar, antes de tudo, às práticas sociais que ganham arranjo no espaço urbano. Há uma frase de David Harvey – um dos maiores marxistas entusiastas da relevância que deve ocupar o espaço urbano – que sintetiza toda a complexidade da relação entre a cidade e os embates hodiernos: “[...] a dinâmica da exploração de classe não está confinada ao local de trabalho” (tradução livre).²²⁴

A crítica marxista tradicional tem como cerne a questão do trabalho, com notória primazia conferida ao proletário fabril.²²⁵ Isso conduz à formação de interpretações dos conflitos contemporâneos como se estivessem todos conectados ao aspecto puramente classista, a exemplo da Revolta dos 20 centavos, em que se postulou como um verdadeiro levante do “precariado” brasileiro, como já mencionado. As soluções apontadas por parte desses marxistas, em razão dos novos problemas que o capital engendra, avançam quase sempre em direção ao trabalho (a proposição já citada de Ricardo Antunes é o mais nítido exemplo, quando sociólogo defende uma pretensa

²²³ Cf. LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

²²⁴ “[...] the dynamics of class exploitation are not confined to the workplace”. HARVEY, David. **Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso, 2012, p. 129.

²²⁵ Beaud e Pialoux sintetizam o esforço ora empreendido no sentido de desmistificar o proletário, bem como de realçar o seu impulso para se distanciar do seu ser-laboral: “Hoje, muitos operários se distanciam dos modos antigos e de certas formas de sociabilidade que sentem como arcaicas, e esforçam-se para destacar-se do que parece ‘operário’ demais. [...] é preciso dizer que sua elevação à condição de mito [...] foi durante muito tempo um obstáculo de peso à compreensão sociológica das transformações que afetavam o mundo operário [...]”. BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à Condição Operária: Investigação em fábricas da Peugeot na França**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 294.

ampliação do conceito de classe, passando a intitulá-la “classe-que-vive-do-trabalho”). O âmago, porém, não é agregar um contingente maior ou menor de trabalhadores, visto que a tarefa principal é compreender as dinâmicas das práticas sociais contestatórias contemporâneas, não podendo se presumir que todos os deletérios do capital estejam vinculados exclusivamente ao trabalho (ainda que seja elemento essencial).

A tendência de conferir suprema primazia ao trabalho é dotada de uma estreiteza profunda, incompatível com o exame dialético da realidade, ao passo que apreende tão somente uma parte específica dos desdobramentos da conflituosa relação entre as classes sociais e o capitalismo. Muito embora a desigualdade do capitalismo surja na sua dimensão infraestrutural (econômica), os efeitos dessa exploração se prolongam em demasia para além do ambiente laboral, reproduzindo-se, principalmente, no espaço urbano. Portanto, a crítica ao capital deve ser combativa ao ponto de atingir o máximo de facetas do cotidiano possíveis, em nome do princípio da totalidade, dado que os efeitos da exploração capitalista são irradiados sobre as mais variadas dimensões da vida urbana (dependendo, inclusive, da fachada profissional que ostenta).

A exploração capitalista pode até se iniciar no ambiente laboral, no entanto, alastra-se sobre o consumo, o tratamento da questão étnica, a especulação imobiliária, a exclusão social, a política antidrogas, a repressão policial etc. A pluralidade de esferas de vivência do cotidiano urbano exige que o marxismo adote um parâmetro de crítica radical que considere e busque contemplar todos esses aspectos, sem conferir absoluta preponderância ao trabalho.²²⁶ A crítica marxista deve confrontar essa diversidade de facetas alienantes e espoliativas que o metabolismo urbano do capital impõe sobre as pessoas, atacando-as com igual carga de força que se emprega ao trabalho. A cidade é o elemento espacial em cima do qual é montado o cotidiano pernicioso do capital, sendo

²²⁶ Essa ideia já se faz presente há algum tempo, em pormenor quando dirigida aos movimentos sociais tradicionais: “A novidade maior dos NMS [novos movimentos sociais] reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMS denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são as outras faces da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo”. SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 258.

este nada mais que uma extensão da desigualdade que se desenrola no campo laboral, por isso, impende destacar a sua primazia no processo social insurgente.

Ao invés de se pensar a fábrica, ou qualquer local de trabalho, como matriz dos acontecimentos políticos, o espaço urbano deve assumir o protagonismo, tendo em vista que é sobre ele que deságua a maior parte das implicações nefastas do capitalismo, despontando opressões de toda a ordem. A análise radical marxista do capitalismo deve ser, por isso, guarnecida de uma crítica contundente à cidade e ao seu cotidiano, sendo munida de um acurado senso de percepção sobre os agentes de transformação e as causas que levantam. A correlação que se desenvolve no espaço urbano entre a demanda e as subjetividades ativamente engajadas, determina a habilidade de uma minoria ativa de impulsionar conquistas, efetivar direitos e, acima de tudo, incentivar transgressões na construção de novos espaços de resistência.

Transgredir a ordem estabelecida pelo capital à cidade, todavia, concentra a tarefa mais árdua, pois necessita romper as ideologias dominantes. A vida cotidiana urbana ao mesmo tempo em que manifesta as insatisfações, frustrações de toda a ordem, um caos pretensamente organizado, traz, antes de tudo, *segurança*. Prescrever condutas que atinjam essa rotina de continuidade, pronunciando o não conformismo com o sistema que imprime este conservantismo, pode gerar uma intimidação excessiva ao trabalhador que apenas queira sobreviver em estado de “pacificação”, em decorrência de viver sem enxergar a espoliação, tratada como se fosse lei eterna da natureza humana. Por mais que as aventuras da classe trabalhadora sejam penosamente repetitivas, consoante ilustrou a indigitada tirinha, um quadro de mudança que possa ameaçar esta organização do todo não é socialmente desejável, justamente por trazer a signa da insegurança, que encontra sua guarida num dos maiores símbolos da passividade cotidiana: o *conformismo sem resistência*.²²⁷

Como refere Erich Fromm, a propensão humana a obedecer é compreensível dentro da ótica da segurança, de estar protegido pela ordem, pelo poder do Estado, pela opinião pública, pela igreja etc. A desobediência, ao seu turno, desperta outras qualidades, porquanto é preciso coragem, pensar por si, sentir a amargura de não encontrar ressonância da sua convicção libertária na ideologia comum dominante.²²⁸ As vantagens e benesses do capital somente estão acessíveis aos que obedecem à risca os

²²⁷ MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 24.

²²⁸ FROMM, Erich. **Da Desobediência e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 9-17.

seus mandamentos, condenando os seus transgressores a viver toda uma vida de lutas incertas, embalados pela convicção da necessidade de redenção. Desobedecer ao arranjo do capital tem os seus custos, atraindo a atenção da repressão policial, a aplicação das normas conservadoras do Direito, inclusive, em tempos mais funestos, repercute na clandestinidade ou no exílio forçado.

Seguindo a via transgressora e destemida, a *desobediência* é a virtude genuína do revolucionário hodierno. O ato de dizer “não”, ao estilo Rosa Parks, manifesta a repulsa diante das diversas formas de opressão, representando o nado forçado contra a correnteza conservadora, que não se importa em determinar a direção a ser seguida, mesmo quando o destino é o menos atraente, pois conduz sempre à passividade da vida cotidiana. Aqui, não se refere apenas à desobediência na forma de despertar do operário em construção, que aprende subitamente a dizer “não”, que se converte em atributo da insurgência, ilustrada no lúdico arvorecer da consciência de classe, adormecida em virtude das vendas fixadas pela ideologia e alienação.²²⁹ A contestação assume novas formas, autênticas e revigoradas, cujo ponto de partida é a subversão aos mandamentos do capital, constituindo legítimos espaços de resistência em uma multiplicidade de campos de batalhas e de atores sociais.

A tarefa de romper com a reprodução do metabolismo do capital, confiada a tantas subjetividades coletivas, revela a potencialidade transgressora da *cidadania ativa*.²³⁰ A noção de cidadania ativa pressupõe que a sua realização não pode estar ancorada simplesmente no reconhecimento formal, por parte do Estado, de um *status* de cidadão perante a ordem jurídica interna/externa (cidadania passiva). Representa, outrossim, o engajamento fático de dado indivíduo/grupo na conquista ou efetividade de

²²⁹ O poema de Vinicius de Moraes é um exemplo eloquente: “E foi assim que o operário / Do edifício em construção / Que sempre dizia sim / Começou a dizer não. E aprendeu a notar coisas / A que não dava atenção: Notou que sua marmita / Era o prato do patrão / Que sua cerveja preta / Era o uísque do patrão / Que seu macacão de zuarte / Era o terno do patrão / Que o casebre onde morava / Era a mansão do patrão / Que seus dois pés andarilhos / Eram as rodas do patrão / Que a dureza do seu dia / Era a noite do patrão / Que sua imensa fadiga / Era amiga do patrão. E o operário disse: Não! / E o operário fez-se forte / Na sua resolução”. MORAES, Vinicius de. **O Operário em Construção e Outros Poemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 67-73.

²³⁰ O conceito não se confunde com o de outros autores, que não submergem do aspecto jurídico-formal, restringindo a abrangência às divisas da lei. Distancia-se, à vista disso, da definição de Maria Mesquita Benevides, que esclarece: “A participação popular pertinente a este estudo é aquela que se realiza através de *canais institucionais* para a intervenção direta na atividade de produção de leis e políticas governamentais”. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991, p. 13. Acerca da evolução do conceito, bem como as suas mais possíveis abordagens, vide: BELLO, Enzo. **Teoria dialética da cidadania: Política e direito na atuação dos movimentos sociais urbanos de ocupação na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011, p. 14; 45-49; 352.

um direito, atuante no sentido de gerar reconhecimento social e jurídico para o que se postula. Logo, a cidadania ativa se reveste de uma prática social qualificada, motivada por demandas sociais objetivas, com vistas à conquista ou concretização de dado direito que está sendo infringido ou ainda não foi tema de regulamentação. As minorias ativas são as principais forças propulsoras desta forma de cidadania, gerando, inclusive, espaços de resistência (como é o caso das tantas ocupações urbanas por moradia).

A cidadania ativa pode estar guiada por um senso de implementação de direitos já previstos, no entanto, sem repercussão prática, ou, em uma forma mais custosa, na tentativa de gerar reconhecimento jurídico-estatal. Nas duas modalidades é possível equalizar o fato de que há atores sociais, integrantes de minorias ativas, que exercem a função de reivindicar do Estado uma demanda socialmente reprimida.²³¹ A cidadania na modalidade ativa é passível de ser conduzida por um forte sentimento de desobediência, de franca transgressão, representando, antes de tudo, a capacidade do ator socialmente engajado de prospectar e viver, em primeira pessoa, a mudança que pretende transpor para o mundo objetivo. Significa a criação de espaços de convivência em que o cotidiano imposto pelo capital, amparado pelas normas jurídicas, não predomina, cedendo lugar para os focos de resistências e emancipações, os quais devem ser encontrados principalmente nos centros urbanos.

O esquadramento da vida cotidiana hodierna não autoriza afirmar que haja, efetivamente, qualquer possibilidade de emancipação humana. A coesão social imposta pelo capital, gerando fictamente uma harmoniosidade coletiva, imprime uma rotina de conformismo próxima ao fim da história ou à “presentificação” eterna.²³² Esta circunstância não deve servir como pretexto para que se desacredite, cegamente, nas possibilidades reais de insurgência e de emancipações dentro da lógica do factível. Ainda que a palavra emancipação conserve em si toda a carga utópica, inerente a onde se crê que deva se dirigir a humanidade, as contingências do capital a condicionam, fatalmente, à perda da validade empírica da expressão.

²³¹ A cidadania ativa está fortemente presente nas lutas sociais urbanas no Brasil contemporâneo, não obstante haja flagrante menosprezo midiático. Basta lembrar as experiências do movimento indígena, os sem-teto, o movimento LGBT, os lutadores por igualdade racial, as feministas, os diversos coletivos urbanos, os blocos de luta, o movimento pelo passe-livre, até mesmo pelo militante de partido político, entre tantos outros.

²³² “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extramos: O breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 13.

Para que a emancipação não descambe para mera especulação reflexiva irreal e idealista, ou que simplesmente se abandone o seu uso, é preciso proceder a uma abertura léxico-semântica do termo, pensando-o na qualidade de uma categoria passível de estratificação, ou seja, concebendo a possibilidade de ocorrência de *emancipações parciais*. A emancipação humana prescinde de uma confluência de fatores que escapa do viés estrito do trabalho, que perde, ou ao menos divide, a centralidade nas pautas reivindicatórias contemporâneas. Se a emancipação humana depender exclusivamente do “revolucionamento” da infraestrutura, será preciso suspender a sua utilização enquanto as ditas condições objetivas e subjetivas não permitirem se pensar no salto qualitativo de superação do capitalismo. O efeito natural será a completa perda da validade histórica, oportunidade em que deixará de ter qualquer repercussão objetiva no mundo da vida, preservada apenas a abstratividade do sentido teórico-libertário.

Enquanto seguir bloqueado o câmbio estrutural, o termo emancipação ficará aprisionado a condicionantes históricas improváveis. A sua permanência estática dentro de uma visão que propugna a existência do sujeito coletivo redentor, esperando, ainda, a formação dos fatores objetivos e subjetivo à revolução, somente forceja a aposentação da expressão. Ao menos que se pretenda proceder a um abandono efetivo do termo, o que parece inadequado, utilizando-o como mera referência utópico-idealista, é preciso revalidá-lo diante das transformações ocorridas no capitalismo e, por conseguinte, nas práticas sociais no último século. Pensar as atividades emancipatórias hodiernas, impulsionadas pelas minorias ativas, significa reconhecer que há uma fragmentação de demandas e de atores, em que há notória coexistência no espaço urbano de subjetividades coletivas com formatação mais tradicional (movimentos sociais),²³³ ao lado dos levantes de massa sem dirigismo, com bandeiras incertas, seguindo a ótica da radicalização do processo individualizatório.

A pulverização de demandas a serem perseguidas e concretizadas que planam sobre o cotidiano, nem todas vinculadas ao trabalho, faz com que se justifique, terminologicamente, a adoção do termo *emancipação parcial*. Esta deve ser compreendida como qualquer conquista social que satisfaça um significado existente na emancipação humana, auxiliando-a no preenchimento da sua forma acabada. Em certo sentido, para apaziguar os marxistas tradicionais, o termo já se encontra presente na

²³³ Cf. GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 121-141.

obra de Marx, quando este efetua uma distinção entre emancipação humana e emancipação política. Afirmar que há distinção entre as duas modalidades significa, de outra forma, que a emancipação política era uma forma de atingimento parcial da humana, embora ambas não se confundissem.²³⁴

A emancipação humana, deixando de ser restrita conceitualmente ao trabalho (embora constitua a essência), é revigorada, passando a completar outros elementos existentes no cotidiano do capital. A emancipação total, ainda que faticamente esteja distante e incerta, representa o completo aniquilamento das modalidades de opressões impostas às pessoas por elas próprias, rompendo a signa, levantada por Hermínio Linhares, de ser a espécie humana a única parasita de si.²³⁵ Corresponde à conexão da pessoa consigo, extirpando todas as formas clássicas de alienação experimentadas (da natureza, da própria pessoa, da vida humana e das demais pessoas).²³⁶ Além disso, deve atender às necessidades hodiernas de eliminação da multiplicidade de desigualdades superestruturais, como no tratamento da mulher, do negro, do índio, do que apresenta diversidade sexual, bem como dos demais segmentos sociais que são objeto de ojeriza, preconceito e segregação.

A íntima vinculação do termo ao conceito de emancipação humana não tolera que qualquer reivindicação seja tratada na condição de emancipação parcial. Tão somente se pode admitir como emancipação parcial aquela que realizar, ainda que parcialmente, os objetivos da emancipação humana. Com isso, cria-se um quadro organizacional, dentro do qual é possível capitular demandas diversas que confluem na mesma direção e que, pela sua complexidade congênita, não podem ser aglutinadas sobre a mesma bandeira. Um dos aspectos centrais do conceito é que ele ataca, diretamente, as formas combativas de protesto que, de maneira despolitizada, não atentam contra o aspecto central da emancipação: a superação da lógica do capital.²³⁷

²³⁴ “A *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui. [...] pelo fato de poderes vos emancipar politicamente sem vos desvincular completa e irrefutavelmente do judaísmo, a *emancipação política* não é por si mesma a *emancipação humana*”. MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41; 46.

²³⁵ LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 21.

²³⁶ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 84-86.

²³⁷ David Harvey acentua que os movimentos sociais urbanos se mobilizam, tipicamente, ao redor de questões que afetam o cotidiano (não exclusivamente o ambiente laboral), derivando do modo pelo qual a classe dominante exerce seu poder. Portanto, todo movimento social urbano possui um conteúdo classista, mesmo quando se articulam em termos de direitos ou cidadania. HARVEY, David. **Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso, 2012, p. 129.

Defender as emancipações parciais significa reaproximar o termo das práticas sociais contemporâneas, em que se exerce a cidadania ativa com maior ou menor carga de desobediência, na luta pelo reconhecimento e/ou conquista de direitos.

É possível, dentro de um quadro estacionário, objetar que a defesa da existência de emancipações parciais se trata de mero reformismo, em alusão à longínqua discussão entre reforma ou revolução. Posta a questão de outro modo, seria válido indagar em que medida as emancipações parciais não passariam de meras reformas, deixando de confluir ao objetivo final, que tem caráter revolucionário? O imbróglio pode ser sintetizado na provação de Georges Labica, ao apontar que “O problema não está no condutor, mas na máquina”,²³⁸ referindo-se ao capitalismo, obviamente. Antes de tudo, frisa-se que, em tempos conservadores como os atuais, a revolução deve ser pensada como uma estratégia multifacetária, gravitando em torno das mais diversas experiências que limitem o poder do capital, freando a sua capacidade de ingerência no cotidiano.

Ainda que seja procedente o argumento da necessidade de mudança da máquina, diante da sua flagrante incapacidade, a alteração do maquinista talvez consiga ao menos mudar o rumo dela. Perante um quadro de estagnação da potencialidade revolucionária das subjetividades coletivas em geral, o poder de ataque das minorias ativas pode ofertar reformas que ostentem verdadeiro sentido revolucionário (a reforma agrária parece constituir o mais notório exemplo). A emancipação parcial, nesse sentido, deve ser compreendida como uma reforma de cunho revolucionário, à medida que “O que caracteriza o reformismo não é luta pelas reformas, mas o fato destas serem um fim e não um instrumento de luta”.²³⁹ A luta de uma minoria ativa pela conquista de uma emancipação parcial, exercendo a sua condição de cidadania ativa, bem como exibindo o grau de desobediência necessário, mesmo que o objetivo seja uma reforma, exteriorizará caráter revolucionário ante a capacidade de transcendência ao cotidiano do capital ou das demais formas de opressão.

As reformas provindas das emancipações parciais não podem jamais ser dissociadas da luta anticapitalista, tendo em vista que, caso se perca a potencialidade de crítica, serão facilmente absorvidas e devidamente integradas ao sistema.²⁴⁰ Nessa

²³⁸ LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 44.

²³⁹ RODRIGUES, Miguel Urbano. **Opções de Revolução na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 187.

²⁴⁰ Como refere André Gorz: “Atacar os mecanismos e as molas-mestras do sistema capitalista só tem, portanto, sentido *quando se pretende aboli-los e não conversá-los*”. GORZ, André. **O Socialismo Difícil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 83.

hipótese, existe um processo de naturalização da conquista social, que passa a compor, sem dissonância, a ordem vigente, cuja consequência é o esvaziamento do conteúdo de repulsa ao capital, como alude André Gorz:

Não há instituições ou conquistas virtualmente anticapitalistas que, em um período longo, não sejam corroídas, desnaturadas, reabsorvidas, esvaziadas no todo ou em parte de seu conteúdo se o desequilíbrio criado com sua execução não fôr explorado, desde que se manifeste, com novas ofensivas. [...] As reformas serão desmembradas, desconjuntadas, digeridas pelo sistema, e o equilíbrio restabelecido em nível mais elevado.²⁴¹

A emancipação parcial contém um alto valor libertário quando porta consigo uma carga de crítica ao metabolismo imposto pelo capital, por isso, não se pode confundir o fato de a emancipação ser parcial com a parcialidade do que se reivindica. É possível, por exemplo, que uma feminista defenda uma maior igualdade de gênero sem fazer uma crítica mais contundente ao capitalismo, o que acarreta em uma *parcialidade de demanda* e não uma *emancipação parcial*. Nesse caso, está-se diante de um enfoque tipicamente sectário, ao passo que se ignora os mecanismos de mercado que fazem com que a mulher tenha efetivamente uma remuneração inferior à do homem. Ao mesmo tempo, menospreza por completo a superexposição mercadológica do corpo feminino, tão típica à capacidade de mercantilização promovida por esse mesmo modo de produção.

Portanto, pensar os focos de emancipação desconexos da base material, que confere suporte a elas, faz com que se decaia da qualidade de emancipação para mera demanda parcial reformista, notadamente por deixar de atentar a aspectos essenciais da dominação. A discussão parece estar precisamente sintetizada nos dizeres de Marta Harnecker:

Parece-me que a melhor definição é a que designa como *reformista* os que por meio das reformas procuram aperfeiçoar a atual ordem existente, e como *revolucionários* os que, ao impulsionar as reformas, lutam ao mesmo tempo para mudá-la profundamente, mudança que não se pode produzir sem uma ruptura com a ordem anterior.²⁴²

Diversas são as barreiras sociais impostas pelo capital, ou pelos seus elementos superestruturais conservadores, que reprimem os focos de emancipações, refletindo na

²⁴¹ *Ibidem*, p. 85-86.

²⁴² HARNECKER, Marta. **Os Desafios da Esquerda Latino-Americana**. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 94.

imposição de um modo de vida esmorecido e sem capacidade de irresignação. A cidadania, na etapa do capitalismo, tem um efeito paradoxalmente repressivo-assecuratório, pois ao mesmo tempo em que a lei confere um *status* que assegura o acesso a uma gama de direitos, o seu potencial político é sufocado, fazendo com que a passividade e a obediência se convertam em signos do controle social do Direito sobre o cidadão. Ao contrário da cidadania passiva (exercitada conforme as regras do Estado), as minorias ativas, praticando a arte de desobediência, sedimentam o espaço urbano como local próprio de desenvolvimento da política, conferindo ânimo e coloração na quebra da rotina das ruas. Persiste, no entanto, um tensionamento latente, que deflui no processo social de assimilação ou repulsa pelo Estado – e, conseqüentemente, pelo Direito – das pautas reivindicatórias que são construídas.

3.3 Da cidadania diferenciada à cidadania insurgente: o processo social de abertura forçada do Direito e o conflito urbano como fonte jurídico-normativa

Na condição de coisa e não de pessoa, por infortúnio da história, o primeiro ato humano do escravo negro no Brasil foi o crime, portanto, obteve o reconhecimento como sujeito de *delito* antes de se tornar sujeito de *direito*, conforme destaca Jacob Gorender.²⁴³ A escravidão gravou de modo intenso a consciência social dominante, ao ponto de o próprio negro liberto possuir escravos, em um espantoso fenômeno de naturalização da prática; afinal, a escravidão representava a obediência, encontrando eco nas mais diversas instituições sociais, como o Estado, a igreja, a família branca etc.²⁴⁴ Rompida faticamente a escravidão, no processo de desenvolvimento rudimentar do capitalismo brasileiro, o negro não poderia imaginar que deixar de ser uma coisa não significaria a total desnecessidade de permanecer uma mercadoria, tendo em vista que a compra da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital.²⁴⁵

O processo de individualização brasileiro, avesso ao europeu, foi inaugurando experimentalmente pelo negro liberto à própria sorte, forçado a construir o seu caminho

²⁴³ GORENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. 5. ed. São Paulo: Pérsamo Abreu, 2011, p. 92-98.

²⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 93-94. CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 48-49.

²⁴⁵ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 231.

seguindo os dizeres de Antonio Machado,²⁴⁶ ainda não marcado pela descontinuidade linear imprimida pela incursão da racionalidade burguesa. A ventura suportada pelos escravos, sem qualquer auxílio governamental, assimila-se à situação descrita por Oscar Wilde: “Quando no fim [...] os escravos se viram livres – viram-se, com efeito, tão livres que estavam livres até para passar fome –, muitos deles lamentaram amargamente o novo estado de coisas”.²⁴⁷ O desequilíbrio com o qual o negro incursionou na sociedade de classes explica, por exemplo, o espaço hoje destinado a eles nas cidades. Jessé Souza, apoiando-se nos títulos das obras de Gilberto Freyre, destaca que o negro migra do sistema “casa-grande e senzala” para o “sobrado e mucambo”, atingindo a forma final hoje observada da divisão entre “bairros burgueses” e “favelas”.²⁴⁸

O fim da segregação racial não elimina a segregação espacial, amplamente difundida no espaço urbano, onde há lugares específicos ao convívio de brancos, ainda que explicitamente não se assumam a existência. Os próprios espaços de diversão para a exibição da fachada são comumente distintos, havendo festas para cada segmento social, locais específicos para compras (como o “shopping” para alguns e as lojas do centro para outros), em uma escala crescente de elitização (como é o caso recente dos estádios de futebol e dos shows musicais). As fachadas profissionais ilustram o seu acesso desigual, bastando qualquer pessoa se perguntar quando foi atendida por um médico negro, conheceu algum gerente de banco negro, teve professores ou colegas negros na faculdade, quantos magistrados, promotores e defensores são negros, galãs de novelas, e, pela via inversa, em todos esses postos, quantos negros trabalham com a segurança, a copa, a limpeza etc.?²⁴⁹

²⁴⁶ “Caminante, son tus huellas/ el camino, y nada más; / caminante, no hay camino: / se hace camino al andar. / Al andar se hace camino, / y al volver la vista atrás / se ve la senda que nunca / se ha de volver a pisar”. MACHADO, Antonio. **Campos de Castilla [ebook]**. Literanda: 2012, p. 130.

²⁴⁷ WILDE, Oscar. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 24.

²⁴⁸ SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 139. Descendo um pouco mais, Holston detalhe que a normatização da vida social se reflete no lar da classe média/alta, em que há divisão do apartamento entre a área social, íntima e áreas de serviços, sendo que as duas primeiras são ocupadas pelos patrões, enquanto a força de trabalho barata das classes baixas ocupam o setor dos serviços. HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 356.

²⁴⁹ Cf. FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: No limiar de uma nova era**. Vol. II. São Paulo: Globo, 2008, p. 141-166; 297-302.

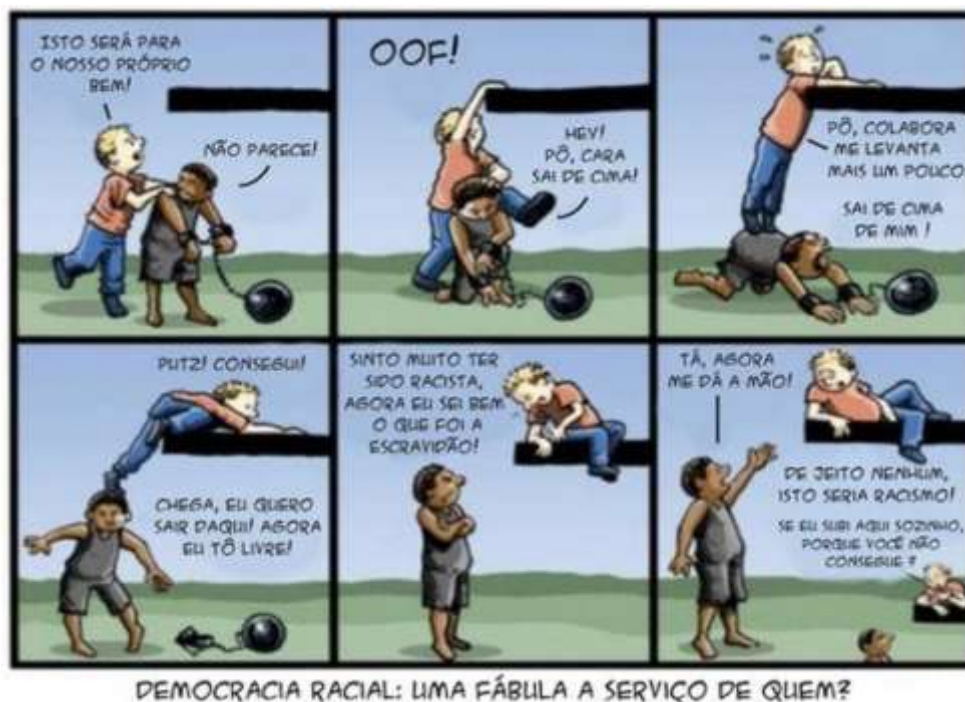


Figura 4 - Democracia racial: uma fábula a serviço de quem?

Fonte: Barry Deutsch²⁵⁰

Com a incorporação dos negros e mestiços ao mercado regular capitalista, outros critério (afora o racial) despontaram para manter a existência de segregação espacial, sendo o primordial deles o econômico. A abstratividade da equalização formal de todos perante a lei, impulsionada pelo reconhecimento do *status* de cidadania passiva, não tem o condão de romper a principal característica da cidadania brasileira, que é o fato de ser uma *cidadania diferenciada*, conforme intitula James Holston. Isto é, a par de ser universalmente includente na incorporação e maciçamente desigual na distribuição, equiparam-se as diferenças sociais em relação à afiliação nacional, enquanto se chancela algumas dessas mesmas diferenças como forma de distribuir de modo desigual direitos e privilégios.²⁵¹

Como reflexo, há um processo típico ao capitalismo brasileiro de incorporação jurídica das diferenças como forma de neutralizá-las, jamais atentando contra o motivo causador da diferenciação. A cidadania iguala os direitos horizontalmente, ao instante em que esse mesmo direito autoriza e aprofunda as desigualdades verticais, tornando-as culturalmente aceitáveis, ao passo que foi dado um tratamento desigual. Enquanto a lei

²⁵⁰ DEUTSCH, Barry. Disponível em: <http://juntos.org.br/2012/05/13-de-maio-liberdade-sem-asas-fome-sem-pao/>. Acessado em 18 de dez. de 2013.

²⁵¹ HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 28.

trata de equalizar as pessoas formalmente, compete ao mercado – autorizado por esta mesma “lei” – a tarefa de criar as diferenças substanciais que marcam a cidadania diferenciada. O Direito, por inaptidão superestrutural ou por carregar severa carga ideológica, não tem a capacidade de eliminar as desigualdades estruturais, senão de regulamentá-las, inclusive para reconhecer as diferenças.

James Holston apresenta alguma surpresa com a circunstância de a mulher no Brasil ter a possibilidade de se aposentar com cinco anos de antecedência, com o aval de juristas, tendo em vista que cumula as atividades domésticas com as externas quando assume um posto de trabalho. A crítica é direcionada no sentido de que a solução encontrada não conflui à mudança nas relações de gênero e trabalho, limitando-se tão somente a produzir mais uma desigualdade, na forma de um privilégio legal compensador.²⁵² Acrescenta-se que a questão não é a necessidade de se sustentar essas diferenciações como forma de equalizar pontos díspares, ocorre que jamais se avança no sentido de superá-las, pois requereria a tomada de medidas de câmbio estrutural.

Além disso, o lado mais nefasto se manifesta à medida que suportar essas diferenciações representa, de modo obscuro, a manutenção de privilégios à classe dominante. A mesma desigualdade de tratamento que se oferece legalmente ao pobre, ao rico é alcançada de forma inconteste. Enquanto se cria uma repulsa social em torno dos programas governamentais de transferência de renda, de cotas (sociais e raciais) e demais auxílios, essa tentativa de equilibrar diferenças diferenciando, também permite que o integrante da classe dominante mantenha o seu privilégio, até mesmo porque foi supostamente obtido com esforço e mérito. Se o pobre, pelo fato de ostentar a pobreza, merece um tratamento diferenciado, possibilitando o acesso mais facilmente ao ensino, por exemplo, de igual maneira, o rico merece ter um tratamento privilegiado porque consegue obter benesses à custa do “próprio esforço” (ainda que a fonte invisível seja a usurpação da força de trabalho alheia).

Forma-se, assim, o quadro de uma cidadania diferenciada, em que o mercado nivela a forma de acessar direitos e de preenchê-los. A Constituição, pretensamente compromissória, repleta de normas programáticas, em verdade é plenamente realizável e dotada de total efetividade, dependendo apenas de qual sujeito de direito pretende usufruí-la. O que não se discute, principalmente no âmbito jurídico, é a forma pela qual

²⁵² *Ibidem*, p. 55-56; 335-336; 345.

a população acessa os direitos constitucionalmente previstos. Os direitos sociais,²⁵³ a título ilustrativo, são atingíveis em sua plenitude, no entanto, apenas por uma parcela restrita da população. Eles são programáticos majoritariamente à classe trabalhadora, que vive exclusivamente da venda da força de trabalho, já que não tem capacidade econômica de suportá-los.

Quando se digita toda a gama de direitos sociais, i. e., a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, pergunta-se: por acaso a divisão social em classes não explica a maior ou menor acessibilidade a esses direitos? É inimaginável crer que um integrante da classe dominante não tenha preenchido todos, ou a maior parte, dos direitos sociais, provindo da possibilidade, constitucionalmente assegurada, de compra da força de trabalho, desde que obedecidos os critérios do art. 7º, que disciplina o meio da classe trabalhadora atingir esses mesmos direitos.

Os direitos sociais, destaca Haroldo Abreu, representam a integração dos trabalhadores à ordem social e política do capitalismo, significando o reconhecimento das carências materiais desses empregados, ínsitas ao processo de reprodução e acumulação do capital.²⁵⁴ Boaventura de Souza Santos refere que a obtenção dos direitos sociais representou a integração política dos trabalhadores ao Estado capitalista, gerando a regulação em detrimento da emancipação. A mutação do capitalismo ocorreu para que, no fim das contas, estivesse em posição mais hegemônica do que antes.²⁵⁵ Nesse estágio, parece suficientemente claro que caso o Direito estivesse efetivamente preocupado com a implementação concreta de garantias, o capitalismo, na sua forma posta, deveria ser a primeira coisa a ser declarada inconstitucional, pois o pressuposto fático-jurídico é a autorização das diferenciações de acesso aos direitos pelo mercado.²⁵⁶

²⁵³ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. PLANALTO. **Constituição de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 23 de dez. de 2013.

²⁵⁴ ABREU, Haroldo. **Para Além dos Direitos: Cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 167.

²⁵⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 245.

²⁵⁶ Ainda que se coloque o argumento como uma provocação, dois juristas, sem qualquer preocupação com a realidade e desprovidos de qualquer metodologia sociológica, defendem aleatoriamente que: “[...] a implementação das liberdades e garantias fundamentais (direito à vida, livre desenvolvimento da personalidade, etc.) pressupõe uma ação positiva [...] dos Poderes Públicos, de modo a **remover os obstáculos de ordem econômica, social e cultural que impeçam o pleno desenvolvimento da pessoa humana**” (grifou-se). SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. Notas sobre os Deveres de Proteção do Estado e a Garantia da Proibição de Retrocesso em Matéria Ambiental. *In*: AUGUSTIN, Sérgio;

Espera-se, dentro da lógica do metabolismo do capital, que as pessoas efetivem os seus direitos de maneira autônoma, por meio do trabalho, sem a interferência do Estado, seguindo os ditames da individualização. No contexto capitalista vernáculo, desenvolve-se um fenômeno relativamente inquietante, repetindo a fórmula da máxima “mercadorização” dos aspectos cotidianos, em que os direitos sociais são igualmente precificados. Quando a livre iniciativa se converte na peça indutora do mercado, esses direitos são acessíveis pela via concorrencial privada, sendo possível e naturalizado que os acesse adquirindo-os. É plenamente viável comprar a “educação” (o ensino), o lazer, a moradia, a segurança (privada), a alimentação, a previdência, proteger a maternidade e a infância etc. da mesma forma que se obtém uma televisão, i. e., pagando o seu preço.

A supervalorização ideológica do trabalho sob a égide da racionalidade burguesa, a qual ignora por completo as condições históricas, sociais e econômicas que tornam o mercado inacessível e congenitamente excludente, cria a figura da *cidadania seletiva*. Há uma expectativa de que os possuidores de força de trabalho conquistem os seus direitos por meio da venda desta mercadoria, caso contrário, não serão merecedores fáticos do *status* de cidadão, tampouco farão jus a todas as garantias legais previstas. Se fosse possível engendrar um logotipo que esclarecesse a situação da cidadania seletiva, certamente conteria os seguintes dizeres: “os direitos de cidadania somente são acessíveis aos que trabalharem para obtê-los”.

A cidadania seletiva adota critérios, no mais das vezes confusos, para justificar porque algumas pessoas são menos merecedoras de proteção jurídica do que as outras, comumente associado ao fato de tentarem obter vantagem sem ser pelo caminho considerado natural: o trabalho. É o caso típico dos furtos e roubos do cotidiano, em que grande parcela da população defende pelo menos o linchamento dos “bandidos”, em uma visão distorcida de direitos humanos, afetando a compreensão dos direitos decorrentes da cidadania. Além de revelar a completa falta de humanismo, contradizendo até mesmo os supostos valores cristãos abrigados pela sociedade brasileira, a seletividade no reconhecimento do *status* de cidadão manifesta uma das facetas mais obscuras da luta de classes horizontal. A propriedade privada se encontra sedimentada de forma tão intensa na consciência social, que a subtração de um bem

STEINMETZ, Wilson [org.]. **Direito Constitucional Ambiental: Teoria e aplicação**. Caxias do Sul: Educ, 2011, p. 11. Caso fosse levada a sério a afirmação, certamente o capitalismo estaria com os seus dias contados. No mais, curiosamente, poucas páginas depois defendem a proporcionalidade, propugnando pela vedação de excesso de intervenção do ente estatal... vai entender o que se passa na cabeça dos juristas idealistas!

material é sentida como se a pessoa fosse molestada com todas as forças na sua intimidade, motivo pelo qual a punição que se espera é até mesmo a morte do agente que comete os furtos e roubos banais do cotidiano urbano.

Entoar a frase que se travestiu em senso comum, “bandido bom é bandido morto”, revela a face mais perversa da interiorização de uma das mais antigas ideologias liberais, que associa o crime contra a propriedade como sinônimo de preguiça ou inveja.²⁵⁷ Um dos aspectos mais problemáticos é que o mesmo tratamento não se espera que seja destinado aos crimes cometidos pela classe dominante, como a sonegação fiscal, evasão de divisas, corrupção ativa etc. A seletividade da cidadania casada com a individualização aponta a culpa sempre às pessoas pobres, que já sofrem a “pena de vida”, jamais questionando as condicionantes do próprio mercado ou qualquer fator externo/objetivo. Nesse sentido, Jessé Souza precisamente aponta que a contradição do interesse de classe mais relevante em um país periférico como o Brasil se situa no fato de que ela não se articula na forma clássica, entre burguês e proletário, senão opondo uma “ralé” de excluídos (subcidadãos) de um lado e, no campo oposto, todos os estratos incluídos no mercado, sejam eles trabalhadores ou empresários.²⁵⁸

A espécie de cidadania vivenciada no espaço urbano, cotidianamente, é a apática *cidadania adestrada*. Na condição de cidadãos marionetes, o cidadão adestrado não indica insurgência, sequer tem posicionamento político propositivo, repercutindo no fenômeno sociológico do anti-petismo ou saudosismo militar. Considera rebeldia sem causa o apoio aos movimentos sociais, ao instante em que aceita a forma aparente de vida burguesa, assimilando os seus valores, submetendo-se de modo consentido a venda eterna da força de trabalho como forma natural de ganhar a vida (afinal, torna acessível o paraíso do consumo). Manifesta idolatria à indústria cultural, sendo o lazer passivo a forma principal de entretenimento, não enxergando maldade na superexposição da mulher como mercadoria ou na falta de personagens negros nos eventos televisivos etc. Em suma, o engajamento político se resume ao voto descompromissado, não estando

²⁵⁷ “[...] a aversão ao trabalho e o amor à tranquilidade atual e ao prazer, da parte dos pobres, são as paixões que levam a invadir a propriedade [...]. A fartura dos ricos excita a indignação dos pobres, que muitas vezes são movidos pela necessidade e induzidos pela inveja à invadir às posses daqueles. Somente sob a proteção do magistrado civil, o proprietário dessa propriedade valiosa – adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas – pode dormir à noite com segurança”. SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. I. São Paulo: Abril, 1983, p. 164.

²⁵⁸ SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 186.

preocupado em mudar o curso da história para trilhar o caminho inovador da emancipação, deixando que a história, contraditoriamente rodada, dirija-o.

O cidadão adestrado, caso siga a sua rotina, jamais enxergará que a suposta mão invisível é, de fato, a mão real do burguês, que o esbofeteia sem que consiga descortinar de onde vem o golpe, findando por culpar a ele próprio pelas inaptidões para o mercado, também pela incapacidade de prover os direitos para si e à sua prole. A cidadania no capital tem esse efeito paradoxalmente assecuratório-repressivo, ao passo que em concomitância ao reconhecimento legal que confere o *status* de cidadão, autorizador do alcance a uma diversidade de direitos no plano formal, a sua potencialidade político-transformadora é peremptoriamente sufocada, sendo a passividade e obediência os ditames ideológicos do controle social imposto pelo Direito. Aos que ousarem desafiar a ordem, o aparato repressivo policial não se intimidará para mostrar a sua aptidão para neutralizar as insurgências indesejadas.

Isso faz com que a capacidade de câmbio social por meio da cidadania se converta em um caminho tortuoso, tendo em vista que somente é autorizado o exercício da cidadania caso não colida com a manutenção da ordem. Assemelhe-se, em verdade, a um conto de O. Henry,²⁵⁹ no qual um casal de jovens, Della e Jim, encontravam dificuldades financeiras, embora desejassem trocar presentes no natal. Della possuía apenas um dólar e oitenta e sete centavos na véspera, vendo-se na iminência de abrir mão da coisa mais valiosa que tinha, o seu lindo cabelo, como forma de angariar dinheiro suficiente para presentear o seu esposo. E assim o fez, recebendo vinte dólares pela venda dos fios, seguindo de imediato à compra de uma corrente para a maior relíquia de Jim, que era um relógio de bolso que havia pertencido ao seu avô e ao seu pai. Após pagar os vinte e um dólares cobrados pela corrente, Della foi para casa à espera de Jim, contente pelo fato de atingir o seu objetivo.

Apesar do atraso, quando finalmente Jim entra em casa, a preocupação inicial de Della era ser repreendida pela venda do cabelo, antecipando-se na explicação de que ele cresceria novamente, mas não suportaria não poder presenteá-lo. Jim ficou estonteante, sem saber ao certo como reagir naquele momento, embora tenha tranquilizado Della no sentido de que não haveria corte de cabelo que o faria amá-la menos. Jim ofereceu o pacote que tinha em mãos, o presente para Della, alertando que quando abrisse saberia o porquê ele havia ficado desconsertado no primeiro momento. Ao abrir, Della percebe

²⁵⁹ Cf. HENRY, O. **Presente dos Magos**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

que ganhara as presilhas de cabelo que tanto havia sonhado e namorado junto a vitrine da loja. Jim ainda não tinha visto o seu presente, e prontamente Della colocou sobre as mãos do esposo a esplêndida corrente que havia comprado para o seu relógio, requisitando para que o mostrasse. A essa altura, Jim solicita que deixassem os presentes de lado por um tempo, pois tinha vendido o seu relógio para poder comprar as presilhas para Della.

A cidadania sob a labuta do capital enfrenta dilema semelhante, visto que quando se oferta o reconhecimento da cidadania, o Estado prontamente elimina o seu potencial emancipatório, asfixiando as tentativas de mudança por meio dela. O ponto central é que de nada basta haver o reconhecimento formal como cidadão caso não se possa exercitar a cidadania ativa, pois a modalidade passiva é inútil sem a capacidade de se insurgir para realizar as transformações necessárias. A mediação do Estado capitalista ocorre, portanto, nos termos narrados pelo referido conto: ou se tem o cabelo e o relógio (a cidadania) ou as presilhas e a corrente (potência de luta), já que o ente estatal irá assegurar que as duas coisas jamais se encontrem em concomitância. Por isso, de nada adianta ostentar a fachada de cidadão quando não se consegue usar a cidadania como atributo à emancipação.

Muito embora não seja o traje habitual do cotidiano, a realidade capitalista engendra contradições que despertam a modalidade de *cidadania insurgente*. Em um cenário de opressão constante do capital, já que a pessoa jamais pode abdicar da sua condição de mercadoria, as potencialidades criativas encontram forças nas espoliações cotidianas para se rebelarem contra a ordem estabelecida, transformando a irresignação em pauta para o protagonismo de luta. A cidadania insurgente é manifestada por todas as subjetividades coletivas (minorias ativas) que impulsionam o processo de conquista, manutenção ou efetividade de direitos, procedendo a uma abertura forçada do formalismo jurídico-institucional, atuando em prol das emancipações parciais.²⁶⁰ A ordem estatal, estabelecida na arcaica divisão de poderes, é balizada pelo que se

²⁶⁰ É nuclear ao conceito de cidadania insurgente o fato de estarem conexas às práticas sociais de emancipação, com forte cunho libertário de alguma forma de opressão, seja ela estrutural ou superestrutural. Por isso, nesse aspecto, afasta-se do conceito de James Holston, quando o autor pontua: “O sentido de ‘insurgente’ que utilizo para estudar esse emaranhado não é normativo. Não tem valor moral ou político inerente. Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas”. HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 62.

denomina de “monismo jurídico”, o qual não reconhece a possibilidade de criação de direitos fora das suas fontes oficiais.²⁶¹

A cidadania insurgente não pretende atuar na via formal legislativa, tampouco criar espaços normativos alternativos, e por isso se distancia do pluralismo jurídico,²⁶² ao passo que o seu desenvolvimento típico ocorre nas práticas sociais emancipatórias, no exercício da cidadania ativa insurgente, pleiteando o reconhecimento jurídico do Estado. A efetividade de direitos é postulada pela via direta não institucionalizada, nas ruas, em um processo no qual as demandas são expostas por meio da reivindicação aberta e organizada das minorias ativas, cujos atores que se reúnem são os mais diversos. Na direção oposta a sustentada por Antonio Wolkmer, para o qual o espaço urbano não revela as contradições do capitalismo brasileiro,²⁶³ entende-se que no estágio atual as cidades afloram os principais tensionamentos e contradições do capitalismo.

Chancela-se o panorama exposto por James Holston, para o qual a experiência da cidade é crucial à compreensão da cidadania insurgente, porquanto ocupa posição estratégica nas inscrições das relações globais nos espaços e nas relações cotidianas.²⁶⁴

Na literalidade do autor:

As ruas das cidades misturam novas identidades de território, contrato e educação a outras qualitativas, como raça, religião, cultural e gênero. Suas multidões catalisam essas novas combinações nos ingredientes ativos de movimentos políticos que desenvolvem novas fontes de direitos e agendas de cidadania relacionadas às condições mesmas da vida na cidade. [...] Nesse processo, as cidades se tornam ao mesmo tempo o lugar a substância, não apenas das incertezas da cidadania moderna, mas também das suas formas emergentes.²⁶⁵

²⁶¹ “A asserção de que a construção do moderno Direito ocidental está indissolúvelmente vinculado a uma organização burocrática, a uma legitimidade jurídico-racional e a determinadas condições sócio-econômicas específicas, permite configurar que os pressupostos da nova dogmática jurídica, enquanto estatuto de representação burguês-capitalista, estarão assentados nos princípios da estatalidade, unicidade, positividade e racionalização”. WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001, p. 45-46.

²⁶² *Ibidem*, p. 216-232; 286-321.

²⁶³ Praticando um mecanicismo materialista que o próprio autor pretende se afastar, Wolkmer aponta: “[...] se deve reconhecer que as contradições urbanas não explicam corretamente o porquê dos movimentos sociais, uma vez que tais manifestações estão envoltas na complexidade e na totalidade mais abrangente das interações sociais da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista”. *Ibidem*, p. 126.

²⁶⁴ HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 48-49.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 49.

Ao lado dos movimentos sociais tradicionais (por alguns intitulados de novos movimentos sociais), as ruas revelam que a cidadania insurgente contemporânea está dividida entre esses atores antigos (como o MST) e os grupos sociais que se organizam por contingência, com alta dose de espontaneidade. Ambos compartilham o espaço urbano, embora a tendência aponte para a existência de uma fase de transição, que perdurará até a completa superação das formas organizacionais mais antigas dos movimentos sociais, oportunidade em que afloram organizações assimétricas, não tão rígidas, nem sempre com corpo diretivo estritamente verticalizado e ausente de lideranças firmes.

O reflexo dessa possível fase de transição é que a cidadania insurgente se revela ambígua quanto à capacidade de emancipação, oscilando entre as minorias que são impulsionadas por *contradições* e as que mantêm certa *coerência*. James Holston ilustra o caso da periferia de São Paulo em que as mesmas pessoas que se mobilizaram pela conquista de direitos relacionados à habitação, defendem a cidadania diferenciada, anuindo com os privilégios de parcela da classe dominante e condenando certos atos praticados pelos pobres. Com isso, a cidadania insurgente pode perpetuar elementos da cidadania diferenciada que discrimina a eles próprios, em uma lógica contraditória, todavia plenamente compreensível dentro da imersão da individualização e da fraca consciência de classe.²⁶⁶ É plenamente possível militar em um movimento pela proteção dos animais e, ao mesmo tempo, não nutrir qualquer simpatia pelos atores que lutam pela reforma agrária, aceitando com naturalidade o latifúndio improdutivo, por exemplo.

A cidadania insurgente pode também apresentar alguma coerência propositiva, ainda que seja passível de divergência em temas pontuais, acompanhando comumente setores organizados ao redor de bandeiras libertárias, cujo engajamento é pautado por convicções mais sólidas. Nesse caso, está-se diante de uma insurgência qualificada à medida que as causas defendidas encontram dada uniformidade, coerente com as práticas emancipatórias como um todo. A título exemplificativo, é possível mencionar a tática *Black Blocs*, e o Bloco de Luta pelo Transporte Público, de Porto Alegre, que se

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 34; 305, 322; 389.

autointitula um grupo apartidário, sem representantes e líderes, definindo as estratégias por meio da democracia direta e formando acordos por consenso.²⁶⁷

É traço característico do formalismo jurídico que os poderes estatais e os seus agentes atuem deslocados das práticas sociais.²⁶⁸ A formação acadêmica do Direito despeja uma quantidade abissal de normas sobre os alunos, atentando que a tarefa do futuro jurista é saber interpretá-las à luz da doutrina e da jurisprudência, jamais procedendo a um estudo de contextualização ou de análise de conjuntura. Ainda que o Direito emergja das relações sociais contraditórias, exprimindo o consenso e dissenso inerente à formação brasileira, sendo o seu escopo de atuação a concretização da lei sobre a realidade, o estudo jurídico está aprisionado a uma abstração intermediária, que é o fenômeno normativo, formalmente estabelecido por um poder autônomo. A academia dogmática e formalista despreza a capacidade propedêutica de raciocínio, fazendo com que o “jurista” seja o responsável pelo conhecimento das leis e nada mais.

O resultado natural é o que hoje se constata, de um Direito totalmente apartado das práticas sociais emancipatórias, não reconhecendo a cidadania insurgente como fonte de legitimidade normativa, tampouco encarando-a como capaz de condicionar o processo de elaboração e aplicação das leis. Nesse aspecto, ganha plena vazão as palavras de Wolkmer acerca do tema, quando postula que a composição dos agentes jurisdicionais (advogados, promotores, juízes):

[...] formados no bojo de uma cultura jurídica formalista, dogmática e liberal-individualista, não conseguem acompanhar inteiramente as complexas condições de mudança das estruturas societárias, as freqüentes demandas por Direitos gerados por necessidades humanas fundamentais e a emergência de novos tipos de conflitos de massa.²⁶⁹

O conflito social urbano projeta as legítimas aspirações populares, cujas minorias ativas insurgentes alçam as demandas ao patamar suficiente para que possam

²⁶⁷ BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO. **Carta Aberta a Imprensa**. Disponível em: <http://blocoodeluta.blogspot.com.br/>. Acessado em 10 de jan. 2014.

²⁶⁸ Enzo Bello refere: “[...] tem-se uma concepção fossilizada da cidadania e uma compreensão que a garantia dos direitos no plano formal basta para a sua concretização – na seara jurisdicional e pela interpretação constitucional – independentemente das condições políticas, sociais, econômicas e históricas. Enquanto isso, na prática, vige um grande déficit de cidadania (discrepância entre normas e fatos) e uma tônica de avanços e retrocessos nos direitos”. BELLO, Enzo. **Teoria dialética da cidadania: Política e direito na atuação dos movimentos sociais urbanos de ocupação na cidade do Rio de Janeiro**. 2011. Tese (Doutorado em Direito). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010, p. 277.

²⁶⁹ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001, p. 105.

surtir o reconhecimento normativo desejado. As práticas insurgentes evidenciam a originalidade do *direito emergente*, o qual faz uso do espaço urbano para projetar a irresignação diante de um fato impeditivo do pleno exercício de determinado direito, ou até mesmo como forma de notabilizar um novo direito, decorrente de situações opressoras. A emergência de um novo Direito busca, precipuamente, a transformação das suas carências imediatas em direitos, como instrumento de tornar exequível o pleito.

A cidadania insurgente, ao expor o conflito e exigir a sua normatização, em verdade propugna por uma maior igualdade na distribuição dos direitos, tendo em vista que, em muitos casos, tratam de direitos alçados à classe dominante e sonegado para os dominados. Como refere Holston, a “abertura a cotoveladas” do sistema vigente, mediante a aderência popular, radicaliza a cidadania brasileira, guiando-a no sentido de prover a democratização,²⁷⁰ além de ofertar o reconhecimento da insurgência como instância legítima de normatização. As identidades emergentes, segundo alude Wolkmer, “[...] consolidam, a partir da transgressão e do rompimento com o legal instituído, os primeiros indícios de uma ação legitimadora para procedimentos de juridicidade não-estatais”.²⁷¹

Ainda que não se avance ao ponto de reconhecer as reivindicações como “novos direitos” instituídos, a exemplo do procedido por Wolkmer,²⁷² as vontades coletivas, ao configurarem exigências, carências e interesses das minorias ativas, possuem a aptidão para se tornarem fonte de juridicidade. À medida que as reivindicações populares penetram nas rígidas estruturas de poder, mediante a ação combativa insurgente, fazendo com que haja o reconhecimento estatal da postulação, obrigatoriamente está-se defrontando com o processo de abertura forçada do Direito, em que as práticas sociais contestatórias influem autenticamente na produção ou consolidação normativa. Isso coloca os cidadãos insurgentes como legítimos atores na produção social do Direito, com plena habilidade de interferir na produção jurídico-formal, no instante em que extraem uma demanda do seu local de surgimento e a reproduzem nas esferas de poder.

O cenário se assemelha ao experimento no filme “Los Amantes Passajeros”, de Pedro Almodóvar, em que um avião se vê obrigado a ficar dando voltas no ar, sem destino, ante a incapacidade de pousar, em virtude de os aeroportos não autorizarem a

²⁷⁰ HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 327-328; 345; 401.

²⁷¹ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001, p. 109.

²⁷² *Ibidem*, p. 153.

sua aterrissagem.²⁷³ Com os direitos se passa circunstância semelhante, ao passo que ficam planando sobre todos, de modo aleatório, encontrando-se impossibilitados de pousarem, ante a inexistência de espaço para a descida em uma realidade forjada pelas relações espoliativas do capital, na qual a efetividade de direitos é constantemente sonogada. A cidadania insurgente assume o controle da aeronave, guiando-a para o local para onde os direitos devem ser concretizados, fazendo com que os retire dos ares e coloque-os sobre a realidade, impulsionado pela ação ativa dessa cidadania insurgente.

Muito embora não se efetue qualquer estudo empírico em específico, recentemente se destacaram casos vitoriosos de cidadania insurgente, resguardadas as peculiaridades de cada frente de batalha. O caso mais notório foi o reconhecimento das relações homoafetivas na condição de família, sem que para tanto tenha ocorrido qualquer alteração legislativa.²⁷⁴ Ainda, impende destaque à decisão proferida pelo magistrado Adriano Marcos Laroca, em 09 de outubro de 2013, ao não conceder antecipação de tutela em reintegração de posse movida pela Reitoria da USP, quando o juiz reconheceu como legítima a ocupação de estudantes que postulavam o voto direto à eleição da cúpula da instituição:

[...]A ocupação de bem público (no caso de uso especial, poderia ser de uso comum, por exemplo, uma praça ou rua), como forma de luta democrática (artigo 5º XVI da CF), para deixar de ter legitimidade, precisa causar mais ônus do que benefícios à universidade e, em última instância, à sociedade.

Outrossim, frise-se que nenhuma luta social que não cause qualquer transtorno, alteração da normalidade, não tem força de pressão e, portanto, sequer poderia se caracterizar como tal.[...]

Desta forma, - como pareceu ter ficado claro na audiência -, havendo ainda a possibilidade de retomada do prédio sem o uso da força policial, bastando a cessação da intransigência da Reitoria em dialogar, de forma democrática, com os estudantes, e, ainda, considerando, como dito acima, que, nesse momento, a desocupação involuntária, violenta, causaria mais danos à USP e aos seus estudantes do que a decorrente da própria ocupação, indefiro, por ora, a liminar de reintegração de posse.[...]

Por fim, ousou dizer que o Poder Judiciário não pode mais, simplesmente, absorver conflitos negados pela postura antidemocrática dos demais poderes, sob o manto protetor de qualquer instituto jurídico -, no caso, o da posse -, sem o risco de ele próprio praticar o mesmo autoritarismo (repressão), os quais, na maioria das vezes, de modo irresponsável, são lhe transferidos pelos administradores de plantão.²⁷⁵

²⁷³ Cf. ALMODÓVAR, Pedro. **Los Amantes Pasajeros**. [Filme-Vídeo] Direção de Pedro Almodóvar; Espanha, El Deseo S.A., 2013. DVD, 90 min. Color. Dolby Digital.

²⁷⁴ Vide o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132.

²⁷⁵ SÃO PAULO. 12ª Vara da Fazenda Pública. Despacho do Juiz Adriano Marcos Laroca na Ação de Reintegração de Posse nº 1005270-72.2013.8.26.0053. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.tjst.jus.br>. Acessado em 12 de jan. de 2013.

As minorias ativas, motivadas pela potencialidade redentora da cidadania insurgente, promovem a abertura forçada do Direito, ocasionando na emergência do conflito social como fonte normativa. Ao invés de aguardar as mudanças necessárias pelos organismos oficiais, os atores insurgentes se reúnem pela contingência da demanda como forma de exercício da cidadania ativa, condicionando o acesso a direitos, desviando da tentativa imposta pela ideologia liberal de torná-los acessíveis somente pela via do mercado. Portanto, a cidadania insurgente revigora o sentido das práticas sociais emancipatórias, ao tornar acessível a construção do Direito deslocada dos centros formais e burocráticos, emergindo das bases sociais, cujas carências cotidianas são constantemente reproduzidas pelo metabolismo ínsito de exclusão do capital.

A cidadania ativa, alavancada pela cidadania insurgente, encara a insólita tarefa de extrair do cotidiano pernicioso do capitalismo os direitos que emergem do conflito social sempre latente, seja para surtir a regulamentação ou para concretizá-lo. A ação combativa direta visa transpor as barreiras formais das estruturas de poder, fazendo das práticas sociais emancipatórias legítimas fontes de produção normativa, dependentes do Estado para garantir a sua máxima amplitude. Essa disputa política, exercitada no espaço urbano majoritariamente, faz com que a cidadania ativa insurgente se converta em instrumento de conquista de direitos.

A desobediência insurgente projeta as opressões sociais buscando construir caminhos alternativos de combatividade, perseguindo o revolucionamento, ainda que parcial, dessa ordem contraditória calcada no privilégio, erguida e mantida pelo principal adversário do insurgente: o capital. O burguês, como acentua Costa-Gravas, acredita que o capital é uma ferramenta, ou instrumento (meio), para a conquista de uma série de coisas, enquanto na verdade ele próprio é o amo do capital, sendo que “[...] quanto melhor você servi-lo, melhor ele lhe tratará”.²⁷⁶

²⁷⁶ “[...] the better you serve it, the better it treats you”. Cf. BOUKERCHA, Karim; COSTA-GRAVAS; GRUMBERG, Jean-Claude; OSMONT, Stéphane. **Le Capital**. [Filme-Vídeo] Direção de Costa-Gravas; França, K. G. Productions; France 2 Cinéma, 2012. DVD, 114 min. Color. Dolby Digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há tempo a cidade deixou de ser vivenciada, de ter os seus significados e sentidos explorados em sua plenitude. Perdeu-se por completo o toque, o pertencer, o sentimento de estar verdadeiramente presente e a ela incondicionalmente integrado. Os mundos individualizados estão cada vez mais fechados, perseguindo objetivos muitas vezes incertos, dotados de ventura, porém desejados e balizados pela ótica do consumo. A distração passa a ser o elemento motor, estando ela por todos os lados. Ao menos que se entenda que circular cotidianamente pela rua, olhando-a através do vidro do carro ou do ônibus, escutando uma música qualquer, respirando o ar condicionado, seja alguma forma especial de experimentá-la, há um flagrante distanciamento da experiência da pessoa com a cidade.

Os trajetos repetidos diariamente, impulsionados pelo veículo privado pelas suas ruas, denota a plena habitação em uma artificialidade que não tem contato algum com a realidade na sua totalidade. A forma própria de existência é exibindo-se, fazendo valorizar ao máximo a única coisa que efetivamente pertence à pessoa: a sua fachada. Viver se converteu em encenar um papel em que muitas vezes sequer o personagem tem certeza da sua validade, mas, mesmo assim, deve ser mantido para dar-lhe validade. Não basta assumir um qualquer dentre os tantos papéis disponíveis, o ideal social já está caricaturado e deve ser seguido. O que serviu de arquétipo não poderia ser outro, senão o sujeito histórico mais revolucionário que pisou na terra: o burguês.

Perseguir a ilusão de ser um dia alçado a esta condição movimentada a vida de todos os dias, fazendo com que o peso de sustentar, rotineiramente, uma fachada laborativa pouco valorizada, seja relegado a um plano secundário. Dentro do projeto de racionalidade imposto, a fachada profissional mitiga o processo mais característico do capitalismo, que é a alienação, quando a sua venda permite o acesso à maravilha do consumo. Instaura-se, assim, o ciclo metabólico do capital que age sobre a cidade. Consume-se a mercadoria congênita, a força de trabalho, travestida sob uma fachada, para a aquisição de outras mercadorias.

A coisificação da pessoa permite a coisificação da natureza, que passando por um processo físico-metafísico, ilusoriamente deixa de ser visto como ambiente natural. Como um toque de magia, a cidade funciona cotidianamente com a circulação de coisas pessoalizadas e pessoas coisificadas, enquanto ambas não sabem o custo social

que essa ordem tem causado. A degradação da natureza consumida representa a própria degradação humana, cuja identidade é corrompida para que aceite com desenvoltura esse estado de coisas. O cotidiano metabólico impulsionado pelo capital tratou de naturalizar a rotina de acordar, levantar sem querer, dirigir-se ao trabalho, fazer uma breve pausa para o almoço, para então inverter a ordem aqui exposta, e finalmente chegar em casa espiritualmente esvaziado; já que a venda da força de trabalho consumiu as energias vitais ao longo do dia.

Quebrando qualquer possibilidade de desenvolvimento linear da culturalidade brasileira, a incursão da racionalidade burguesa faz com que se experimentem formas de vida que são achadas sequer se sabe ao certo onde. Nesse processo de assimilação de valores alienígenas, a formação social brasileira foi brindada com a *individualização* da existência. Se, por um lado, já houve o isolamento cotidiano da pessoa com a cidade, por outro, a individualização promove o fechamento da pessoa consigo, como se a biografia fosse escrita independentemente de fatores externos. Como elemento de fortificação da ideologia liberal, o sucesso é encarado como mérito pessoal, entretanto, o lado mais nefasto se projeta à medida que também o fracasso passa a ser objeto de desídia própria.

Na qualidade de fenômeno sociológico, a individualização sacudiu as formas de identificação coletiva, oportunidade em que as classes sociais, na condição ideal de superestrutura, passaram a existir tão somente nos cansados livros de marxismo tradicional. Isso de forma alguma significa que as classes sociais desapareceram na condição de elemento infraestrutural, de criação e reprodução da desigualdade ínsita a etapa do capitalismo, apenas que o marxismo passou a encontrar a dificuldade de refinar o seu argumento para compreender que há um descompasso entre a desigualdade estruturalmente gerada e a forma como ela se manifesta no ideal coletivo. Em síntese, a consciência de classe deixa de ser uma ação política viável, não mais constituindo o horizonte de atuação das práticas contestatórias.

Com isso, o espaço urbano deixa de comportar a gasta dialética entre o proletário e burguês, já que o proletário almeja ser burguês, vestindo-se como tal nem que seja na aquisição de peças de vestuário falsificadas. A cooptação do trabalhador pela ideologia burguesa faz com forçosamente se abandone o mito romantizado do proletário como sujeito redentor da humanidade. A crise estrutural e de racionalidade que atravessa as lutas sociais contemporâneas exige que se afaste das leituras históricas

assimétricas, que não estão preocupadas em evoluir para enfrentar os desafios que o capitalismo recente impõe. O primeiro passo, que parece já bem sedimentado, é evadir a fábrica para enxergar a rua. Ainda que os proletários industriais mantenham seu potencial reivindicatório, não é possível afirmar, sob nenhum prisma, que eles guardam a vanguarda libertária da humanidade.

As recentes lutas sociais, em pormenor a revolta dos vinte centavos, ocorrida em junho de 2013, revelou a forma de atuação recente dos grupos contestatórios. A par da existência de uma minoria ativa, organizada e com pautas definidas, quando a contestação assume uma dimensão em larga escala, aparecem os sujeitos individualizados com a sua rotina padrão de reprodução do metabolismo do capital. Sequer foi possível nomeá-los, já que as aspirações se tornaram tão confusas que não entravam em nenhum “slogan” ou cartaz que empunhavam. Se foi possível extrair alguma lição desse acontecimento, é que a dinâmica reivindicatória está longe dos canais institucionalizados de representação, como os sindicatos ou partidos políticos. Esse caminho parece ser sem volta.

As lutas sociais recentes no Brasil experimentaram mudanças qualitativas de agenda, forma e sujeitos. Se na década de 80, início da década de 90, os partidos políticos e sindicatos ocupavam o protagonismo, a partir de meados da década de 90 houve uma significativa pulverização de demandas, agora reivindicadas sob a signa dos então chamados “novos movimentos sociais”. Agora, parece se estar diante de mais uma ruptura das práticas sociais, em que esses movimentos sociais (que agora seguramente podem ser denominados de tradicionais), dividem o espaço urbano com novas formas de participação política, cujos atores são individualizados, com incertezas programáticas, ideais conflitantes, bem como apresentam severas restrições aos partidos políticos. Ainda, não necessariamente reconhecem ou se identificam com os movimentos sociais tradicionais, inaugurando nova forma de luta, influenciando e repercutindo no uso de mídias virtuais na organização e exposição dos descontentamentos. A característica mais notória talvez seja a incapacidade de crítica direta ao metabolismo do capital, cuja relação parece ser até mesmo de flerte e assentimento, sem crítica contestatória direta.

Assim, retorna-se à questão da crise dos atores sociais de mudança, agora com o debate revigorado pelas experiências recentes de protesto. Os pensadores que estão engajados na transformação radical do capitalismo não hesitam em apontar substitutos

ao proletário, lançando mão dos mais diversos integrantes da vida urbana (os excluídos, os trabalhadores intelectuais, todos os proletários em conjunto etc.). A falta de acuidade dialética não permitiu enxergar a dimensão problemática que envolve o tempo presente, em pormenor quando se fala da possibilidade de alteração do modo de produção vigente. Não há, objetivamente, nenhuma força social capaz de gerar a transformação radical do sistema econômico posto, havendo, ao máximo, oposições organizadas, que não podem ser confundidas como se legítimas forças revolucionárias fossem.

Partindo dessa insólita premissa, é preciso captar a totalidade da dinâmica que envolve as práticas sociais emancipatórias, em que os sujeitos verdadeiramente revolucionários não estão abrigados nem uma camada ampla (como as classes sociais), tampouco se encontram restritas às fachadas ou identidades comuns (negros, índios etc.). Os levantes populares hodiernos são caracterizados pela heterogeneidade de atores, que não têm a marca exclusiva da classe trabalhadora, tampouco de qualquer outro segmento específico. Os legítimos atores sociais de transformação recentes se confundem com essa multiplicidade de agentes que se reúnem à prática da arte de desobediência, negando todas as formas de opressão que lhes são impostas, criando espaços criativos de resistência.

Se o sujeito de transformação sofreu adequação, parece prudente que o próprio sentido da revolução deva ser condicionado ao tempo atual. Para preservar a sua validade histórica, o termo deve passar a designar toda a forma de repulsa, praticada nos mais diversos espaços de resistência, que se recusa a reproduzir a lógica excludente do capital. A possibilidade fática de revolucionar o mundo atual gira em torno das experiências que concretamente limitam a ingerência exercida pelo capital, enfraquecendo a sua capacidade de expansão, impondo-lhe reverses por meio da combatividade direta.

A desobediência, como qualidade destemida do revolucionário, quando associada à vestimenta ofertada pelo ente estatal, conflui à formação da cidadania ativa, i. e., que não se contenta com o mero reconhecimento formal do *status* de cidadão, fazendo com que os direitos por ela abrigados sejam concretizados pela ação direta de luta. Essas pessoas não se acomodam com o fato de ostentarem um reconhecimento formal por parte do Estado, denominado de *cidadania*, que lhes resguardam, no plano abstrato-normativo, um rol protetivo e positivo de direitos. Praticam a forma insurgente de cidadania, empenhando-se em assegurar, por meio de práticas sociais

reivindicatórias, o quinhão que lhes é sonogado, reprimido ou não alcançado. Ignorando os mandamentos transmitidos pelo capital por meio da indústria cultural, que pretende retirar toda a carga contestatória da população, criam-se focos de irrisignação em conformidade com os direitos sonogados ou não implementados.

De igual modo que o conceito de revolução sofre limitações, quando se pensa em emancipação humana é preciso proceder a uma abertura semântica da expressão. O estágio final buscado pelo revolucionário se encontra a tamanha distância que, ao menos que se fracione o alcance, o termo irá perder a sua validade histórica. A pulverização de demandas a serem perseguidas no espaço urbano, levando em consideração a multiplicidade de conflitos emergentes e de atores sociais diversos que habitam o cotidiano, faz com que se justifique a adoção do termo *emancipação parcial*. A centralidade do trabalho que permanece hígida em relação a vários aspectos da vida, não se reproduz nas práticas sociais contestatórias, ao passo que as pautas de reivindicação extravasam os meros vínculos laborativos. A cidade parece suplantiar o labor na criação das pautas, constituindo o palco principal da cidadania insurgente.

A tarefa a ser cumprida pelos novos agentes revolucionários é penetrar nas entranhas do capital, denunciando o seu cotidiano ilógico, cuja habitualidade rotineira foi imposta pela força dominante do capital para gerir com maior facilidade a estrutura social. Esse processo que se inicia no binômio trabalho voltado para o consumo, implica na formação de um cotidiano bem delimitado. A assimilação de tarefas que se repetem no dia-a-dia (tais como: acordar, alimentar, vestir, deslocar ao local de trabalho, laborar, efetuar uma pausa, voltar à atividade, dirigir de volta para casa, alimentar, para, enfim, no suposto lazer, estar apto a consumir “livremente” a reprodução da pobreza espiritual da indústria cultural, com as suas novelas, telejornais, futebol etc.), degradam e empobrecem a pessoa na sua espiritualidade.

A necessidade de redenção se situa na quebra da rotina que grava a reprodução material de uma época, gerando uma situação de estabilidade aparentemente confortante. Os desafios de uma época nem sempre são apreendidos em sua totalidade, ainda assim, a crítica deve se adequar as condicionantes históricas hodiernas, compreendendo que, na sociedade brasileira, houve uma redimensionalização das classes sociais. A cidadania diferenciada e seletiva traz uma oposição de classes inovadora, ao passo que deixa de ser uma luta verticalizada, posicionando-se, em escala crescente, de modo horizontal.

A ojeriza e repulsa social não é manifestada entre o burguês e o proletário, ou entre o empresário e o trabalhador (para atualizar os termos), senão entre todos que estão incluídos e reproduzem o metabolismo do capital de um lado (empresários mais trabalhadores) e, de outro, a ralé social que busca a sobrevivência pelas vias escusas do capital. O desafio, portanto, é compreender como têm se manifestado os processos de exclusão, inclusão, e o papel das práticas cidadãs contestatórias na denúncia dos desmandos do capital.

O Direito, formalmente posto, estabelecido e reproduzido, mantém uma distancia razoável das práticas sociais contestatórias e das minorias ativas insurgentes, ao ponto de não lhes conferir legitimidade como fonte normativa. Ainda assim, a cidadania insurgente tem impulsionando um processo de abertura forçada do Direito, em que o formalismo normativo abre espaço, gradativamente, para o reconhecimento das pautas urbanas como fontes autênticas de normatividade. Esse caminho tortuoso, trilhado pelas tantas minorias ativas urbanas, tentam condicionar a atuação dos poderes formais do Estado no sentido de reconhecer ou efetivar as demandas socialmente reprimidas.

Ainda que a luta se estabeleça na rua, não reconhecendo as vias institucionais como caminhos únicos, as minorias ativas cidadãs insurgentes tem, muitas vezes, como ponto de chegada o reconhecimento jurídico. O Direito ainda é uma forma de assegurar validade às conquistas realizadas, por vezes, fora do seu ambiente institucional, sem que se prescindia do seu reconhecimento formal para sedimentar e ampliar o alcance da demanda reconhecida. Atentar às práticas insurgentes significa observar, para além do processo formal de elaboração normativa, o local preciso em que se desenvolvem os direitos com maior carga de originalidade, cuja vivência é em primeira pessoa e busca a resolução de problemas específicos.

Enfim, a contradição e a luta de classes constituem o motor da história, no entanto, renovam-se os atores à medida que se mudam as demandas. As opressões são sentidas ao ponto de criar o grito dos insurgentes, no mais das vezes sufocado pelo poder exercido pela indústria cultural e pelos aparelhos ideológicos. Nem sempre triunfantes, os espaços de resistências criados representam o surgimento de caminhos alternativos, de rotas que buscam a emancipação, ainda que parcial, não aceitando com naturalidade o metabolismo imposto pelo capital. Essa coloração viva de experiências diversificadas constituem sempre pontos de partida, jamais pontos de chegada, ao passo

que as lutas sociais são indissolúveis na etapa do capitalismo. O *fim*, portanto, não pode ser outra coisa senão o *começo*, de novas lutas ou de reivindicações renovadas, não comportando que se coloque qualquer ponto final, que, diga-se de passagem, já foi gasto logo no começo deste estudo

REFERÊNCIAS

- ABREU, Haroldo. **Para Além dos Direitos: Cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- ACADEMY OF ACHIEVEMENT. **Rosa Parks Biography**. Disponível em: <http://www.achievement.org/autodoc/page/par0bio-1>. Acessado em 14 de nov. 2013.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- AGUITON, Christophe. **O Mundo nos Pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.
- ALMODÓVAR, Pedro. **Los Amantes Pasajeros**. [Filme-Vídeo] Direção de Pedro Almodóvar; Espanha, El Deseo S.A., 2013. DVD, 90 min. Color. Dolby Digital.
- ALVES, Giovanni et. al.. Ocupar Wall Street... e depois?. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012, p. 32-33.
- ANTUNES, Ricardo. **Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **O Caracol e a sua Concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARISTÓTELES. **A Política**. 15. ed. São Paulo: Escala, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: O que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **A Sociedade Individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à Condição Operária: Investigação em fábricas da Peugeot na França**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BECK, Ulrich et. al. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSCHEIM, Elisabeth. **Individualization**. London: Sage, 2002.

BELLO, Enzo. **Teoria dialética da cidadania: Política e direito na atuação dos movimentos sociais urbanos de ocupação na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

_____. **A Cidadania no Constitucionalismo Latino-Americano**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

BELLO, Enzo; KELLER, Rene José. A Pobreza como Fruto Pernicioso das Relações entre o Homem e a Natureza no Capitalismo. *In*: LUNELLI, Carlos Alberto; Marin, Jefferson (Orgs.). **Estado, Meio Ambiente e Jurisdição**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO. **Carta Aberta a Imprensa**. Disponível em: <http://blocode luta.blogspot.com.br/>. Acessado em 10 de jan. 2014.

BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – vol. 18 – nº 6. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_130731-092508-672.pdf. Acessado em 26 de ago. 2013.

BOUKERCHA, Karim; COSTA-GRAVAS; GRUMBERG, Jean-Claude; OSMONT, Stéphane. **Le Capital**. [Filme-Vídeo] Direção de Costa-Gravas; França, K. G. Productions; France 2 Cinéma, 2012. DVD, 114 min. Color. Dolby Digital.

BRAGA, Ruy et. al. Sob a Sombra do Precariado. *In*: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BUÑUEL, Luis; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Le Charme Discret de la Bourgeoisie**. [Filme-Vídeo] Direção de Luis Buñuel. França; Itália; Espanha, Greenwich Film Productions. DVD, 102 min. Color. Mono.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOSMKY, Noam. **O Governo no Futuro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Pesquisa CNC – Mais famílias endividadas em abril de 2013**. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_abril_2013.pdf. Acessado em 7 de mai. de 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: Ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2013**. Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C83>. Acessado em 20 de out. de 2013.

DALÍ, Salvador. **La Persistencia de la Memoria**. 1931. Óleo sobre tela, 24 x 33 cm. Museum of Modern Art, New York.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DEUTSCH, Barry. Disponível em: <http://juntos.org.br/2012/05/13-de-maio-liberdade-sem-asas-fome-sem-pao/>. Acessado em 18 de dez. de 2013.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. **Why Marx Was Right**. New Haven & London: Yale, 2011.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. *In: Obras Escolhidas*. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985.

_____. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Discurso diante do Túmulo de Karl Marx. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas*. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985.

_____. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas*. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985.

_____. Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1895. *In: MARX, Karl. As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas*. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: No limiar de uma nova era**. Vol. II. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FEUERBACH, Ludwig. Prefácio da segunda edição. *In: A Essência do Cristianismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: Materialism and nature**. New York: Monthly Review, 2000.

FROMM, Erich. **A Revolução da Esperança: Por uma tecnologia humanizada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Conceito Marxista do Homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Da Desobediência e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. **El Miedo a la Libertad**. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1958.

_____. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **Ter ou Ser?**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIFFONI, Carlo. **Trabalhador Muda Mais de Emprego**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2696088/trabalhador-muda-mais-de-emprego>. Acessado em 8 mai. 2013.

GLOBO.COM. Jornalista diz que médicas Cubanas Parecem ‘Empregadas Domésticas’. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>. Acessado em 02 de set. de 2013.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Comportamentos em Locais Públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GORENDER, Jacob. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Pérsamo Abreu, 2011.

GORKI, Máximo. **Albergue Nocturno**. Portugal: Europa-América, 1972.

_____. **Os Inimigos**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

GORZ, André. **Adeus ao Proletário: Para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **O Socialismo Difícil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HARNECKER, Marta. **Os Desafios da Esquerda Latino-Americana**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

HARVEY, David et. al. Os Rebeldes na Rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012.

_____. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para Entender O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso, 2012.

_____. **The Limits to Capital**. New York: Verso, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HELM, Zack. **Stranger Than Fiction**. [Filme-Vídeo] Direção de Marc Forster. Estados Unidos da América, Columbia Pictures , 2006. DVD, 113 min.

HENRY, O. **Presente dos Magos**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extramos: O breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Limites da Ação do Estado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

IANNI, Octavio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acessado em 01 de out. de 2013.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 3. ed. 2011. Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf. Acessado em 12 de junho de 2013.

INTERNATIONAL TRANSPARENCY. Disponível em: <http://www.transparency.org/gcb2013/country/?country=brazil>. Acessado em 30 de set. de 2013.

KORZHEV, Geli. **Communist: Raising the Banner**. 1957-1960. Óleo sobre tela, 60 7/8 x 113 1/8 in. The State Russian Museum, St. Petesburg.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Critique of Everyday Life**. Vol. 1. New York: Verso, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Partido Socialista e o Revolucionamento Sem Cunho Partidário. *In: Sôbre os Sindicatos*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LÖWY, Michel. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?**. *Trab. educ. saúde*. 2013, vol.11, n.1.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **The Ontology of Social Being: 3. Labor**. London: Merlin, 1980.

MACHADO, Antonio. **Campos de Castillas [ebook]**. Literanda: 2012.

MARCUSE, Herbert et. al. A Obsolescência do Marxismo. *In: Opções da Esquerda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Socialismo Soviético: Uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Marx a Joseph Weydemeyer (em Nova Iorque), 5 de março de 1852. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas*. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982.

_____. O Capital. Capítulo XXIV – A Chamada Acumulação Original. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas*. T. II. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1983.

_____. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Prefácio: Para a Crítica da Economia Política. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982.

_____. Salário, Preço e Lucro. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. II. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1983, p. 70.

_____. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Trabalho Assalariado e Capital. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/ Moscovo: Avante/Progresso, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A A. Bebel, W. Liebknecht, W. Bracke e Outros (Carta Circular). *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Manifesto do Partido Comunista. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982.

MÉDICE, Alejandro. **La Constitución Horizontal: Teoría constitucional y giro decolonial**. San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Mispat, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior – 2011**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18153. Acessado em 6 mai. 2013.

MORAES, Vinicius de. **O Operário em Construção e Outros Poemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUJICA, José. **Discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/1131614-mujica-en-la-onu-discurso-completo>. Acessado em 25 de set. de 2013.

MUSIC TELEVISION – MTV. Disponível em <http://mtv.uol.com.br/lo/blog/as-aventuras-do-homem-assalariado>. Acessado em 22 de ago. 2013.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

O Festival da Burrice. **Chaves**. São Paulo: SBT, 17 de janeiro, 2012. Programa de TV. 17 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=GEhpkQAftZ4>. Acessado em: 19 de ago. de 2013.

O'CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. I. Economia Política: Francisco de Oliveira. *In*: CARVALHO, Sérgio de; et. al (col.). **Atuação Crítica: Entrevistas da Vintém e outras conversas**. São Paulo: Expressão Popular; Companhia do Latão, 2009.

OSORIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PADILHA, Valkíria. **Shopping Center: A catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acessado em 9 de abr. de 2013.

_____. **Constituição de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 23 de dez. de 2013.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A Propriedade é um Roubo e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1995.

RODOLFINHO, Mc. **Como é Bom Ser Vida Loka**. [vídeo-clipe]. Direção Korad Dantas. Disponível em: <http://youtu.be/p0oFWgwUqHU>. Acessado em 17 de jan. de 2014.

RODRIGUES, Miguel Urbano. **Opções de Revolução na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma Ideia? *In*: **Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

_____. **Os “Sem Lugar” na Atualidade**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/764/os-sem-lugar-na-atualidade-9406.html>. Acessado em 10 de out. de 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SÃO PAULO. 12ª Vara da Fazenda Pública. Despacho do Juiz Adriano Marcos Laroca na Ação de Reintegração de Posse nº 1005270-72.2013.8.26.0053. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br>. Acessado em 12 de jan. de 2013.

SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. Notas sobre os Deveres de Proteção do Estado e a Garantia da Proibição de Retrocesso em Matéria Ambiental. In: AUGUSTIN, Sérgio; STEINMETZ, Wilson [org.]. **Direito Constitucional Ambiental: Teoria e aplicação**. Caxias do Sul: EducS, 2011.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. I. São Paulo: Abril, 1983.

SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, capital and production of space**. 3. ed. Athens: Georgia, 2008.

SOLINAS, Franco; ARLORIO, Giorgio. **Queimada!**. [Filme-Vídeo] Direção de Gillo Pontecorvo. Itália; França, Les Productions Artistes Associés; Produzioni Europee Associati (PEA), 1969. DVD, 132 min. Color. Mono.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

STIGLETZ, Joseph. **Globalization and its Discontents**. London: Penguin, 2002.

STYCER, Mauricio. [Secretárias não querem empregadas chamadas de “secretárias do lar” em novela; Globo responde](http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2012/04/13/secretarias-nao-querem-que-empregadas-sejam-chamadas-de-secretarias-do-lar-em-novela/). In: **Blog do Mauricio Stycer**. Disponível em: <http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2012/04/13/secretarias-nao-querem-que-empregadas-sejam-chamadas-de-secretarias-do-lar-em-novela/>. Acessado em 9 de abr. de 2013.

THAVES, Bob. **Frank e Ernest**. Disponível em: <http://img.historiadigital.org/2009/06/Bob-Thaves-Alienacao.jpg>. Acessado em 17 de jul. de 2013.

THERBORN, Göran. **Do Marxismo ao Pós-Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

THOLE, Werner; AHMED, Sarina; HÖBLICH, Davina. Precarização e Individualização: em que sociedade vivemos? Reflexões sobre a validade empírica do “discurso sobre a segunda modernidade”. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, jul-dez. 2007.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VICENZI, Celso. **O Analfabeto Midiático**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/o-analfabeto-midiatico/>. Acessado em 07 de out. de 2013.

WILDE, Oscar. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

WILLIAMS, Chris. **Ecology and Socialism: Solutions to capitalist ecological crisis**. Chicago: Haymarket, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj et al. O Violento Silêncio de um Novo Começo. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em Defesa das Causas Perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Primeiro como Tragédia, Depois como Farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Vivendo no Fim dos Tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.